



Morte de cabo-verdiano nos Açores
**Tribunal não viu
 motivação racial**
 Pág. 7



Salários dos magistrados abrem caixa de Pandora

Na calha novo estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos

Págs. 2 e 4

Parte integrante da edição nº 944 do A Nação de 02 de Outubro de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

A Nação
 CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº944 | 02/10/2025

MUNICÍPIO EM DESTAQUE
Calheta
São Miguel

Herménio Fernandes
O maior desafio do concelho é a nível económico
 Págs. 02 a 04

EDEC a energia que nos une
 Empresa de Distribuição de Electricidade da Cabo Verde

Basquetebol Nacional
 Federação, associações e atletas de costas voltadas

Págs. 10 a 12

São Vicente
 Famílias vivem cercadas pelo medo no Complexo Rozar

Pág. 8

Terrenos da Embaixada dos EUA
Câmara da Praia condenada a pagar 480 mil contos ao Clube de Ténis

Pág. 6

Manifestação

Pág. 19

Salários dos magistrados abrem caixa de Pandora

Deputados devem aprovar novo estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos

Com a recente aprovação dos novos estatutos dos magistrados abriu-se uma caixa de Pandora, que leva diversas classes profissionais a exigirem um melhor enquadramento do seu estatuto remuneratório. Isto tendo em conta o nível dos salários dos juizes e procuradores, com os políticos a serem um dos principais lesados, tendo em conta que os seus vencimentos estão “congelados” desde 1997, portanto, há 28 anos.

Quem está atento a esta disfunção são os deputados que, no quadro da reforma do Parlamento, deverão aprovar um novo estatuto dos titulares de cargos políticos e, conseqüentemente, um novo estatuto remuneratório para a classe política.

O novo ano parlamentar arrancou no início deste mês, mas é provável que os diplomas referentes à reforma do Parlamento, com ênfase no estatuto dos titulares de cargos políticos, sejam debatidos e aprovados até Dezembro, para poderem ser absorvidos no Orçamento do Estado para 2026.

Nova tabela salarial para os políticos

Com a nova tabela salarial dos magistrados, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e o Procurador Geral da República passaram a ter um salário de base de 271 mil escudos, enquanto o Presidente da República e o primeiro-ministro têm um salário base de 170 mil e 153 mil escudos, respectivamente, desde 1997.

Porém, com todas as “alcavalas”, os salários do PGR e do presidente do STJ ascendem os 425 contos mensais, com

Um magistrado na categoria de acesso passou a ter salário base superior ao de um deputado, enquanto o Procurador Geral da República e o Presidente do STJ têm um vencimento base superior ao do Presidente da República (mais de 100 contos). Esta disfunção vai obrigar uma mexida no estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos, no quadro da aprovação de um conjunto de seis diplomas no âmbito da reforma do Parlamento.

Daniel Almeida



a integração de 108.400\$00 de subsídio de exclusividade; 70.000\$00 de renda de casa e 38.250\$00 de subsídio de comunicação.

Ou seja, o vencimento mensal do PR é de 170 mil escudos, a que se acrescem 51 mil escudos de subsídio de despesas de representação, 70 mil de subsídio por uso de habitação própria. No final do mês o mais alto magistrado da nação recebe entre os 221.000\$00 (vivendo numa casa do Estado) e os 291 mil escudos.

O presidente da Assembleia Nacional e o primeiro-ministro, por sua vez, têm um vencimento de 161.500\$00, um subsídio para despesas de representação de 32.300\$00, casa do Estado mobilada ou subsídio por uso de habitação própria de 70.000\$00.

Já os ministros têm um

vencimento de 144.500\$00. Recebem também 21.675\$00 de subsídio de representação, 70 mil escudos de subsídio por uso de habitação própria. Ao todo, o rendimento mensal de um ministro é de 236.175\$00.

Os presidentes dos Grupos Parlamentares do PAICV e do MpD têm um vencimento de 144.500\$00. O subsídio para despesas de representação é de 21.675\$00, junta-se a estes valores o das despesas de comunicações (20 mil escudos) e o das despesas com combustíveis (21.140 escudos). Total: 207.275 escudos.

Já os deputados, que, neste momento, têm um salário base inferior a de um magistrado assistente (categoria de acesso, 140.500\$00 salário base e remuneração mensal de 196.500), têm um vencimento de 136 mil escudos,

recebem 10% do seu salário como subsídio de telecomunicações e 8456\$00 como subsídio para combustíveis. Total: 157.456\$00.

Por último os presidentes de Câmara Municipal. O vencimento mensal é de 136 mil escudos a que se somam, 70 mil escudos de subsídio por uso de habitação própria, 20.040\$00 de despesas de representação e encargos com combustível e telefone pagos pelo Estado.

500 contos para PR

Mas agora, com nova esta nova tabela salarial dos magistrados, é bem provável que a remuneração mensal do PR venha a ser fixada nos 500 mil escudos, no mínimo, e com o salário do primeiro-ministro a ser fixado em 90% do vencimento do Chefe de Estado, ou

seja, 450 mil escudos.

O projecto de diploma a que A NAÇÃO teve acesso estabelece, no seu artigo 4º, referente a direitos e regalias, que os titulares de cargos políticos têm direito à remuneração compatível com o cargo. E sem especificar montantes, a proposta realça que os titulares de cargos políticos têm direito ao vencimento mensal e subsídios nos termos da lei.

Se, eventualmente, a remuneração mensal do chefe de Estado for fixada em 500 mil escudos mensais, os vencimentos dos outros titulares de cargos políticos sobem em cadadupa, tendo em conta a sua indexação ao salário do PR.

Com a proposta de revisão do estatuto dos titulares de cargos políticos, o presidente da Assembleia Nacional e o primeiro-ministro teriam um salário correspondente a 95% do PR; o vice-primeiro-ministro 90%; os ministros 85% e os secretários de Estado 80%.

Os deputados passariam receber 85% em relação ao rendimento do PR, assim como os presidentes das Câmaras Municipais, enquanto os vereadores ficariam nos 60%.

Reforma parlamentar

Entretanto, o pacote legislativo sobre a reforma do Parlamento, que deverá subir à plenária ainda no decurso deste ano, contempla ainda a orgânica do Parlamento; o estatuto do funcionário do Parlamento; novo regimento; regulamento sobre ética e transparência; resolução que cria o código de conduta.

Continua na página A4



**GARANTIA
SAÚDE**

COBERTURAS

INTERNAMENTO HOSPITALAR |
PARTO |
AMBULATÓRIO (CONSULTAS, EXAMES E TRATAMENTOS) |
ESTOMATOLOGIA |
TERAPÊUTICAS NÃO CONVENCIONAIS |
PRÓTESES E ORTÓTESES | MEDICAMENTOS |
MEDICINA PREVENTIVA |
EXTENSÃO AO ESTRANGEIRO

PLANOS

BASE | EXTRA | VIP

Subscreva o seu plano!



GARANTIA
SEGUROS

www.garantia.cv

A experiência “amarga” de 2015

O risco da exploração política

Em 2015, também na antecâmara das eleições legislativas de 2016, o Parlamento tinha aprovado o estatuto de titulares de cargos políticos, por unanimidade, mas teve que fazer cair o estatuto remuneratório da classe política por causa de protestos nas ruas contra essa medida, organizados pelo MAC#114, movimento surgido na sociedade civil contra os privilégios da classe política.

Na altura perspetivava-se aumentar o salário do Presidente da República em 65% e, conseqüentemente, a remuneração de todos os titulares de cargos políticos. Ou seja, o salário base do Chefe de Estado passaria de 170.000 para 280.000 escudos, montante a que estariam indexados os restantes salários dos titulares de cargos políticos - Parlamento, Governo e eleitos municipais, assim como os magistrados.

Na altura, a proposta despertou um sentimento de insatisfação social uma vez que várias classes profissio-



nais exigiam melhores condições de trabalho e aumentos salariais pedidos que não tinham sido atendidos com o argumento de tal não seria possível devido à conjuntura económica daquele momento.

Já lá vão 10 anos e pouca coisa mudou no espectro laboral cabo-verdiano, com várias classes e categorias a reclamarem melhores salários. O caso mais saliente é o dos professores que, recentemente, viram a sua situação salarial melhorar.

Quem também mudou claramente é a classe dos

magistrados. Discretamente, deixaram de ter os seus salários indexados ao salário do Presidente da República, podendo assim, mais facilmente, resolver os seus problemas com a inflação e perda de poder de compra.

Mesmo os políticos, governantes e deputados, contornando ou fitando a lei, associaram aos respectivos salários vários “invisíveis” que lhes permite ir para casa com valores acima daquilo que recebem, oficialmente, como salário mensal.

Hoje, ao que se presume, o contexto é outro tendo em

conta a nova grelha salarial dos magistrados já aprovada e, também, por não existir, neste momento, uma organização mobilizadora como foi o MAC#114.

Este movimento, com apoio de destacados políticos, a começar pelo então presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, bem como da então líder do PAICV, Janira Hopffer Almada, conseguiu travar o aumento do salário dos políticos em 2015, depois de colocar na rua, na cidade da Praia, centenas de manifestantes, na sua maior parte jovens.

Isto apesar do acordo então existente entre o primeiro-ministro, José Maria Neves, e o líder da oposição, Ulisses Correia e Silva, que viria a vencer as eleições legislativas de 2016.

Numa altura em que tanto se fala de populismo, dos privilégios dos governantes, da qualidade de prestação dos nossos deputados, a tentação da exploração política estará de todo posta de lado? É o que haveremos todos de ver quando o assunto for levado para a plenária da Assembleia Nacional.

DA

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XVIII | N°944 | 02 de Outubro de 2025 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv



**O SEU VERÃO NÃO ESPERA.
O SEU CRÉDITO TAMBÉM
NÃO PRECISA ESPERAR.**



Conheça as soluções de financiamento do Banco Interatlântico em www.bi.cv. Para mais informações, fale connosco através do email parceiros@bi.cv ou pelos contactos +(238) 260 2546 / 436 5774 (dias úteis, das 8h às 15h).

Câmara da Praia condenada a pagar 480 mil contos ao Clube de Ténis

Para além dos 480 mil contos, que é mais do dobro daquilo que a embaixada pagou pelos terrenos (232 mil contos), a CMP é obrigada a disponibilizar todos os documentos para o registo dos terrenos da Cidadela em nome do clube de ténis.

A sentença do Tribunal da Comarca da Praia vem na sequência de um processo interposto pelo Clube de Ténis contra a Câmara da Praia, por incumprimento do contrato de permuta de terreno e equipamentos, assinado entre as partes.

Como tudo começou

Em Outubro de 2019 foi assinada entre a CMP e CGTP uma escritura de permuta de terreno e equipamentos, onde, em troca dos terrenos do Clube, na Várzea, com cerca de 23 mil metros quadrados, a Câmara disponibilizaria à outra parte um terreno no Palmarejo (entrada da Cidadela) avaliado em 33 mil contos. Essa permuta foi avalizada pela Assembleia Municipal, através da deliberação 22/2018 de 18 de Março.

Nesse mesmo terreno, ainda no âmbito dessa permuta, seriam construídos quatro campos de ténis, uma nova sede da CGTP, com o financiamento dos equipamentos e mobiliários das respectivas estruturas, bem como a constituição de um fundo de maneio.

O prazo para a execução de todos os compromissos pela CMP era de 12 meses,

O Tribunal da Comarca da Praia condenou a Câmara Municipal da Praia (CMP) a pagar 480 mil contos ao Clube de Golfe e Ténis da Praia (CGTP) pelo terreno, sito na Várzea, e que foi vendido à embaixada dos Estados Unidos da América (EUA).

Daniel Almeida

a partir de 14 de Outubro de 2019 e previa a construção de todas as obras previstas; o equipamento e mobiliário, bem como a constituição de um fundo de maneio.

Posteriormente, devido à situação da pandemia, que obrigou a sucessivos períodos de estado de emergência e calamidade, que paralisou os serviços da CMP, foi assinado entre as partes uma adenda do contrato para 24 meses, em vez de 12 meses iniciais, com uma extensão possível de mais três meses.

Até este momento, a CMP

ainda não construiu as novas instalações e os campos de ténis, não cumpriu com os demais compromissos contratuais, como ainda vendeu à embaixada do EUA o terreno pertencente ao Clube antes de sequer dar sinais de iniciar as obras a que se obrigou.

De acordo com o contrato assinado entre as partes, enquanto essas novas instalações não fossem concluídas o Clube deveria manter o gozo dos campos de ténis, na Várzea. “O Clube cumpriu com todas as suas obri-

gações”, afirmou o presidente do CGTP, António Pedro Borges, que considera que a CMP “não cumpriu com a sua parte e nem mesmo emitiu os documentos para que o Clube pudesse registar o terreno que lhe foi cedido em seu nome”.

Com este incumprimento, segundo Borges, era previsível que a CMP seria condenada a pagar ao CGTP uma indemnização compensatória, “o dobro do montante confessado pela própria Câmara como custo da construção e equipamento das novas ins-

talações do Clube, bem como a construção de quatro campos de ténis, acrescidos dos juros de mora a contar de Outubro de 2021, até o efetivo pagamento”.

Recursos?

Esta notícia chegou ao nosso conhecimento já no fecho desta edição pelo que ainda não sabemos qual será a reacção da CMP, isto é, se acatará a sentença ou se recorrerá a outras instâncias do nosso sistema judicial.

Em Agosto de 2022, recordamos, a NAÇÃO tentou uma reacção do presidente da CMP sobre esse diferendo com o Clube de Ténis, mas Francisco Carvalho, que foi parco em palavras, disse apenas que se o Clube já avançou para o Tribunal, “cabe ao Tribunal decidir e não a Câmara escolher”.



Morte de cabo-verdiano nos Açores

Tribunal não viu motivação racial

Ademir Moreno morreu na sequência de uma queda causada por murros desferidos na madrugada de 17 de Março, à porta de uma discoteca na Horta, ilha do Faial, por Adriano Pereira, jovem alto e corpulento, de 23 anos na altura. Agressões que resultaram de desacatos envolvendo duas mulheres, uma delas a namorada de Adriano Pereira. De acordo com testemunhas, o cabo-verdiano terá, junto com outras pessoas, intervindo para cessar a briga, segurando uma das mulheres (a namorada de Adriano Pereira).

Morte à traição

Ainda segundo o relato dos factos, Ademir terá conseguido defender-se da primeira agressão, mas na sequência foi atingido com uma pancada na têmpora, momentos depois, quando não estava a ver o agressor, tendo caído desamparado, batendo com a parte de trás da cabeça no passeio e sofrendo lesões cerebrais que lhe causaram a morte no dia seguinte, de acordo com o jornal português Diário de Notícias.

O colectivo de juízes deu como provado que antes das agressões, Adriano Pereira dirigiu-se a Ademir Moreno dizendo “não tenho medo de pretos, não tenho medo de vocês”. E também noutra ocasião, no mesmo mês de Março de 2024, em que proferiu as palavras, para pessoas racializadas, “vocês pretos de merda querem o quê, vocês não são nada.”

O despacho de acusação dizia: “Tudo indica que o arguido actuou por ódio racial, com total desprezo pela vida humana daqueles que não partilham a sua cor de pele (...) tanto resulta, desde logo, das expressões proferidas pelo arguido antes de actuar (...) cuja adjectivação

Para o Juízo Central Cível e Criminal de Angra do Heroísmo, nos Açores, a morte do cabo-verdiano Ademir Moreno, de 49 anos, calceteiro e a residir nesse arquipélago há alguns anos, não foi motivada por ódio racial, como vinha na pronúncia do despacho do Tribunal de Instrução Criminal da Horta. A decisão proferida a 19 de Setembro foi apenas no sentido de uma agressão com motivo fútil ou torpe, o que é o mesmo que dizer, sem motivo.

Joaquim Arena



utilizada se afigura manifestamente de uma alegada e perspectivada superioridade face à vítima, colocando a última num (pretensão) nível inferior civilizacional, intelectual e/ou moral”.

Juízes não vêem racismo

No entanto, o colectivo de juízes de Angra de Heroísmo não levou em conta estes argumentos, concluindo que “não se pode dizer que Adriano Pe-

reira tenha sido determinado por ódio racial”, apontando que “o que motivou o arguido a agredir Ademir Pereira não foi qualquer razão ou ideologia racista, mas o facto de, antes, Ademir ter intervindo, ajudando a separar a namorada de Adriano Pereira da outra jovem”.

Ou seja, uma agressão levada por um motivo fútil. Mas fatal para o cabo-verdiano. Por outro lado, as expressões utilizadas pelo agressor (“pretos

do caralho”) foram proferidas “num contexto de tensão e descontrolo, como desabafo impulsivo e não como manifestação estruturada de ódio ou motivação racial.

Para além disso, o tribunal aceitou a contestação do arguido em como nunca houve a intenção de causar a morte da vítima, mas sim “causar-lhe dor e humilhação”, com o segundo murro. O que levou à mudança da qualificação do tipo de crime que o agressor vinha

acusado, passando de crime de homicídio com dolo eventual e de crime de ofensa à integridade física qualificada, para dois crimes de ofensa à integridade física, o segundo dos quais ‘grave’, qualificado, agravado pelo resultado da morte.

Da primeira acusação, resultaria uma pena de 12 a 25 anos, e da segunda de quatro a 16. Assim, o agressor, Adriano Pereira, foi condenado numa pena de sete anos e 10 meses, cúmulo jurídico de oito meses de prisão pela primeira agressão e dos 7 anos e 10 meses, pela segunda (de que resultou a morte da vítima).

Adriano Pereira teve ainda como atenuante o facto de nunca antes ter sido condenado e a sua juventude. E dos 724 mil euros de indemnização pedidos pela viúva de Ademir Moreno, o tribunal decidiu pelo valor de 479,600 euros.

A família irá receber ainda 600 euros pela primeira agressão, em danos patrimoniais, 50 mil euros pelo dano da morte, 45 mil pelos danos sofridos por Ademir antes de morrer, mais 50 mil para a viúva e 55 mil para a filha pelos danos sofridos pelas próprias devido à morte; em danos patrimoniais, 279 mil euros a dividir pelas duas, tendo em conta que Ademir era o ganha-pão da família.

Pena “demasiado leve para uma morte”

Em declarações ao jornal Diário de Notícias, a viúva de Ademir, Lurdes Ferreira, disse ir reflectir sobre a decisão judicial e esperar pelo conselho do advogado sobre o que fazer. Mas afirmou achar uma pena “demasiado leve para uma morte”, ainda por cima, pela morte de alguém que foi intervir em socorro de uma jovem incomodada pelo namorado.



São Vicente

Famílias vivem cercadas pelo medo no Complexo Rozar

Quando as chuvas de 11 de Agosto devastaram bairros inteiros em São Vicente, deixando dezenas de famílias sem teto, o Complexo Rozar surgiu como solução imediata para os desalojados desse infortúnio. As casas, inicialmente previstas para os moradores do bairro vizinho do Iraque, foram apresentadas como abrigo seguro para quem perdeu tudo. Mas, passados poucos meses, o que era promessa tornou-se pesadelo.

Segundo dados da Proteção Civil, foram realojadas no Complexo Rozar 43 famílias, num total de cerca de 180 pessoas. A maioria provém de zonas como Ribeira de Julião, Fonte Francês e Iraque, onde as enxurradas provocaram deslizamentos de terra e destruição total de estruturas precárias.

Invasões, tumultos e medo constante

Hoje, os moradores dizem-se cercados pelo medo. As habitações são alvo de invasões, tumultos e ameaças constantes. Indivíduos suspeitos, oriundos de outros bairros, principalmente do Iraque, têm sido vistos a rondar e, por vezes, a entrar nas casas. Há relatos de portas arrombadas, janelas partidas e movimentações nocturnas que deixam as famílias em sobressalto.

“Já não dormimos descansados. As casas são frágeis, as portas não seguram nada, e a polícia sabe o que se passa”, denuncia uma moradora que prefere manter o anonimato.

Mais de 40 famílias desalojadas pelas enxurradas de 11 de Agosto vivem hoje num cenário de insegurança, tensão comunitária e negligência institucional. O Complexo Rozar, criado como resposta de emergência, tornou-se um território vulnerável, onde o medo substitui o direito à habitação digna.

João A. do Rosário

Casas frágeis, estruturas vulneráveis

A fragilidade estrutural das casas é evidente. Construídas com janelas de vidro e caixilharia de alumínio de baixa qualidade, não oferecem resistência mínima a tentativas de invasão ou, mesmo, de assalto. As mesmas casas que, segundo os moradores, teriam sido inicialmente destinadas aos residentes do Iraque são agora ocupadas por famílias desalojadas, que se sentem alvo de uma retaliação silenciosa por parte dos “iraquianos”.

“É como se estivéssemos a ocupar um espaço que não era

para nós, mas para eles, e agora pagamos por isso”, lamenta um outro residente.

Ausência de policiamento e resposta institucional

A tensão entre os dois “grupos” é crescente. Os moradores do Rozar afirmam que os tumultos são recorrentes e que há conhecimento por parte das autoridades policiais, mas nenhuma acção concreta foi tomada para proteger o perímetro. A ausência de vigilância, iluminação adequada e barreiras físicas transforma o complexo num território ex-

posto, onde o medo substitui o direito à habitação digna e, principalmente, à segurança e tranquilidade.

“Não basta dar uma casa. É preciso garantir que ela seja segura. Estamos a viver num campo aberto ao perigo”, afirma um pai de família, cuja casa já foi alvo de tentativa de invasão.

Trauma prolongado e vidas em suspensão

A situação é particularmente grave porque envolve gente vulnerável, já marcada por perdas materiais e emo-

cionais. O realojamento, que deveria representar um recomeço, tornou-se uma extensão do trauma. Crianças vivem em estado de alerta, mulheres relatam episódios de assédio e os idosos sentem-se inseguros e abandonados.

“Estamos a viver num limbo. Fomos retirados da lama para sermos lançados no medo”, resume uma jovem mãe, que vive com três filhos numa das casas do complexo.

Apesar das denúncias, conforme esta reportagem pôde constatar, não há presença policial regular no perímetro. As patrulhas são esporádicas e, segundo os moradores, pouco eficazes.

A Câmara Municipal de São Vicente, responsável pela gestão do complexo, ainda não se pronunciou publicamente sobre os episódios de insegurança. O Ministério das Infraestruturas também não apresentou qualquer plano de reforço estrutural ou vigilância. 



São Vicente reabre ao mundo com a temporada de cruzeiros



O Terminal de Cruzeiros do Mindelo recebeu na terça-feira, 30, o primeiro navio de cruzeiro, o Scenic Eclipse, uma embarcação de luxo, da companhia australiana Scenic Luxury Cruises and Tours, com 168 metros de comprimento e capacidade para 228 passageiros e 176 tripulantes. A recebê-los tiveram a recepção habitual, com figurantes a mostrar um pouco do carnaval do Mindelo. Depois, vários desses turistas foram vistos a circular pelas ruas da morada, procurando motivos de atracção e recordação.

Novo arranque

Depois das peripécias que ensombraram a inauguração do terminal de cruzeiros, em Junho passado, o administrador da Enapor, Eduardo Lima, classificou a chegada do Scenic Eclipse como “histórico” e de “grande importância” para as comunidades locais e para os sectores de transporte, restauração, artesanato e hotelaria.

Também o ministro do Mar, que visitou o navio, disse que a intenção é explorar o novo porto ao máximo, não só a nível

A manhã de terça-feira trouxe brisa seca e poeira solta, levantada pelo vento que varre as cicatrizes da cidade. O chão, há dias alagado, agora estala sob o sol abrasador. Foi neste cenário que o primeiro navio da temporada de cruzeiros, o Scenic Eclipse, atracou no recém terminal de São Vicente. A ilha, ferida, mas não vencida, reabre-se ao mundo com o rugido dos motores e o olhar curioso dos primeiros visitantes.

João A. do Rosário e Inforpress

do turismo de cruzeiro, mas também do turismo náutico e desportivo. Jorge Santos afirmou-se convicto de que “este porto de cruzeiro é um nó de cruzeiro do Atlântico Médio”, reforçando a ideia de que o Terminal do Mindelo se tornará um ‘hub’ no sector, com ligação aos aeroportos e restante infra-estrutura turística. “É isto que sofisticava o turismo de cruzeiro”, sublinhou.

Cultura como resistência

Se o entusiasmo era evidente nas autoridades, o mesmo não se pode dizer em certos cidadãos anónimos que procuram, ainda, refazer a vida depois do desastre de 11 de Agosto, como é o caso Cristina, vendedora ambulante há vários anos.

“Quando vi o navio a chegar, senti uma mistura de orgulho e revolta. Orgulho porque ainda estamos aqui. Revolta porque muitos de nós perdemos tudo com as chuvas e ninguém nos veio perguntar se estávamos prontos para receber turistas.”

Cristina reorganizou a sua banca com tábuas reaproveitadas e tecidos lavados à mão. Vende colares, histórias e esperança. Como ela, dezenas de comerciantes informais tentam capitalizar a temporada, mesmo sem apoio logístico ou garantias mínimas.

“Não podemos esperar que a cultura seja tratada como prioridade. Então, fazemos dela urgência”, afirma, por seu turno, um artista plástico do Mindelo que se diz cansado de falar “destas cenas”. No seu

caso, tenta pintar retratos de famílias desalojadas, instalações com escombros reais. “É arte, mas também é grito”, disse.

Autoridades entre promessas e pressão

Refira-se que durante a inauguração do terminal, em Junho, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva declarou que “a obra constitui um grande empreendimento ao serviço da economia de São Vicente e do país, com o impacto que queremos, e que vai ter, no crescimento económico, na dinamização da economia local, no sector do turismo e no emprego”. A Câmara Municipal e outras autoridades e agentes alinharam todos com este discurso de otimismo.

Três meses depois, e ain-

da sob os efeitos da destruição da tempestade de 11 de Agosto, o entusiasmo institucional não convence todos os mindelenses. “Pronta para quê? Para mostrar fachadas pintadas enquanto os bairros continuam sem saneamento?”, questiona José Lima, morador de Fonte Francês, onde as águas arrasaram muros e memórias.

A comunidade que não espera

Enquanto o poder hesita, a comunidade age. Em bairros como Ribeira Bote, grupos de jovens organizam mutirões para limpar ruas, reconstruir escadarias e orientar turistas. Guias locais adaptam os percursos para incluir histórias de resistência. E há quem transforme a dor em narrativa.

“Conto aos visitantes como a minha casa foi invadida pela água. Mostro fotos. Eles ficam chocados, mas também comovidos. E compram mais, não por pena, mas por respeito, por solidariedade”, diz Lúcia Fernandes, artesã e mãe de três filhos. Para ela, oxalá venham outros navios cruzeiros e possa, então, contar outras histórias menos tristes e dramáticas.



Basquetebol Nacional

FCBB, associações e atletas de costas voltadas



Desde o anúncio do cancelamento dos Campeonatos Nacionais de Basquetebol Sub-18 e Séniores, masculino e feminino, a 18 de Setembro, pela Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB), que o clima entre esta e as associações regionais e os atletas tem piorado a cada dia. Anderson Correia, uma das figuras da selecção nacional sénior veio a público denunciar situações vividas durante o Afrobasket 2025 e reiterou que Emanuel Trovoadá deixou o comando técnico da selecção “devido à falta de respeito e falta de honestidade por parte da Federação”.

Tiago Ribeiro



Hélder Gonçalves

As divergências começaram a vir a público logo após o anúncio, por parte da FCBB, liderada por Hélder Gonçalves, do cancelamento das provas nacionais de Basquetebol Sub-18 e Seniores, masculino e feminino. Devido, principalmente, “à falta de transporte aéreo regular, que há mais de um mês dificulta a deslocação das equipas entre as ilhas, e à coincidência com

o início do ano letivo, o que limita a disponibilidade dos jovens atletas”.

Logo no dia seguinte, a 19 de Setembro, o Instituto do Desporto e da Juventude (IDJ) reagiu em comunicado à decisão para dizer que “não existe qualquer impedimento de natureza financeira que inviabiliza a concretização destas competições, estando os recursos necessários devidamente assegurados”.

IDJ instou FCBB a realizar os campeonatos nacionais

“A decisão anunciada pela Federação Cabo-verdiana de Basquetebol de cancelar as competições carece de fundamento e contraria a realidade das condições já garantidas para a sua concretização”, lê-se no comunicado.

O IDJ apelou à federação da modalidade para que cumprisse com as suas responsa-

bilidades estatutárias e organizativas, “assegurando, em articulação com os clubes e associações regionais, a plena realização dos Campeonatos Nacionais da época desportiva em curso”.

FCBB disse estranhar reacção da IDJ

Hélder Gonçalves, presidente da FCBB, disse ter estranhado a reacção do IDJ já

que, como alega, a instituição estava “devidamente informada sobre todo o processo”.

O dirigente sublinhou que a decisão de cancelar os campeonatos foi sempre discutida directamente com as associações regionais. Avançou, inclusive, que antes de decidirem pelo cancelamento, as datas para os campeonatos nacionais foram alteradas três vezes, algo “cansativo para atletas e clubes”.

Ao mesmo tempo, o responsável máximo pelo basquetebol nacional apelou a que cada organização desportiva nacional se concentre no seu próprio trabalho, sem condicionar a actuação da Federação.

Clubes descontentes

A 23 de Setembro a FCBB emitiu um comunicado a convocar todas as associações regionais de basquetebol a participarem na Assembleia Geral Extraordinária, a 27 desse mês, no Pavilhão Desportivo Vavá Duarte, na Praia. A reunião teria a seguinte ordem de trabalhos: Informações sobre a Direcção da FCBB; informações sobre o Afrobasket 2025 e apresentação de contas; conversa aberta sobre o Campeonato Nacional, com o objectivo de traçar soluções para a atual e próximas épocas com a antecedência desejada e outros assuntos.

Após a convocação, as equipas de São Vicente realizaram uma reunião, a 24 de Setembro, organizaram-se em Comissão e enviaram uma carta à federação reiterando que na ilha, ao contrário do que foi avançado pela FCBB, não existe uma associação constituída e operacional da modalidade na ilha. A comissão é formada pelos clubes Associação Académica do Mindelo, All Blacks, Atlantic, Associação Cruzeiros Basket Club e Real Sociedade.

Isto porque Cynthia Rodrigues, indicada pela ex-presidente da Associação Regional de Basquetebol em São Vicente e actual vice-presidente da FCBB, Sofia Isabel Silva, para representar São Vicente na Assembleia Geral do dia 27, não foi reconhecida pelos clubes como legítima representante na Assembleia Geral. Os

contestatários decidiram por nomear Nuno Araújo “representante oficial dos clubes de São Vicente na referida assembleia”.

“Consequentemente, a figura de um presidente para essa entidade inexistente é uma invenção sem qualquer fundamento legal ou desportivo”, escrevem na carta os clubes da modalidade em São Vicente, ao que sublinham ter “recebido com estranheza e preocupação” que a presidente da extinta associação Sofia Isabel Silva “é agora vice-presidente da própria FCBB”.

Após a realização da Assembleia-Geral, a Comissão das Equipas de Basquetebol de São Vicente reiterou que quem representou a região na reunião não tem legitimidade e que os clubes que fazem parte da Comissão não acatarão as decisões que forem tomadas.

Já na Praia, o Clube Desportivo ABC, campeão regional de Santiago Sul em todas as categorias Sub-18, Sénior Feminino e Sénior Masculino, lameneou a decisão que representa “mais um duro golpe para o basquetebol nacional”.

De acordo com o dirigente desportivo Alberto “Beta” Mello, o ABC investiu milhares de contos para garantir uma época de excelência e que os orçamentos foram feitos “contando com o prémio e a visibilidade dos campeonatos nacionais”. Beta questiona quem arcará com os prejuízos financeiros e diz que o basquetebol, “infelizmente”, volta a ser prejudicado por falta de planeamento e liderança.

“Todas as outras modalidades conseguiram realizar os seus campeonatos nacionais, mesmo com as dificuldades conhecidas no transporte interilhas” afirma, e por isso diz não entender a justificativa da inexistência de transporte aéreo e a sobreposição com o início do ano letivo como razões para o cancelamento das provas nacionais.

Escola de Edy Tavares diz que não participará em provas organizadas pela actual Direcção da Federação

A escola de iniciação ao basquetebol “DjarmaiBasket

Edy Tavares”, do jogador do Real Madrid e da selecção nacional Edy Tavares, reiterou que enquanto a actual direcção comandar os destinos da FCBB que “não participará de nenhum Campeonato Regional e Nacional”.

Pelo mesmo diapasão move-se o Porto Novo Basquetebol Clube, de Santo Antão. A Comissão das Equipas de Basquetebol de São Vicente, através do Cruzeiros Basket Club, reafirmou também que os clubes da ilha “não votaram nesta direcção” e que as pessoas que se fizeram representantes na Assembleia Geral “não têm legitimidade e nenhum consentimento dos clubes de Basquetebol”, pelo que não acatarão as decisões tomadas.

Assembleia Geral realizou-se e FCBB diz estar “tudo bem”

A Assembleia Geral Extraordinária da FCBB realizou-se e segundo o comunicado, “todas as Associações manifestaram 100% de confiança na actual Direcção”, mesmo com as várias vezes a dizer o contrário.

Ainda de acordo com a FCBB, na assembleia foram decididas as datas para o fim dos Campeonatos Regionais e o início do Campeonato Nacional da nova época, foi apresentado a todas as Associações o plano de atividades para o 1º mandato e houve uma conversa aberta sobre o cancelamento do Campeonato Nacional anterior e as soluções para ultrapassar o impasse.

A direcção garantiu também que foram partilhadas “informações importantes” sobre a Direcção, o Afrobasket 2025 e as contas da competição em que Cabo Verde participou.

Até à plena resolução deste imbróglie, o cancelamento das provas nacionais continua a gerar polémica e parece ter deixado as associações, clubes e atletas de costas voltadas com a direcção da FCBB. Várias vezes do basquetebol nacional têm recorrido às redes sociais para mostrar seu descontentamento e dizem que o basquetebol nacional está “desnorteado”.

Nova Direcção da FCBB foi eleita em Abril último

Hélder Gonçalves foi eleito presidente da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol a 12 de Abril, em lista única, de forma on-line, em assembleia-geral ordinária, com seis votos a favor, sendo que duas associações não votaram por questões técnicas. Hélder Gonçalves, que liderava a Associação Regional de Basquetebol de Santiago Sul, sucedeu a Mário Correia na presidência da FCBB.

Na altura, Gonçalves disse que a principal aposta da nova Direcção seria na comunicação, “primando sempre pela antecedência e ter todas as tarefas delineadas”.



Assembleia Geral

Anderson Correia

“Trovoada retirou-se da selecção por falta de respeito, falta de honestidade por parte da Federação”

Anderson Correia, um dos seniores mais experimentados da selecção e figura dos Tubarões Azuis, também sentiu necessidade de vir a público para alertar a “má gestão” da Federação Cabo-Verdiana de Basquetebol (FCBB), liderada por Hélder Gonçalves, que, segundo ele, não tem “planeamento, capacidade e seriedade de liderar o basquetebol cabo-verdiano”.

De acordo com Correia, numa série de vídeos nas redes sociais, a preparação para o último Afrobasket foi um “desastre, sem condições e planeamento” ressaltando que, de entre várias situações, houve descoordenação até no transporte, obrigando atletas a recorrerem a Uber’s para chegar aos treinos e em num outro episódio, alguém de fora da comitativa nacional é que pagou pelo jantar da equipa.

Anderson disse que entre os “vários desrespeitos” aos jogadores e staff técnico da selecção nacional na preparação ao Afrobasket 2025 foram gastos “trinta e tal mil euros” que ficaram sem justificação e a culpa “foi colocada no Governo”.

Ainda segundo a mesma fonte, mal a nova Direção entrou em funções logo quis demitir Emanuel Trovoada, seleccionador nacional naquela altura.

“Ele [Trovoada] disse que pediu para sair do comando



técnico da selecção, mas fê-lo devido à falta de respeito e falta de honestidade por parte da Federação. Foi minimizado, desrespeitado. Um treinador que fez tudo por Cabo Verde, colocou-nos em pódios, num mundial, mas sentiu-se desvalorizado, por causa de brigas, conflitos de interesses e competições internas”, disse.

Anderson afirmou ainda que a ajuda de custo dada aos

atletas foi reduzida em cerca de 75% “devido a erros do passado” e mesmo assim a Federação na pagou em 20% do valor prometido para o Afrobasket 2025.

Viagem a Angola conturbada

Sobre a viagem para Angola, Anderson avançou que os jogadores e o staff técnico “não tinham conhecimento

do dia da viagem” e já em Angola, “o estágio e a alimentação foram garantidos por pessoas que sempre nos apoiaram, sempre estiveram conosco, quer seja em Angola ou noutras partes e noutras competições e mesmo assim a FCBB teve a audácia de desrespeitar essas pessoas que sempre nos apoiaram”.

Segundo Anderson, sempre foi a FCBB quem “complicou tudo” e fez com que não



Emanuel Trovoada

houvesse condições para a comitativa nacional.

“Sempre tivemos só um roupeiro, mesmo no Mundial e para Angola quiseram levar dois, por amiguismo. Levaram a vice-presidente e uma tesoureira também, sem necessidade, algo que aumenta os custos e digo que foram lá só passear”, desabafou.

“Uma Federação que não tem sequer capacidade de organizar um Campeonato Nacional. Arranja desculpas para tudo. É essa a federação que queremos?”, pergunta, ao que assevera que a actual direcção tem feito com que atletas desistam de representar as cores nacionais.

Recordamos aqui que logo após o final da participação cabo-verdiana no Afrobasket em Angola, além da saída de Emanuel Trovoada, também se despediram da selecção nacional os jogadores Keven “Kevon” Gomes e Beto Gomes.



O SUMMER é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da FATURAÇÃO ELETRÓNICA

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

SaaS (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gerencie as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv

Atletas do Emicela Team Cabo Verde brilham no Grande Trail Serra d'Árga em Portugal



Milly Brito, Campeão de Portugal do Circuito Best Trail Séries 2024/25

No Grande Trail Serra d'Árga em Portugal, a Emicela Team Cabo Verde esteve representada por nove atletas. Para além de Milly Brito, participaram Rony Fortes, nos 50 Km (Ultra Trail), Helton Barbosa, Ivan Fortes e Edson Correia, nos 31 Km (Trail Longo), William Santos, Nelson Correia, Iteivino Horta e Elenise Mendes nos 16/17 Km (Trail Curto).

Consagração de Milly Brito

Apesar de Milly Brito ter terminado a etapa de Serra d'Árga na 13ª posição, este destacado atleta da ilha de São Nicolau já tinha garantido o título do Circuito Best Trail Series 2024/25 nos 50 kms, uma vez que venceu as provas de "Geres Extreme Marathon" nos 42 kms, "Foz Côa Douro Trail Adventude" nos 45km, "Caramulo Magic Traial" nos 35 kms, "Transpeneda Geres" nos 65 kms, e o "Penacova Trail do Centro" nos 46 kms".

As únicas provas que Milly Brito não venceu foram o circuito de Serra Amarela Skymarathon 45 kms, em que terminou o percurso no terceiro lugar, e a estapa do Grande Trail Serra d'Árga de Serra d'Árga, última prova realizada.

À entrada para o Grande Trail Serra d'Árga, cujas provas decorreram em Portugal de 26 a 28 de Setembro, o atleta de São Nicolau, Milly Brito, já tinha assegurado o título de Campeão de Portugal do Circuito Best Trail Séries 2024/25. Entre outras conquistas dos atletas cabo-verdianos, destacam-se, igualmente, os desempenhos de Nelson Correia e Ivan Fortes que alcançaram o primeiro lugar do Grande Trail Serra d'Árga (Portugal) nos 17 e 31 quilómetros (kms), respectivamente.

A Nação

As conquistas de Nelson Correia e Ivan Fortes

Os atletas Nelson Correia e Ivan Fortes, da Emicela Team Cabo Verde, venceram o Grande Trail Serra d'Árga (Portugal) nos 17 e 31 quilómetros (kms), respectivamente. Por sua vez, o jovem atleta William Santos, 21 anos, também da Emicela Team Cabo Verde, fechou o pódio, ou seja, em terceiro lugar, no trail dos 17 kms.

Nelson Correia, vencedor nos 17 Km, obteve o tempo de 01 hora, 18 minutos e

19 segundo (01:18:19) e Ivan Fortes, que ganhou a prova dos 31 kms, alcançou o tempo de duas horas, 45 minutos e 59 segundos.

Ainda na prova dos 31 kms, Edson Correia classificou-se no 13.º lugar.

O terceiro lugar no trail dos 17 kms foi conquistado pelo jovem atleta William Santos, 21 anos, também da Emicela Team Cabo Verde, que obteve a marca de 01:20:53, tendo sido o vencedor na sua categoria (Sub 23).

Rony Fortes, outro atleta



Ivan Fortes

Nelson Correia

Cabo Verde participa com 11 atletas no Campeonato Africano de Natação no Gana

Cabo Verde participa de 03 a 05 de Outubro no Campeonato Africano Júnior da Zona 2 de Natação'2025, com uma equipa constituída por 11 atletas, residentes e da diáspora. Os 10 atletas masculinos, dos quais dois séniores, e uma feminina, vão competir nas provas individuais e estafetas.

Os nadadores seleccionados são

provenientes da UD Praia, Escola São Filipe (Fogo), Escola Jandir, do Sal, do Commonwealth Swimming (EUA) e TAc Titans (Portugal).

Cabo Verde, de acordo com o calendário oficial da prova, vai estar a competir nas disciplinas dos 50, 100, 200 e 400 metros livres, 50, 100 e 200 metros bruços, 50 e 100 metros costas, 50 metros borboleta e 400

metros estilos.

De acordo com o secretário-geral da Federação Cabo-verdiana de Natação (FCN), Enrique Alinho, os participantes cabo-verdianos vão lutar para conquistarem medalhas pelo que deposita grande esperança em atletas como Rohan Shearer (Portugal) e Myles Gonçalves (EUA).



da Emicela Team Cabo Verde neste circuito, cortou a meta no 21.º lugar.

A nível feminino, a atleta Elenise Mendes cortou a meta no terceiro lugar nos 17 Km com o tempo de 01:54:59.

Câmara Municipal do Paul felicita Ivan Fortes

A Câmara Municipal do Paul felicitou “calorosamente” o atleta Ivan Fortes, da formação Jal Domus Nostra, pela conquista do 1.º lugar no Grande Trail Serra D’Arga, Portugal, na categoria Sénior Masculino – Trail Longo (31 kms).

“Este resultado brilhante é motivo de grande orgulho para todo o concelho do Paul, refletindo não apenas o talento e a dedicação do atleta, mas também a força e o potencial do desporto paulense além-fronteiras”, lê-se na página Câmara Municipal do Paul no Facebook.



Égua Nancy de Santo Antão vence corrida de cavalos do Dia do Município do Sal

A égua Nancy, de Santo Antão, e o jóquei Joel Rocha foram os vencedores da corrida de cavalos realizada a 29 de Setembro em Santa Maria, no âmbito das festividades do Município do Sal, superando 12 outros cavalos adversários provenientes do Sal (oito), São Nicolau (três), São Vicente (um) e Santo Antão (um).

Na grande final, Nancy assegurou o primeiro lugar, deixando para trás Varsóvia do Sal, em segundo, Suihara de São Nicolau, em terceiro, e Fénix do Sal, em quarto.

O proprietário da égua vencedora, Stivan Silva, foi distinguido como o melhor treinador do evento, enquanto o prémio de jóquei revelação foi atri-

buído a Sidney, montador do cavalo 100 Sombra do Sal.

Prémios

A égua Nancy levou um prémio no valor de 200 mil escudos, Varsóvia que ficou como segunda classificada levou 150 mil escudos e Suihara, terceiro lugar, 100 mil escudos. Fenix do Sal, em quarto lugar foi premiado com 70 mil escudos, Mamy de São Nicolau, em quinto lugar, 60 mil e Raça Mau de São Vicente que ficou na sexta posição levou 50 mil escudos.

O presidente da Associação de Hípica do Sal, Balta Nascimento, destacou que o evento decorreu “dentro da

normalidade sem nenhum incidente”, mas alertou para as dificuldades logísticas na deslocação de cavalos de outras ilhas e manifestou preocupação com a recorrente invasão da pista pelo público, um comportamento que “coloca em risco as vidas das pessoas, dos cavalos e dos jóqueis”.

A égua Nancy levou um prémio no valor de 200 mil escudos, Varsóvia que ficou como segunda classificada levou 150 mil escudos e Suihara, terceiro lugar, 100 mil escudos. Fenix do Sal, em quarto lugar foi premiado com 70 mil escudos, Mamy de São Nicolau, em quinto lugar, 60 mil e Raça Mau de São Vicente que ficou na sexta posição levou 50 mil escudos. C/Inforpress



Direção do Hospital Dr. Baptista de Sousa - Informações sobre a Cozinha

A cozinha situada em Monte Sossego pertence ao Hospital Dr. Baptista de Sousa (HBS) e encontra-se em pleno funcionamento, com todos os funcionários afetos ao hospital, incluindo profissionais com experiência comprovada na área de dietas hospitalares.

A gestão e organização da cozinha estão integradas no Serviço de Nutrição deste Hospital, sob supervisão de nutricionistas do quadro do Ministério da Saúde.

A nutricionista responsável pela área de produção exerce as suas funções no próprio espaço, assegurando que a cozinha nunca fique sem acompanhamento técnico especializado.

A equipa é composta por profissionais, com experiência comprovada em dietas hospitalares, garantindo a qualidade, a segurança e a adequação nutricional das refeições servidas diariamente.

O espaço cumpre rigorosamente as normas de higiene e segurança alimentar em vigor,

dispõe de plano de desinfectação periódica e promove ações de formação contínua em boas práticas de preparação, manipulação segura e conservação de alimentos.

Para assegurar a proteção dos pacientes, o racionamento das refeições é realizado exclusivamente com descartáveis próprios para uso alimentar, sendo desaconselhável o uso de materiais recicláveis, devido aos riscos de contaminação e infeção.

Atualmente, a cozinha do HBS serve cerca de 230 refeições diárias a pacientes e mais de 70 refeições ao corpo clínico, o que corresponde a mais de 109.500 refeições por ano, sem qualquer registo de incidentes relacionados com qualidade alimentar ou logística.

Informações adicionais: Além das questões de segurança alimentar e de logística, a Direção do Hospital Dr. Baptista de Sousa tem vindo a trabalhar continuamente na implementação de melhorias. A título de exemplo, foram ad-

judicados, há já algum tempo, kits completos de cozinha em material inox, cuja entrega está prevista até ao final do mês de dezembro.

O funcionamento deslocado da cozinha, em instalações externas, constituiu uma solução temporária. Contudo, encontra-se em curso, no âmbito do Ministério da Saúde, um projeto para a reintegração da cozinha na estrutura hospitalar, para o qual já foram realizadas obras de requalificação. Paralelamente, foi lançado um concurso público para a aquisição dos equipamentos necessários, estando o processo atualmente na sua fase final.

O Hospital Dr. Baptista de Sousa reafirma, assim, o seu compromisso com a segurança alimentar, a qualidade dos serviços prestados e a proteção da saúde pública, garantindo que a cozinha de Monte Sossego se mantém como uma estrutura segura, funcional e em permanente melhoria.

14 | A Nação | Nº 943 | 25 de Setembro de 2025

SOCIEDAD

São Vicente

Hospital Baptista de Sousa há vários anos sem cozinha própria



A cozinha do Hospital Baptista de Sousa funciona há vários anos fora e longe das instalações desse estabelecimento de saúde de referência nacional. A comida chega em embalagens descartáveis, que são depois atiradas para o lixo. A situação, que devia ser provisória, gera indignação entre cidadãos e motiva críticas do Delegado de Saúde, Elísio Silva.

Julio A. do Rosário

O Hospital Dr. Baptista de Sousa (HBS), em São Vicente, mantém há seis anos uma cozinha hospitalar localizada a cerca de pouco mais de dois quilómetros do seu edifício principal. A decisão, tomada a título provisório durante a construção do Centro de Hemodiálise, nunca foi revertida, conforme o apurado pelo A NAÇÃO. De referir que esta infraestrutura foi inaugurada em Julho passado, ao fim de seis anos de construção.

Desde 2019, portanto, a alimentação dos pacientes do HBS é confeccionada fora do recinto hospitalar, transportada em embalagens descartáveis e servida sob a supervisão de uma nutricionista, conforme o apurado por esta reportagem.

Posicionamento do Delegado de Saúde

"Instintivamente, esta é uma situação que está por resolver há anos sem solução aparente da parte da direcção do HBS", disse o Delegado da Saúde, Elísio Silva, quando confrontado com o assunto.

A questão foi colocada via mensagem SMS e prontamente respondida pela mesma via e sem direito a mais perguntas que, entretanto, foram colocadas, mas sem retorno.

"Como delegado de Saúde não tenho intervenção a nível de administração (do Hospital Dr. Baptista de Sousa). Somente a parte sanitária da ilha que merece a minha intervenção", indicou o responsável da Delegacia de Saúde de São Vicente.

O preço do improviso

Diante de um tal quadro, a cozinha do HBS, que deveria ser parte integrante do cuidado clínico e ambiental, opera como apêndice deslocado, onerando o hospital e contribuindo para um modelo de produção alimentar considerado impróprio e financeiramente insustentável. Fontes internas revelaram que o HBS paga mensalmente uma renda elevada pelo edifício onde funciona a cozinha.

A comida, embalada em recipientes descartáveis, é distribuída em bandejas de plástico, talheres de uso único e embalagens térmicas. Todo esse material, por ser descartável, termina no lixo, sem triagem, sem responsabilização, num tempo em que o cuidado com o ambiente é uma prática recomendada.

"Todos os dias são uma boa quantidade de sacos plásticos, não há plano de reciclagem, nem alternativa sustentável", disse um funcionário do HBS, sob o necessário anonimato.

Quintais vazios

No entanto, no recinto do próprio quintal do HBS existem espaços suficientes para a construção de uma cozinha hospitalar moderna, funcional e amiga do ambiente.

A decisão de manter a cozinha fora do complexo do HBS, inicialmente provisória, tornou-se permanente, já que esta é uma situação que se agrava desde 2019, pelo menos. A pergunta que não cala: por que razão se mantém uma estrutura cara e ambiental-nociva, quando há alternativas internas viáveis? Quem paga com isto?

Estima-se que, além do modo "lixo" hospitalar, o HBS gera uma boa quantidade de resíduos descartáveis por mana apenas com a alimentação. O custo mensal com materiais descartáveis já passa vários milhões de euros, segundo fontes internas. Ainda essas mesmas fontes HBS não possui um plano de reciclagem, nem política de redução de resíduos.

Perguntas sem respostas

Para o efeito de contraditório a direcção do HBS foi devidamente contactada pelo A NAÇÃO; não reagiu, para aparecer agora com um suposto de direito de resposta, que confirma, no essencial, o facto por nós reportados: a alimentação do hospital na ilha de São Vicente é confeccionada fora do recinto do HBS.

Nota da Redação

Para efeitos de contraditório a direcção do HBS foi devidamente contactada pelo A NAÇÃO; não reagiu, para aparecer agora com um suposto de direito de resposta, que confirma, no essencial, o facto por nós reportados: a alimentação do hospital na ilha de São Vicente é confeccionada fora do recinto do HBS.

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Crise energética e má gestão: um retrato preocupante da capital



Lua Pires

A cidade da Praia tem enfrentado, nos últimos dois meses, cortes graves e repentinos de energia elétrica em praticamente todas as zonas. Trata-se da capital do país, o centro urbano e motor de desenvolvimento nacional.

Há algumas décadas, a eletricidade em Cabo Verde era vista apenas como um bem básico. Continua a sê-lo, mas hoje é também um fator decisivo para o progresso económico, social e tecnológico. Recorde-se que, há apenas dez anos, várias localidades do interior da ilha de Santiago, bem como de ilhas como Santo Antão, São Nicolau e Fogo, ainda não dispunham de eletricidade. Com a implementação de algumas políticas, registaram-se avanços significativos, e as mudanças na vida dessas populações foram notórias antes e depois do acesso à energia elétrica.

Entretanto, o mundo mudou. Vivemos na era digital, em que praticamente todas as atividades dependem 100% da eletricidade. Cabo Verde, apesar de beneficiar de sol abundante durante todo o ano, ainda não conseguiu estruturar um sistema de energia solar capaz de sustentar, pelo menos, a capital do país. A dúvida permanece: trata-se de uma limitação económica ou de uma incapacidade técnica dos setores responsáveis? Questões complexas que precisam ser debatidas de forma séria, técnica

e financeira.

Durante estes dois meses de instabilidade elétrica, todas as instituições foram prejudicadas. O país já convivia com um sistema deficitário e ineficiente; com as quedas prolongadas de energia, a situação agrava-se. As instituições tornam-se ainda mais lentas, o que impacta diretamente a vida da população.

Não é necessário reforçar que todos sofrem com este problema. Basta pensarmos nas facilidades que a eletricidade proporciona no dia a dia, desde as necessidades mais básicas até às mais complexas. O setor empresarial, formal e informal, é duramente atingido, sobretudo porque a capital concentra o principal motor da economia nacional.

Num país que fala constantemente de “transição digital”, tais situações tornam-se contradições com a realidade que nos asfixia todos os dias. Em apenas dois meses, as perdas económicas são visíveis a olho nu, sem necessidade de análises técnicas profundas. Falta saber o valor real e, muito provavelmente, esse valor estão acima de milhões de contos. É um prejuízo que o Estado não assume, sob pena de agravar a sua dívida interna.

O problema central não está apenas na falha técnica, mas sobretudo na forma como a crise é gerida. A atuação da EDEC tem-se revelado completa imaturidade, principal-

mente no campo da comunicação com a sociedade civil. A informação transmitida é precária, mal preparada e sem credibilidade. É fundamental compreender que determinados setores exigem um “trato fino”, pois afetam diretamente toda a população, e não apenas um grupo específico.

Essa normalização das falhas preocupa: se a gestão de um bem básico como a eletricidade é feita com tamanha falta de seriedade, o que esperar de setores ainda mais complexos e exigentes? Situação semelhante ocorre com a AdS, onde comunidades chegam a passar dois ou três meses sem acesso a água potável e sem nenhuma satisfação. Falar de água é falar de segurança alimentar e de dignidade humana.

Cabo Verde apresenta um custo de vida elevado em relação ao salário mínimo, com preços altos de água, luz, internet e alimentação. Este cenário desestimula investimentos estrangeiros, ainda que se fale constantemente em criar políticas públicas para atrair capital externo. Continuamos a tratar pautas essenciais de forma superficial, recorrendo a medidas de emergência, o conhecido “txapa” que apenas adiam a resolução dos problemas.

Em 2022, a antiga Electra passou por um processo de reestruturação organizacional:

Foi aprovado o Decreto-lei nº 34/2022, que extin-

guiu as divisões Electra Norte e Electra Sul.

Criaram-se três novas empresas:

EPEC- Empresa de Produção de Eletricidade de Cabo Verde (produção);

EDEC- Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde (distribuição/retalho);

ONSEC- Operador Nacional do Sistema Elétrico de Cabo Verde (gestão do sistema e do mercado).

As empresas EPEC e EDEC estão destinadas a privatizações ou parcerias com o setor privado, enquanto a ONSEC permanece sob domínio público.

O processo, apoiado internacionalmente (com assistência técnica do Banco Mundial), tem como objetivos: melhorar a eficiência, reduzir o peso fiscal sobre o Estado, gerir melhor as perdas e integrar energias renováveis.

Passados três anos, resta à sociedade questionar: esta reestruturação tem de facto melhorado a qualidade do serviço e reduzido os custos para os cidadãos?

O que não pode mais ser adiado é a responsabilização. Quem responde pelos prejuízos causados? Quem assume a falha técnica e, sobretudo, a falha de comunicação? Cabo Verde precisa de mais seriedade e responsabilidade na gestão dos seus bens mais básicos, sob pena de comprometer não apenas o bem-estar da população, mas também o futuro do seu desenvolvimento económico e social.

Num país que fala constantemente de “transição digital”, tais situações tornam-se contradições com a realidade que nos asfixia todos os dias. Em apenas dois meses, as perdas económicas são visíveis a olho nu, sem necessidade de análises técnicas profundas.



Germano Almeida

O novo ano judicial

“Mas na minha modesta opinião, essa espécie de conclave onde cada chefe de seita usa da palavra, é perfeitamente inútil. É que estamos já num país onde muito pouca gente já leva a justiça a sério. Aquela antiga ideia de uma decisão judicial quase provir de um oráculo perdeu-se definitivamente.”

O ritual da festa da abertura do ano judicial assemelha-se muito a uma coreografia onde os papéis de cada participante estão já todos previamente definidos e ensaiados em anos e anos de repetição e por isso mesmo tudo decorre na melhor ordem.

Este ano não destoou. Até os fatos se repetiram, já para não falar das capas de alguns advogados e juizes que parece terem preferido ir à festa mascarados. Infelizmente a toga perdeu-se como símbolo, agora é simplesmente uma veste talar.

Mas na minha modesta opinião, essa espécie de conclave onde cada chefe de seita usa da palavra, é perfeitamente inútil. É que estamos já num país onde muito pouca gente já leva a justiça a sério. Aquela antiga ideia de uma decisão judicial quase provir de um oráculo perdeu-se definitivamente. O que a maioria das pessoas hoje pensa é que um grande número de juizes decide em função dos seus interesses e amizades e ódios e outras mesquinhas, desse modo satisfazendo a sua consciência, mas não a lei. Alguém já escreveu e com razão que as palavras, quando devidamente torturadas, dizem o que a gente quiser que digam. De modo que a reunião, quando muito terá servido para o reencontro de amigos que há muito não se viam, troca de abraços e mexericos, nisso se resumindo a sua utilidade.

Bem, não terá sido totalmente assim. Ouvi e li o presidente da República falar da morosidade processual. Até onde me lembro não terá sido a primeira vez, mas nunca com a incisão de agora, acho que acabou por ser mais preciso: “Tenho recebido de cidadãos, empresas e outras entidades, em audiências, cartas, mensagens ou petições, reclamações não só no se refere à morosidade e às pres-

crições, como também, o que é mais grave, sobre processos julgados, mas sem sentença do juiz”.

Mas neste ponto pode-se perguntar, Que é feito da Inspeção Judicial? Que papel tem de facto desempenhado essa instância que deveria funcionar como uma espécie de polícia dos serviços de justiça? Aparentemente não tem tido papel nenhum, dada a quantidade de advogados e seus constituintes que se queixam de estar à espera de uma sentença anos dobrados.

Portanto, a Justiça tem andado pelas ruas da amargura, mas pessoalmente estou convencido que nenhum processo contribui para o descrédito da justiça nacional mais que o processo montado contra o deputado Amadeu Oliveira. Digo montado, porque desde a sua prisão por ordem do desembargador Simão Santos, até à confirmação da sentença pelo Supremo, há claramente uma montagem destinada a destruir um homem.

As coisas já corriam mal na Justiça, as acusações a muitos magistrados eram já moeda corrente na sociedade, sobretudo depois que o advogado Amadeu Oliveira acusou alguns magistrados de inserção de falsidades nos processos. Nesse aspeto, e não se querendo ir ao ponto de se fazer um inquérito exterior aos tribunais, deveria ter sido dever de quem manda impor e insistir no sentido de a Inspeção Judicial averiguar as gravíssimas acusações. Mas não, optou-se por inventar um processo crime a três pancadas e condenar o deputado por um suposto crime de atentado ao estado de direito democrático. Mas não serviu de muito essa condenação, o geral do nosso povo continua a acreditar que o Amadeu está preso porque disse a verdade e precisava “ser

contido” como proferiu o presidente da Assembleia Nacional. De modo que serão precisas muitas e muitas gerações para a nossa justiça voltar a merecer o respeito dos tempos antes da independência nacional.

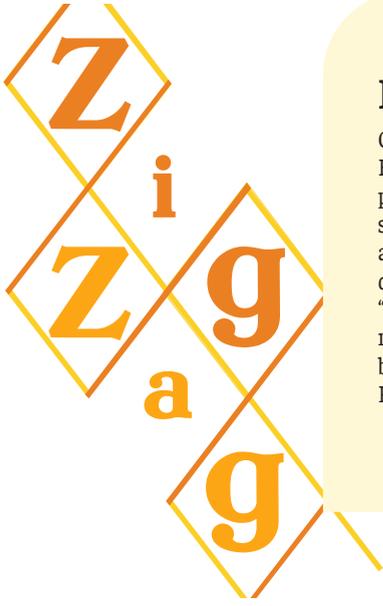
Eu costumo comparar o presidente de uma República ao rei de uma Monarquia. O rei, para o bem ou para o mal, nasce rei. Alguns gostam (caso de Luís XIV da França), outros detestam (caso de Luís XVI). Com o presidente da República é completamente diferente. Este quer o lugar, ambiciona o cargo. E para isso faz campanha, gasta dinheiro dele e de outros, sobe cutelos, desce ribeiras, enfrenta multidões subindo em palanques de altifalantes em punho. No nosso caso concreto, viaja sem descanso entre as ilhas, às vezes até de bote em altas horas da noite, fala, fala, fala, até ficar sem voz – tudo para convencer o povo miúdo a voltar nele, porque realmente é esse povo miúdo que lhe dá o lugar de presidente votando nele exatamente como ele pede.

Muito bem! Mas conseguiu o lugar, investido nessa dignidade, ele simplesmente tende a esquecer o povo que o elegeu.

Um exemplo singelo: O nosso presidente escreveu no fb que, para preparar a sua intervenção na abertura do ano judicial, ouviu diversas pessoas, entidades nacionais, as antigamente chamadas forças vivas do país. Aliás, já tinha feito a mesma coisa para a sua intervenção após as chuvas e de análise ao estado do país, onde acabou concluindo, certamente que pela opinião dos ouvintes, porém, contrariando aquilo que se escuta no meio da população em geral, que afinal o país está nos trinques, em paz e recomendando, não obstante o burburinho a que se assistiu por causa da arbitragem dos 39 milhões.

Mas acontece que as pessoas que o presidente ouve hoje em dia, têm muito pouco a ver com aquelas a quem deve a presidência da República. As pessoas que ele chama para ouvir, vivem na sua pacífica redoma (hoje diz-se bolha), em casas com ar condicionado, vão ao palácio de fato e gravata, muitos de carro com condutor. Ora esses não sabem da vida nhamida do povo miúdo a quem ele fez promessas a troco de voto. Portanto, as conversas deles podem ter valor, porém não traduzem a realidade da vida da grande maioria dos seus eleitores.

O presidente fez uma meteórica passagem por Mindelo aquando do temporal de 11 de Agosto. Ainda estava-se no quente da desgraça, ainda ninguém tinha alcançado a sua catastrófica dimensão. Hoje que a papa já está mais fria, constatamos que, afora as águas de lama terem deixado de correr, a cidade, a ilha, continua praticamente igual na sujeira do dia seguinte à catástrofe. A ilha toda vive em estado de resignada tristeza, as pessoas caminham tristes, como se estivessem a sentir-se abandonadas por aqueles a quem deram poder. Quase dois meses passados sobre o desastre e não se verificam obras na cidade capazes de alentar este povo. Um forte sentimento de desamparo apossou-se das pessoas diante das suas ruas outrora sempre limpas e agora sujas e enxovalhadas como que pertencentes a uma cidade moribunda. De modo que agora é que seria ótimo o presidente se permitir conhecer diretamente e sem os filtros habituais, o verdadeiro estado da ilha e o sentimento de amargura que está a atravessar este povo. Porém, ouvindo diretamente o povo dos bairros que rodeiam a Morada.



Bananas

O sujeito de costas, vestido de branco, é o nosso Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, com todas as letras e patentes que o cargo exige. Depois de cuidadosamente seleccionar e comprar umas papaias e bananas boas, coube ao seu ajudante-de-campo transportar o abastecimento do dia. Afinal, em países de brandos costumes como o nosso, os “guarda-costas” sempre servem para alguma coisa. Até porque não fica bem ao nosso Almirante e Comandante transportar bananas nas mãos, não vá alguém pensar que estamos numa República das Bananas, não?



Democracia

Enquanto não chega a PM, Francisco Carvalho vai exercitando o poder do “quero, posso e mando”. Na última Assembleia Municipal foram inicialmente previstas seis horas para o debate sobre o orçamento de 2026 da CMP, mas, durante o palavrório habitual, com fatos à mistura e pedidos de “relaxa”, a bancada do PAICV entendeu que duas horas eram suficientes e, por isso, introduziu um requerimento solicitando a votação desse instrumento de gestão. Como a maioria é que manda e ordena, não foi possível um debate aprofundado do orçamento e, conseqüentemente, não houve abertura para absorver propostas da oposição, que, no poder, não se comportou de forma diferente.

Quem cobra...

Já o edil de São Vicente apareceu na Assembleia Municipal, mas esqueceu-se de trazer explicações. Falou muito, ouviu menos e passou o tempo a contabilizar ofensas. As críticas dos eleitos foram recebidas como ataques pessoais, aproveitamento político, e os pedidos de transparência tratados como afronta. A sessão terminou sem respostas, sem planos e sem rumo. Mas com um recado claro: quem cobra, incomoda; e quem governa, se ofende. É assim a democracia em São Vicente de Augusto Neves.

“Laginha liberada”

Após quase dois meses de interdição, a praia da Laginha foi finalmente considerada segura para banhos. Os coliformes fecais, que chegaram em cruzeiro forçado pelas chuvas de 11 de Agosto, já se retiraram, em paz e em boa ordem. A bandeira verde foi hasteada, mas sem explicação pública sobre os esgotos que romperam... Quem insistir corre o risco de ser apodado de inimigo de Soncent e o ZIG não está para isso.

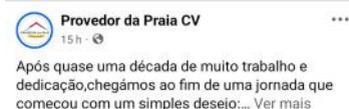
Manifestação

A Manifestação contra os cortes de energia na ilha de Santiago foi um fiasco. De entre milhares de pessoas cuja luz tem faltado dia sim, dia não, há pelo menos um mês, apenas duas dezenas marcaram presença no encontro, que teve lugar terça-feira. “Assim ka tem como Edec leva gente à sério”, ouviu o ZIG, numa ronda pela Praça Alexandre Albuquerque, no Platô. Como diz o adágio, o povo tem o governo que merece, porque, na verdade, também o Governo tem o povo que merece. A EDEC agradece a compreensão dos praienses que ficaram em casa. O Governo também.



Gota d'água

Para o Provedor da Praia, o comodismo e falta de sentido cívico foi a gota de água que transbordou o copo e ditou a decisão de acabar com página. Anunciou, no mesmo dia, o seu encerramento, após dez anos “dando voz aos problemas da Praia”. A população, apesar de muito se queixar, não quer mover um dedo para resolver seus próprios problemas, diz o Provedor, cansado de remar sozinho contra essa maré de passividade. Como diria a cartilha marxista, ainda não estão criadas as condições objectivas para uma Revolução cidadã! Fica para a próxima geração.



Gato por lebre

ZIG ouviu dizer que anda a circular por aí, nas pratelarias de super e minimercados, embalagens de produtos alimentares falsos. Depois do azeite que na verdade era óleo, desta feita são garrafas de vinagre branco, ou até vinho branco, contendo água..! Watchay IGAE!

Todo terreno

Não é todos os dias que o ZIG e o Mundo conseguem ver um jornalista todo o terreno, neste caso, terra e mar, como ilustra a foto postada pelo próprio personagem da imagem na sua página do Facebook: o nosso colega Moisés Évora. Qualquer dia vamos tê-lo a entrevistar alguém em queda livre, ou outro qualquer modo de voo. Mesmo assim, andam por aí alguns envinagrados a acusarem os jornalistas crioulos de pouco criativos, nada investigativos... Mirem-se, pois, no exemplo do nosso Moisés, que acaba de completar 40 anos de jornalismo todo o terreno. Os parabéns do ZIG.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com

Etc.



Madagáscar a ferro e fogo



Madagáscar

Manifestações contra cortes de electricidade e de água causam 22 mortes e dissolução do governo

Numa comunicação ao país, no início desta semana, o presidente de Madagáscar anunciou a dissolução do seu governo, em resultado de vários dias de manifestações de jovens contra o corte de energia e da distribuição de água no país, que duram há muito tempo.

“Reconhecemos que os membros do governo não cumpriram as tarefas que lhes foram confiadas e por isso pedimos as nossas desculpas”, disse Andry Rajoelina, numa comunicação dirigida ao país, na última segunda-feira, difundida pela televisão.

Designados por “Gen-Z” (geração Z), milhares de jovens manifestantes desceram às ruas de Antananarivo, gritando palavras de ordem, como “Nós queremos viver, não sobreviver!”

Volter Turk, o responsável local das Nações Unidas, declarou-se “chocado” com a repressão das forças policiais e condenou aquilo a que chamou de “força inútil” utilizada pelas forças de segurança,

As manifestações de jovens começaram na semana passada na capital do Madagáscar, Antananarivo, tendo de seguida se espalhado por oito cidades do país. As pilhagens e a violência nas ruas da capital levaram o governo a decretar um recolher obrigatório nesta cidade, com a polícia a disparar balas de borracha e gás lacrimogénio para dispersar os manifestantes.

Joaquim Arena

afirmando que, pelo menos, 22 pessoas tinham sido mortas e outras 100 feridas. De acordo com este responsável, foram feitas detenções, agressões e mesmo a utilização de balas reais contra manifestantes.

“Exorto as forças de segurança a renunciarem ao uso de uma força inútil e desproporcional e à libertação imediata dos manifestantes detidos arbitrariamente”, declarou, na passada segunda-feira.

Segundo a ONU, entre os mortos estão “manifestantes e pessoas comuns mortas por membros das forças de segurança, mas igualmente pessoas mortas durante a violência generalizada e das pilha-

gens realizadas por indivíduos e pelos gangs que não estavam ligados às manifestações.”

Uma pequena batalha ganha

Vários grupos de jovens desciam as ruas da capital, nos últimos dias, gritando “Miala Rajoelina!” (Vai-te embora, Rajoelina), que chegou ao poder, a primeira vez, em 2009, impulsionado por um levantamento popular.

Para uma manifestante, no meio de centenas de mulheres, citada pela agência AFP, “uma pequena batalha já foi ganha, com a dissolução do governo pelo presidente: mas queremos uma verdadeira mudança, um Estado de

direito, de justiça para todos. É por isso que não se trata de um movimento apenas da Gen-Z.”

A primeira das medidas tomadas pelo presidente malgaxe foi demitir o ministro da Energia, argumentando que este não cumpriu o seu trabalho devidamente. No entanto, o que os manifestantes pedem é que o presidente e o resto do seu governo se demitam.

Em resposta à descida de milhares de manifestantes pelas ruas, na sua comunicação à televisão nacional, o presidente Rajoelina disse “compreender a cólera, a tristeza e as dificuldades causadas pelos cortes de energia e os problemas da distribuição

de água”.

Adiantou ainda ter posto um “fim às funções do primeiro-ministro e ao governo do país”, e que as candidaturas para um novo primeiro-ministro seriam recebidas nos próximos três dias, após a formação de um novo governo. Entretanto, anunciou, o pessoal governamental asseguraria interinamente o funcionamento do país, até à formação de um novo governo malgaxe. Rajoelina expressou, ainda, a sua vontade para se encontrar com os jovens manifestantes.

Dos mais pobres do mundo

Conhecida por ser a maior exportadora de baunilha do mundo, pelos lémures e diversidade étnica afro-javanesa da sua população, a ilha de Madagáscar é a maior do continente africano. Situa-se no oceano Índico, frente a Moçambique e foi uma colónia francesa, até 1963. Actualmente é considerado um dos países mais pobres no mundo.





FREQUÊNCIAS

Praia – **89.90** | Santo Antão - São Vicente - São Nicolau – **96.70**

R. Grande ST - S. Domingos - S.Jorge dos Órgãos - ST Norte
- Fogo - Maio – **99.60 e 94.40**

Sal - Boa Vista – **92.00**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através
de www.radioalfacv.com



+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde



Joaquim Arena

Outras Vozes, Outras Vidas

Viagem ao Quênia de Hemingway e da contestação nas ruas

Jonathan e McDonald, dois cidadãos quenianos, explicaram-me o melhor que puderam o seu país. O primeiro, já nos seus sessentas, e o segundo, um jovem de pouco mais de trinta anos. Não cheguei a fixar os seus apelidos africanos. Cheguei ao entardecer a Nairobi, a capital do Quênia, fazendo Praia-Dacar-Lomé-Nairobi, ou seja, um dia inteiro atravessando os céus do continente. Lá em baixo, através das nuvens, o verde variava de tons na terra africana, cruzada por estradas e rios. A primeira conclusão do passageiro ilhéu: todo o manancial de preconceitos e desconfianças sobre companhias aéreas africanas - serviço de bordo ou groundservice - cai por terra. Se a Ethiopian Airlines é há muito um exemplo de qualidade e referência, a companhia privada ASky Panafrikan, foi o melhor que aconteceu, aos passageiros da África Ocidental e Central, nos últimos anos. Cabo Verde incluído.

A Wikipedia diz-nos que foi fundada em 2017 e que é parceira da companhia etíope. E tem vindo a ser “consistently profitable since 2017”. Ou seja, dá lucro. Ganhou, inclusive, a distinção de “Best Airline in West Africa 2023”. Um sucesso em toda a linha e que é visível na simpatia e qualidade de atendimento nos seus escritórios, ainda no Aeroporto da Praia. Para não falar nas opções “chicken or bife?”, das refeições a bordo, e nos simpáticos lanches (quando entre a Praia e Lisboa, na TAP, o manjar não sai dos mesmos raviolis e da insípida omelete). Por curiosidade, viajando em económica, pude inclusive escolher champanhe no voo Lomé-Nairobi. E no mesmo voo de regresso, o vinho é-nos servido nas também simpáticas garra-



finhas de 187 ml. Um mimo de há muitos anos. Quem se lembrar?

Nairobi é uma das grandes metrópoles africanas. A autoestrada que leva do aeroporto Jommo Kenyatta ao centro atravessa bairros de edifícios modernos que espelham a pujança económica da capital queniana. Mas, do ponto de vista político, social e económico, a realidade é bem diferente. Que o digam os meus interlocutores. Muitas ONGs internacionais, institutos e missões da ONU têm aqui a sua sede africana. A esse pessoal, junta-se ainda a comunidade diplomática, considerada uma das maiores de África, senão mesmo a maior.

É o que faz de Nairobi uma das capitais mais cosmopolitas do continente. O Quênia é daqueles países que fazem parte do nosso imaginário. As palavras “bwana” e “simba” (senhor e leão, em kiswahili) eram das poucas balbuciadas pelos indígenas quando estes tinham direito a falar com Tarzan. Só que no Quênia não existem selvas.

E era estranho que o branco Reidos Macacos - como lembrou Muhammad Ali - conseguisse falar a língua dos animais, quando os africanos que estavam ali desde sempre, não conseguiam.

‘Engarramento’ para ver as feras

O escritor americano Ernest Hemingway trouxe as savanas de Masai Mara (Quênia) e do Serengetti (Tanzânia) para o público americano, nas suas viagens de 1933 e 1953. Os livros As Verdes Colinas de África, As Neves do Kilimajaro e Verdade ao Amanhecer (póstumo) só alimentaram ainda mais o mito da masculinidade do escritor barbudo e de ‘pêlos no peito’. Mas foi o romance protagonizado por Meryl Streep e Robert Redford (que nos deixou há pouco) e as imagens de África Minha (1986), que deram a conhecer ao grande público as vastas savanas desta região da África Oriental.

Quando atravessávamos a planície do Nairobi National

Park, nas vésperas do Macondo Literary Festival, alguém apontou na direcção de umas colinas, ao longe. Foi ali, no seu sopé das colinas Ngong, disse-nos, que a baronesa e escritora dinamarquesa Karen Blixen viveu, no início do século XX, rodeada de dezenas dos ‘seus’ kikuyus. E era ali que o famoso caçador e amante Dennis Finch-Hetton pernoitava, vindo das suas viagens pelas savanas, também na companhia dos seus fiéis kykuius e maa-sais.

A proposta de um safari no Quênia é sempre aliciante, sobretudo para quem chega de uma ilha onde só com muita sorte se consegue avistar um ou outro macaco atravessando, rapidamente, as estradas mais isoladas de Santiago. Deixámos o histórico Fairmont the Norfolk Hotel às 6 horas da manhã e quando rolávamos pela savana o sol subia, ao longe, sobre os últimos edifícios de Nairobi. Mas, não demorou muito até darmos de cara com o primeiro ‘engarramento’ de viaturas, num parque natural - to-

“A imagem de ‘selvagens’ e ‘terroristas cruéis’ acabou por sobrepôr-se à sua causa nacionalista e à luta contra o roubo das suas terras e maus-tratos por parte dos britânicos”



das lotadas de turistas, ávidos para ver animais selvagens.

E não seria o último. A cada comunicação recebida via rádio, pelos motoristas-guia, lá se iniciava uma nova corrida atrás de um grupo de leões avistados mais à frente. Seguiram-se corridas para ver leopardos e chitas. Nós e mais umas dezenas de viaturas 4x4, hiacas adaptadas com tejadilho amovível. Todas lotadas de novos, velhos e crianças; indianos, africanos, europeus, asiáticos, de máquina e telemóvel na mão para registar as feras no seu habitat. Estas, a poucas dezenas de metros, olhavam-nos, curiosas. Depois, viravam a cara e iam à sua vida. Perguntámos ao motorista-guia se o que víamos ao longe, atravessando o parque, era uma autoestrada sob pilares. “É a nova linha de comboio, liga Nairobi a Mombaça, na costa, com 480 quilómetros de comprimento, feita pelos chineses.” Ficámos a imaginar se haverá viagem de comboio como esta, onde os passageiros são brindados com a vista da fauna de um parque

natural.

Dois rinocerontes vieram até muito perto da estrada, alimentando-se e sem tirar os olhos do chão. Podiam virar qualquer das viaturas, se quisessem. Mas não nos ligaram patavina. Manadas de zebras mal saíam da estrada, teimosas, dando passagem às viaturas. Assim como os warthogs, as girafas e os babuínos, todos indiferentes aos engarrafamentos que se sucediam junto aos locais onde as feras vinham beber. Vimos crocodilos e hipopótamos, mas com tal postura e disponibilidade para as fotografias que dir-se-ia fazerem parte do negócio do Parque. O caçador Dennis Finch-Hetton sobrevoou esta região no seu Gypsy Moth, até morrer num acidente, em 1931, para desgosto de Karen Blixen. Em 1954, Ernest Hemingway ofereceu uma viagem aérea à esposa Mary Welch pelo seu aniversário, para verem as manadas dos elefantes.

Mas ao tentar escapar a um bando de pássaros o piloto desceu e atingiu uns fios de electricidade e despenharam-se. Após terem sido localizados e levados para uma aldeia, o segundo avião que os levaria para Nairobi também se incendiou ao descolar. Hemingway ficou com várias fracturas e queimaduras pelo corpo. No Hospital de Nairobi, dias depois, o autor de O Velho e o Mar divertiu-se a ler os seus obituários na imprensa internacional. Mas o Quênia de que Jonathan me fala é bem diferente daquela que Hemingway conheceu.

A Revolta Mau-Mau e ‘sobrevivência’ do dia a dia

Quando regressou para o segundo safari, em 1953, o escritor já não tratava os homens que lhe serviam o uísque de ‘boy’, como em 1933. As coisas

tinham mudado. Depois da minha conferência de abertura, Jonathan fez questão de vir saudar um escritor que vinha da “terra de Amílcar Cabral”. Contou-me, depois de autografar-me o meu livro, sobre a Revolta dos Mau Mau (1952-1960), que pela última viagem de ‘Papa’ Hemingway começava a pôr a então colónia britânica a ferro e fogo.

O avô de Jonathan fez parte desse grupo de homens, sobretudo da etnia Kikuyu, que se rebelaram contra a administração colonial britânica. O grupo automeceu-se Kenyan Land and Freedom Army (Exército Queniano da Terra e da Liberdade). Para além dos kikuyus, integrava também maasais, merus e kambas. A imprensa internacional, sob forte influência britânica, levou a cabo uma campanha de desacreditação, desinformação e de diabolização dos Mau Mau. A imagem de ‘selvagens’ e ‘terroristas cruéis’ acabou por sobrepôr-se à sua causa nacionalista e à luta contra o roubo das suas terras e maus-tratos por parte dos britânicos. Estes, como explica Jonathan, fizeram sempre o que lhes havia dado bom resultado: dividiram para reinar. As autoridades coloniais integraram muitos kikuyus fiéis no seu exército que reprimiu a guerrilha Mau Mau.

Mais de 11 mil mortos foi o resultado da revolta, com muitas delas a acontecerem nos campos de prisioneiros e pelas mãos dos guardas africanos, comandados por oficiais britânicos. Pouco tempo depois e pressionado pela violência e o clima de revolta na colónia, o Reino Unido cedeu e o Quênia conseguiu a sua independência, em 1963. “Em 2013, foram desclassificados vários documentos sobre a repressão e a violação de direitos humanos,

no Quênia, mostrando como o governo britânico, o ‘cabinet’, na altura, sabia muito bem o que se passava aqui. Mas, subtilis como sempre, a conclusão lida no Parlamento, foi a de que a culpa fora exclusiva das autoridades coloniais locais e que Londres não era responsável pelas torturas, mortes e outras atrocidades cometidas durante a revolta.”

Jonathan revela-me ainda que os descendentes dos revoltosos, incluindo a sua família, tiveram direito a uma magra indemnização. “Mas na maior parte dos casos, as terras que nos foram roubadas ainda no tempo dos britânicos, nunca foram devolvidas às famílias.” A nossa conversa segue para Cabo Verde, Amílcar Cabral e o PAIGC. Diz-me que é uma “tristeza” o que se passa na Guiné-Bissau. E que aqui, “vivemos numa paz social podre”, referindo-se aos tumultos e confrontos nas ruas entre a população e a polícia, de julho de 2024. “Amílcar Cabral was a great man”, diz-me Jonathan. Mas, vocês também tiveram o Kennyata, respondo-lhe. “Deixe-me dizer-lhe, mal o Quênia se tornou independente ele e a família enriqueceram em pouco tempo e a corrupção explodiu no país. Era Kikuyu como eu.”

Mas é o jovem motorista McDonald, escalado para me levar ao aeroporto, já no meu regresso, que me diz, apenas: “Sir, we are just trying to survive” (senhor, apenas tentamos sobreviver), quando lhe pergunto pela situação no país. Explica-me como parte das manifestações e dos confrontos com a polícia, ocorreram não muito longe do hotel onde me apanhou, entre o Centro Cultural de Nairobi e a Universidade. A 25 de Julho de 2024, milhares de jovens invadiram o parlamento queniano, em respos-

ta à votação no plenário do aumento dos impostos, subida do custo de vida e à corrupção. A onda de protestos provocou várias dezenas de mortos, estando o verdadeiro número, conta-me, ainda por determinar. “Há muita gente que não consegue viver, não tem o mínimo para alimentar os seus filhos. O presidente Ruto fez promessas na sua campanha presidencial, mas agora virou as costas ao povo e a quem votou nele.”

Pelo caminho, McDonald encosta. Sou obrigado a sair do carro e a passar por um detector de metais, num posto de segurança, na estrada para o aeroporto, antes e voltar a entrar no carro. Os atentados terroristas (o último, em 2020, pelo grupo extremista, al-Shaabab, em Camp Simba) deixaram marcas profundas e a preocupação com a segurança é das mais apertadas em África. O país está numa posição-charneira, entre a Somália e a Tanzânia. Para Jonathan, esta é apenas mais uma fase da sua história. “Muito antes dos britânicos, nós vimos chegar à nossa costa árabes, persas, chineses, javaneses, portugueses... estavam sempre de passagem e um dia sabíamos que iríamos retomar o controlo das coisas. O terrorismo é outra fase. Mas aos governos maus, parece que ninguém pode escapar.” Já de regresso, o destino final que surge nos écrãs do aeroporto na minha escala em Lomé diz, Praia Santiago, via Dacar. Mas engane-se quem pense que a ASky faz uma ‘perninha’ para vir até Praia, já fora do continente, nestas dez ilhas desgarradas. A segunda escala de 50 minutos em Dacar (reabastecimento) praticamente esvazia o avião. Mas em pouco tempo, o avião volta a encher-se de passageiros senegaleses e de outras nacionalidades, rumo a Cabo Verde. A Praia - Santiago.



Marciano Ramos Moreira*

Nu ben konta partis

Manba mos e dodu me?!

Na tenpu kolonial txeu algen ta djobeba manera di se fidju matxu ka ba Tropa. Kada un ta uzaba se stratejia pa es fin li: era ma kel konvokadu e uniku fidju matxu na familia; era ma otu o otus fidju matxu dja sirbiba rei dja, pa popa-l ku kel ki inda ka bai; era di pruvindensia pa rinkadu folha di rijistu di nasimentu; era stratejia di ka rijista fidju matxu. Enfin, kada un ta tentaba safa se fidju matxu di se manera.

Txiga tenpu di Txutxi di nha Pala ba inspeson militar. Es sa ta djantaba kantu Kabu di Pulisia Txiku Txunbin txiga la ku notisia:

- Kabu Xefi fla-m pa N ben flahos ma Txutxi debe bai, kintafera ki ta ben li palmanhan sedu, inspeson di Tropa la Kuartel di Praia Santa Maria. Ma si el ka bai, tropas ta ben prende-l, baxu soti!

Txiku Kabu di Pulisia staba ku presa. El tenba ki pasa inda na txeu otu kaza di mansebus. El da notisia la di porta, nen el ka entra, el po pe na kaminhu, tudu ku se spada na bainha.

- Nha fidju go, es ka ta ba po na gera! Uapu! Ntoni, sabe kuze ki bu ta fase pabia Txutxi ka ta ba Tropa! - riaji nha Pala, ta papia ku se maridu, dja xeiu di raiba.

- Mudjer, si e se distinu, go? - riaji Ntoni, ta tenta kalma nha Pala.

- Es fla-m ma ten un advogadu

bidjaku, ki ta kustuma konsigi libra algen di Tropa. - Txutxi disidi mete na konbersu.

- Nton, manhan sedu, bo ku Ntoni, nhos ta ba papia ku es advogadu. Sedu, sen falta! - ordena nha Pala.

Ntoni ku se fidju Txutxi labanta antis di manxe, sota pe na txon, rostu pa Praia Santa Maria. Kantu es txiga, inda advogadu ka txigaba skritoriu. Es konxe spera, ti ki omi txiga. Kantu es kaba splika advogadu kuze ki leba-s la, advogadu riaji:

- Rapazoti, bu situason e difisil. Bo e primeru di 3 fidju matxu, di manera ki N ka sabe modi N ta djuda-bu skapa di Tropa. So si nu tenta artimanha di tolobasku.

- Nos, nu sta li pa Sinhor Dotor orienta-nu. Nu ta faze kel ki nhu fla. - riaji Ntoni.

- Es spiki di tolobasku so ta da rezultadu si fidju nho sabe finji dretu.

- Ah! Nton ka ten prublema! Txutxi nha fidju, dja el nase tolobasku! El ten kara di tolobasku. Nhu ka sa ta odja li? - Ntoni pega mos rostu ku tudu 2 mon pa advogadu djobe midjor.

- Kel li ki e prublema! So sper tu ki pode da pa tolobasku pa skapa di Tropa. Un tolobasku di me di sisu, el ta txiga na inspeson, el ta da pa pruntu i, zas, dja el sta dentu Tropa. Pa izenplu, anu pasadu, N orienta un mansebu pa ba fla ma el ten dedu di pega gatilhu nkrokadu. El bai, el faze tudu dretu! Mas, na fin, kantu dja el dada ka inkapas, kantu dja el staba na porta ta sai, gentis sai ku manha di purgunta-l modi ki dedu era kantu el nase. Nhu ka ta akredita ma kel tolobasku ba sai ku stika dedu pa mostra modi ki se dedu era kantu el nase!

- Ka nhu fadiga! Nhu splika-m dretu modi ki nha fidju matxu debe faze. N ta ba treina-l ti ki el ba kaminhu! - purfia nhu Ntoni.

Advogadu xinta, ku tudu paxenxa, splika stratejia tintin pa tintin. Na fin, Ntoni torna garanti advogadu ma ka ta ten falha. Es

da rinkada pa kaza, dipos di kombina onorariu ki Txutxi fika di leba na dia di inspeson. Advogadu ta staba na bera di Kuartel pa resebe se txotxoka ora ki mos sai di inspeson.

Na dia di inspeson, Txutxi nha Pala ba Kuartel i fika na bixa. Kantu txiga se bes, el entra na sala ku ropa linpu, mas kel ropa era tamanhu di mas pa se korpu. Sa ta fazeba kalor, mas Txutxi staba ku se uma kapoti bistidu. El entra kongosadu, bu ta fla un korkunda desdi di nasensa. El teneba na mon un bolsa xeiu di kes pon tamanhu. El teneba un di kes ponzon stufadu tudu interu na boka. Ta da pasu sima si el sa ta masa ovu. Ta da 2, 3 pasu, ta para, ta finji ma el sa ta sriba ku stika korpu, odju ragaladu, kara di parvu, ta djobe pa un ladu, djobe pa otu, pa riba, pa baxu, pa tras. Un soldadu, xintadu na sekretaria, purgunta-l modi el txoma. Txutxi, sima ki el spanta, risponde, na lingua kabuverdianu:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

- N purgunta-bu modi bu txoma?!

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

- Oh rapas, kal ki e bu nomi? Paulo? Pedro? Manuel? Modi? Bu nomi di igreja?

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Soldadu labanta, xatiadu si, pega Txutxi na onbru, sukudi-l, torna purgunta-l modi el txoma. Txutxi fika ta treme sima bara berdi. El sumara, el stufa ponzon na boka, tra un padas, mastiga faxi-faxi, nguli, toma folgu, torna ripiti, ta djobe ragaladu pa tudu banda:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho

leti pabia leti ka durmi.

Un otu soldadu, ki sa ta sistiba tudu, fla:

- Bu ka odja ma mos ka ta regula dretu. Ka bu perde tenpu ku el. Rapas, bu pode ba kaza!

Txutxi volta pa se novu interlokutor:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Un otu, di kes soldadu prizenti na sala, ben pintxa Txutxi pa sai di sala. Txutxi rizisti, fika ta txora. Na ta luta ku omi, dun bolsu rotu di kapoti di Txutxi futi i baza na txon un monti di padas di papel marlotadu, misturadu ku bilhetti di identidadi. Txutxi fika so na txora, ta ripiti:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Un soldadu pega na kel monti di padas di papel marlotadu, misturadu ku bilhetti di identidadi, po riba sekretaria. Kel soldadu ki staba xintadu na sekretaria pega na bilhetti di identidadi, le, djobe na lista, dipos fla:

- Nton bu txoma Pedro José Monteiro Lopes?

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Soldadu skrebe na lista, dipos longa Txutxi bilhetti di identidadi, fla-l:

- Bu ka ta sirbi pa Tropa! Bu pode bai bu kaminhu!

Txutxi ka toma bilhetti, mas ripiti:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Soldadu labanta, ku ar di amigu, mete-l bilhetti di identidadi na bolsu kapoti djuntu ku kel monti di padas di papel marlotadu, kanga ku el, fika ta ripiti, enkuantu sa ta trazaba-el pa porta:

- Fla mamai pa mandanho kuskus manhan sedu. Ka bu ske-

se! Bai, bu txiga, bu fla-l!

Txutxi po pe na kaminhu di kaza. El dobra skina, el kontra ku advogadu ku mon stikadu pa toma txotxoka. Advogadu, kontenti, fla Txutxi:

- Puxa, pa! N odja tudu! Bo e bon ator! N kore pa kel otu rua di baxu la pa N pode ben kontra ku bo antis bu ba kaza. Go, da-m nha onorariu!

Txutxi, sen para, ba ta pasa na advogadu, ta ripiti manenti:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Advogadu po na anda tras di rapas:

- Eh?! Dja bu sta lonji di Kuartel! Li, tropas ka ta odja-bu, nau! Da-m nha dinheru!

Txutxi, ki sa ta kontinuaba se marxa, ka para di fla:

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Advogadu, ki staba tras di rapas ta anda un stiku bai, kumesa fika xatiadu. El fla:

- Tolobasku! E mi ki nxina bu pai tudu es spiki li! Bu ka sa ta lenbra di mi, oh?! Da-m nha dinheru, so! Para di kanta-m es trololo ki mi ki nxina-bu!

- Mamai fla ma el ka mandanho kuskus pabia bindi ka subi. Mamai fla ma el ka mandanho leti pabia leti ka durmi.

Txutxi ba ta bai, kongosadu si, ku se bolsa pon, ta bai ta stufa un ponzon interu na boka, ta da pasu sima si el sa ta masa ovu. Ta da 4, 5 pasu, ta para, ta finji ma el sa ta sriba ku stika korpu, odju ragaladu, ta djobe pa un ladu, djobe pa otu, pa riba, pa baxu, pa tras.

Advogadu kaba pa dizisti di kore tras di Txutxi trokadu se onorariu. Advogadu purgunta ses boton:

- Manba mos e dodu me?!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Prato cheio

Muffins de abobrinha

Ingredientes:

- Farinha;
- Ovo;
- Fermento em pó e bicarbonato de sódio;
- Óleo;
- Leite;
- Baunilha;
- Sal;
- Canela;

- Abobrinha - 1 1/2 xícara, ralada;
- Suplementos opcionais - Escolha um ou use uma combinação: 1/2 xícara de nozes picadas, nozes, passas douradas, cranberries secas ou gotas de chocolate meio amargo (se adicionar gotas de chocolate, você pode reduzir o açúcar para 1/2 xícara, se desejar).

Modo de preparo:

Preparar - Pré-aqueça o forno a 350 ° F. Forre uma forma de muffin de 12 unidades com forros de papel ou unte com manteiga amolecida ou spray de cozinha.

Ingredientes secos - Misture a farinha, o fermento, o bicarbonato, o sal e a canela. Ingredientes molhados - Em uma tigela grande separada, misture bem os ovos, o óleo, o açúcar, o leite e a baunilha.

Combinar - Adicione a mistura de farinha aos ingredientes úmidos e mexa com um batedor até ficar bem homogêneo e homogêneo.

Rale - Rale a abobrinha com um ralador de caixa grande. Adicione a abobrinha

ralada à massa junto com as gotas de chocolate (ou qualquer suplemento opcional que você esteja usando) e dobre até incorporar bem.

Asse - Divida a massa uniformemente na forma de muffin. Polvilhe a parte superior dos muffins com as gotas de chocolate restantes e leve ao forno por 22-25 minutos ou até que um palito inserido no centro saia limpo.

Dica profissional: Use uma colher de sorvete de liberação de gatilho para encher as forminhas de muffin. Ajuda a colocar porções uniformes em cada xícara e torna o trabalho muito mais fácil.



Caça-palavras

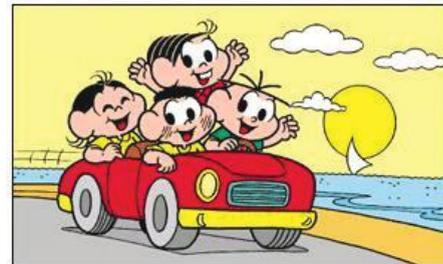
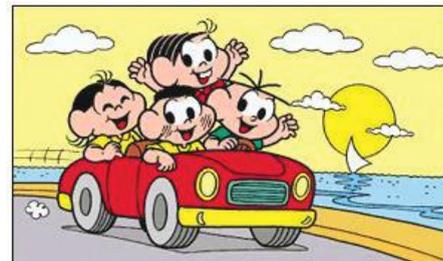
E I E I A T H O W S I W
 B C E O M T A D B N G I
 S R I N I T T Y V C R S
 B O H M T A R R A O I O
 L I N B S R Y N A V E N
 E O E H E G E R S H E E
 J N N S O L S R S D H E
 E N A M T P E R U C A H
 C I N H U I N Z S O A G
 T O I I A F L E A A E A
 A Ç N A I F N O C S N H
 T A L E N T O T A L S T

Encontre palavras relacionadas com beleza e criatividade:

SOLUÇÕES:

- BELEZA
- TALENTO
- CONFIANÇA
- SONHO
- EMPREENDEDORA
- ESTILO
- TRANSFORMAÇÃO
- AUTOESTIMA
- PERUCA

Encontre sete diferenças



Talento

Por trás da professora de inglês dedicada, existe uma jovem sonhadora e criativa que transforma fios e tecidos em verdadeiras obras de arte. **Sara Fidalgo** é exemplo de que a paixão pode se dividir entre a educação e a beleza e que ambas têm o poder de transformar vidas. No seu caso, desde cedo, sempre gostou de mudar de visual.

Buscando algo mais prático e com estilo, descobriu nas perucas uma forma de expressar a própria identidade. Mas foi quando percebeu o impacto emocional e estético que uma boa peruca podia causar que nasceu o desejo de mergulhar de vez nesse universo. Aos poucos, começou a testar técnicas, adaptar métodos de costura e descobrir que ali havia um talento pronto para

florescer.

“As pessoas começaram a admirar o meu trabalho e a pedir peças personalizadas. Foi então que percebi que podia transformar esse dom num negócio, ao mesmo tempo em que ajudava outras pessoas a se sentirem bem consigo mesmas”, conta.

Cada cliente, como diz, é um caso único e que por isso a personalização é feita com base no estilo, na necessidade e na personalidade de quem vai usar a peruca. Entre cortes, cores e medidas exactas, cada peça carrega um toque especial de cuidado e autenticidade.

Os desafios, claro, não ficaram de fora. Aprender a manusear a máquina de costura sozinha, adaptar técnicas para o universo das peru-

cas e lidar com as dificuldades de importação de materiais em Cabo Verde foram obstáculos superados com determinação.

“Uma peruca bem feita não é só estética, é uma forma de devolver confiança, elegância e dignidade”, afirma. “Quero que o meu trabalho seja reconhecido não só pela estética, mas pelo impacto positivo que gera na vida de quem usa.”

Para quem deseja seguir o mesmo caminho, ela deixa um conselho: “Começa sem medo. É preciso paciência, prática e humildade para aprender com os erros, procura referências e nunca desiste. Cada peça é um passo a mais na jornada.”

Adelise Furtado - estagiária



Exposição “Dos Afetos à Resistência” inaugurada hoje em Lisboa

A mostra visa homenagear três figuras centrais da cultura cabo-verdiana, Manuel Figueira, Bela Duarte e Luísa Queirós, bem como o impacto decisivo da Cooperativa Resistência na afirmação da identidade nacional.

“Dos Afetos à Resistência” propõe à comunidade cabo-verdiana e ao público em geral, segundo a Embaixada de Cabo Verde, promotora do evento, um reencontro com a força dos laços criativos que moldaram a história cultural do arquipélago.

Revisita

A exposição “revisita” as relações afectivas, artísticas e políticas que uniram estes autores e

O Centro Cultural de Cabo Verde (CCCV), em Lisboa, Portugal, acolhe hoje, quinta-feira, 02, às 17h, a inauguração da exposição colectiva “Dos Afetos à Resistência”, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Independência Nacional.

A Nação



que, a partir de São Vicente, estabeleceram pontes entre o mundo interior e o mundo exterior.

“A resistência aqui evocada manifesta-se de forma subtil: implícita nas mensagens e documentos do seu tempo, tecida nas tapeçarias, pintada nos quadros, moldada nos objetos, captada pela fotografia e reflectida nos registos documentais”, assevera a Embaixada de Cabo Verde em nota.

A exposição tem curadoria de Ricardo Barbosa Vicente e Elisângela Monteiro e vai contar com a presença do ministro da Cultura e das Indústrias Criativas, Augusto Veiga.

O momento será acompanhado por um apontamento musical de guitarra, voz e violino, com Sérgio Figueira e Denys Stetsenko.

Acontece

- ▶ Lançamento do livro “Os Bantu na Visão de Mafrano - Quase Memórias”, de Maurício Francisco Caetano, na Biblioteca Nacional, sexta-feira, 03, às 17h



- ▶ Concerto Hilar, no B.Leza, em Lisboa, Portugal, sexta-feira, 03, às 22h30



- ▶ Concerto Zé Rui DePina & Dabs, no Djeu View, na Cidade Praia, hoje, quinta-feira, 02, às 20h30



- ▶ Noite de Tocatina com Agilson, na Rubera SD, em São Domingos, Santiago, sábado, 04, às 16h.



- ▶ Jantar e Baile Conjunto com Jorge Humberto & Banda, no Restaurante Ipanema Farol, na Cidade da Praia, sábado, 04, às 20h



Aconteceu...



- ▶ 3ª edição da Recriação Histórica «Passagem do Navegador Espanhol Sebastián de Elcano», no Largo do Pelourinho e Rua Calhau, na Cidade Velha, Santiago, sábado, 27, das 09h às 13h.



CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº944 | 02/10/2025

MUNICÍPIO EM DESTAQUE

Calheta São Miguel

Herménio Fernandes

O maior desafio do concelho é a nível económico

Págs. 02 a 04



Pensão Gonçalves: um símbolo de coragem e persistência



Da Calheta ao N'gulilansa: os múltiplos rostos de São Miguel



São Miguel: o guardião de tradições e patrimónios



Entre a tradição rural e os desafios do desenvolvimento

EDEC

Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

a energia que nos une

☎ 800 51 11

✉ livro.branco.online@edec.cv

f EDECSA1

📷 edecsa1


TEM A PALAVRA

Herménio Fernandes: “O nosso maior desafio é económico”

Texto: Ilda Fortes

A cumprir o terceiro mandato à frente da autarquia de São Miguel, Herménio Fernandes destaca o crescimento do concelho e traça um retrato ambicioso, mas consciente, dos avanços, desafios e prioridades futuras. Com foco na dinamização da economia local, sublinha que o futuro do concelho passa por investimentos privados e uma forte aposta no capital humano.

A nível geral, como avalia a evolução económica do concelho de São Miguel nos últimos anos?

São Miguel cresceu e hoje é um município com exemplos em matéria de governança e com melhorias na prestação de serviços. Registamos um aumento das receitas correntes e da autonomia financeira, o que permite mais contratações e investimentos em áreas como a saúde e a habitação. É um município que está em expansão, a atrair investimentos e a diversificar a economia. Apostamos na infraestruturação pública, a nível das acessibilidades, habitação, água, energia e requalificação urbana e ambiental, para criar fatores de competitividade. Hoje o município está melhor preparado para receber investimento privado, com melhor planeamento urbanístico, organização territorial e do comércio local, do trânsito, dos transportes e conectividade entre zonas. Temos uma boa rede viária e uma diáspora muito interessada no processo de desenvolvimento económico local. Além disso, somos reco-



nhecidos pela limpeza e organização, e muitos consideram que temos o município mais limpo da ilha de Santiago e um dos mais limpos do país. Os avanços também são visíveis na modernização administrativa, descentralização dos serviços municipais e transformação digital.

Em termos sociais, que avaliação faz do município?

Somos um município que cuida das pessoas e, a nível da inclusão social, melhoramos todos os indicadores de bem-estar e de redução das desigualdades e da pobreza. Em São Miguel, os serviços básicos como água, energia, acessi-

bilidade e infraestruturas de saúde chegam praticamente a todas as comunidades. Temos uma ampla rede de unidades sanitárias de base, que apoiam idosos e munícipes com mobilidade reduzida, criamos um projeto de saúde familiar para prestar serviços de cuidados primários gratuitos e disponibi-

lizámos uma ambulância para apoiar as famílias no transporte de doentes para as estruturas de saúde. Além disso, assinamos um protocolo com os correios em que o pagamento da pensão social mínima é feito nas comunidades. A par disso, investimos fortemente na habitação social e na construção de instalações sanitárias para as famílias vulneráveis.

No setor da educação, que investimentos têm sido feitos para apoiar os jovens no seu percurso académico e profissional?

Na educação, nós asseguramos transportes escolares gratuitos, inclusive nas localidades mais remotas. Temos apostado na formação profissional, em parceria com o Governo e outras entidades, com acesso gratuito e disponibilização de transportes. Além disso, temos incentivado e promovido a criação de micro e pequenas empresas, com foco na empregabilidade e na retenção de mão de obra.

A nível económico, quais os setores que se destacam no concelho e que iniciati-

FICHA TÉCNICA

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Calheta São Miguel – Parte integrante da edição nº 944 do A Nação de 02 de Outubro de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

Editor: António Alte Pinho | **Jornalistas:** António Alte Pinho, Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmíra Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfav@gmail.com (Comercial)

TEM A PALAVRA

“*Temos o município mais limpo da ilha de Santiago e um dos mais limpos do país.*”

PUB

vas têm sido direcionadas para dinamizá-los?

O setor que mais se destaca neste momento é o agrário, seguido pelos serviços e pelas pescas. No entanto, enfrentam ainda os desafios da industrialização e temos estado a trabalhar na promoção da modernização da agricultura, com a rega gota-a-gota, que já beneficiou mais de 220 produtores. Refira-se, ainda, o apoio municipal com máquinas para a preparação de terrenos para plantação, a instalação de um parque industrial e as parcerias com a diáspora para a realização de investimentos a nível do alojamento local, restauração e agricultura. Está ainda prevista a inauguração de uma agência da Proempresa no concelho, para facilitar o acesso a programas de financiamento.

Quanto ao turismo, que iniciativas estão em curso para dinamizar o setor?

O desafio é transformar os nossos recursos turísticos em produtos turísticos. Temos menos de 100 camas no concelho, pelo que precisamos de mais alojamentos, mas também de serviços de qualidade a nível da restauração, espaços públicos qualificados e infraestruturas. Em matéria de planificação temos zonas destinadas à construção de hotéis, mas precisamos de promotores e investidores. Já estamos a trabalhar com a nossa diáspora e privados nacionais, pois o turismo tem grande potencial no concelho. Apostamos na valorização do Parque Natural de Serra Malagueta e da comunidade dos Rabelados, que são dos locais mais visitados da região, com obras de requalificação. Além disso, é preciso reforçar o dinamismo do ponto de vista da agenda cultural, ter territórios completamente sinalizados, pontos atrativos para visita, espaços culturais, entre outros.

Que outros projetos estão previstos a nível da promoção e valorização das tradições culturais do concelho?

Temos realizado diversos eventos, que contribuem para a promoção e dinamização da economia local. Além de festivais generalistas, realizamos eventos como a Noite de Mornas, o Festival de Funaná e Batuque, o Festival de Comédia Nho Puxim, entre outros. Além disso, a autarquia é parceira de outros eventos promovidos por privados. Além de valorizar os talentos e as artes, gerando rendimentos para os produtores culturais, artistas e empresas do setor, esses eventos valorizam o potencial económico do município e geram empregos e rendimentos em setores como os transportes, agricultura, pecuária, pesca, comércio local, restauração, alojamentos locais, entre outros.

Como é que o município está a integrar a preservação ambiental nas políticas de desenvolvimento?

A nível ambiental, somos considerados como um município limpo, verde, bonito e organizado. Nós triplicamos a contratação da mão de obra na área do ambiente e temos um serviço de recolha e saneamento urbano que cobre 97% do território. Temos catadores em várias ribeiras, disponibilizamos sacos de lixo às famílias e fazemos recolha porta a porta. Portanto, temos muitas boas práticas a nível ambiental.

Tem sido feito também um trabalho a nível da recuperação das praias e da orla marítima.

Sim, fizemos a requalificação de praias, sobretudo do ponto de vista das acessibilidades e da proteção das próprias praias, como as de Calhetona e de Veneza. De referir a requalificação

 Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE

alfa rádio
Cabo Verde
A diferença na arte de Comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

Assim como na vida, também nos negócios, a INICIATIVA é fundamental!



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com


TEM A PALAVRA

“

Precisamos de mais investimentos privados, que gerem emprego.

”

da zona baixa da cidade da Calheta, que agora acolhe novos negócios. Também apostamos na requalificação da orla marítima, com a urbanização, criação de espaços verdes e espaços públicos para a realização de atividades de desporto e lazer em várias comunidades.

Em relação ao desporto, que iniciativas estão a ser implementadas?

No desporto, temos muitos desafios e precisamos melhorar. É preciso mais investimentos, mas estamos a construir campos relvados nalgumas localidades e a reabilitar o Estádio Municipal de Veneza. Além disso, temos placas desportivas e estamos a investir em espaços para Street Basket e futsal de praia. Nós somos o município que mais incentivos dá, com apoios financeiros, equipamentos e transporte para as escolas de iniciação desportiva, associações e clubes de futebol, basquetebol, atletismo e outras modalidades. Mas há reivindicações por mais infraestruturas e para a substituição de relvados.

Apesar dos progressos e dos investimentos, quais têm sido os maiores desafios ou obstáculos ao desenvolvimento do concelho?

O nosso maior desafio é económico. Precisamos de mais investimentos privados, com capacidade de gerar emprego e rendimento para as famílias e de prestar serviços. Queremos um tecido empresarial formado por micro, pequenas e médias empresas de várias áreas. Já temos um parque industrial em construção, com algumas pequenas indústrias instaladas. A nossa diáspora tem sido um dos pilares importantes do investimento privado local, em áreas como o setor agrário, restauração, alojamento local, turismo rural, construção civil, indústria transformadora

e transportes. Realço também a criação da Polícia Municipal, que tem sido um instrumento importante para a organização e funcionamento do município, para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente de negócios. Outro desafio que temos aqui é a saída dos jovens que, do meu ponto de vista, só será travada com mais investimentos privados, crescimento económico, melhores empregos e salários.

Se tivesse que elencar três prioridades para o desenvolvimento do município, quais seriam?

No meu entender, a prioridade é o desenvolvimento económico, com uma dinamização do setor empresarial através de investimentos privados. Outro desafio é continuar a apostar na formação dos nossos jovens e mulheres, apostando na valorização do capital humano. E um terceiro desafio é na área da inclusão e combate à pobreza, que só será ultrapassado se conseguirmos superar os outros.

No terceiro mandato, já conhece bem os desafios do município, mas certamente ainda tem aspirações. Que objetivos ou que legado gostaria de deixar no final deste mandato?

Eu gostaria de deixar em 2028 este município num patamar de desenvolvimento sustentável. Os últimos oito anos foram desafiantes e de grande aprendizado. Nós implementámos um modelo de governança que tem deixado a população satisfeita e há mais confiança no município. A minha meta é deixar este município, em condições de continuar a crescer. É isso que me move. Eu vim para cá para promover mudanças capazes de impactar a vida das pessoas. E eu sinto que hoje vive-se melhor em São Miguel e as pessoas estão mais felizes.

PUB



alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde

VISA

O essencial para os seus negócios, sempre consigo.

Navegue com segurança rumo a um futuro sustentável.



TAE6 calculada numa base de TAN de 18,5%, para o cartão Platinum Business de CVE 500,000,00, com prazo total de 10 meses.



www.bancobai.cv



Descubra o Novo Cartão de Crédito VISA Platinum Business

O Banco BAI Cabo Verde lança o novo Cartão de Crédito VISA, reforçando a liderança em inovação e serviço de excelência, com soluções avançadas e exclusivas para os seus clientes empresariais.

> Saiba mais ou solicite o seu Cartão de Crédito VISA num dos balcões



Aldeia dos Rabelados vai ser reabilitada

Texto: Adelise Furtado – Estagiária

Fotos: Câmara Municipal de São Miguel

A Câmara Municipal de São Miguel, em parceria com o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas e o Fundo do Ambiente, lançou oficialmente, no dia 29 de Setembro, as obras de requalificação urbana e ambiental do Aldeamento dos Rabelados, em Achada Espinho Branco. A intervenção prevê a reconstrução das casas tradicionais, a requalificação da oficina RabelArt e a criação de um centro interpretativo. De acordo com o edil Herménio Fernandes, o projecto visa transformar a comunidade num referencial turístico e cultural, preservando a memória e valorizando o património imaterial do município.

CMSM entrega 11 casas de banho a famílias micaelenses

Onze famílias de Pilão Cão, Achada Espinho Branco e Achada Bolanha receberam novas casas de banho, a 29 de Setembro, sendo nove construídas de raiz e duas através de autoconstrução assistida. Este investimento, totalmente financiado pela Câmara Municipal de São Miguel, visa melhorar as condições sanitárias, promover a saúde pública e reforçar a dignidade das famílias micaelenses.

Calheta acolhe Festival de Batuque e Funaná

No âmbito das comemorações do dia do município, o concelho acolheu, nos dias 27 e 28 de Setembro, o Festival de Batuque e Funaná. O evento, que visa celebrar a identidade e a cultura local, contou com a participação de grupos e artistas locais e nacionais.

Requalificação da encosta de Achada Pizarra e Manguinho já está em curso

A Câmara Municipal de São Miguel deu início às obras de requalificação urbana e ambiental da encosta de Achada Pizarra e Manguinho, a 24 de Setembro. O projecto tem sido muito aguardado, pois visa melhorar a qualidade de vida da população local. A inter-



CMSM e Governo requalificam aldeamento dos Rabelados

venção contempla acções de valorização paisagística, melhoria das condições de habitabilidade e prevenção de riscos ambientais, tornando a área mais segura e acessível.

O projeto, financiado pela Câmara Municipal de São Miguel, Cooperação Luxemburguesa e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no quadro do Programa Conjunto para o Desenvolvimento Local, reforça o compromisso da autarquia com o desenvolvimento sustentável e o ordenamento do território.

Breves

Paralelamente, 14 jovens do concelho de São Miguel

concluíram uma formação em Serviço de Alimentos e Bebidas, promovendo a inserção profissional e o emprego juvenil.

A edilidade homenageou o Padre Manuel Semedo pelos oito anos de serviço pastoral, reconhecendo o seu contributo para o fortalecimento espiritual da comunidade.

No setor da educação, a Polícia Municipal reforçou o programa Escola Segura com visitas às escolas, e o município acolheu no dia 22 de setembro, uma Jornada de Reflexão sobre Democracia e Igualdade de Género, sublinhando a importância da participação feminina na vida política nacional e local.



Homenagem a padre Manuel Semedo



Festival de Batuque e Funaná

Pensão Gonçalves: um símbolo de coragem e persistência

Texto: Ilda Fortes

Depois de mais de trinta anos como funcionária pública e alguma experiência como empreendedora, Maria Fernanda Gonçalves, mais conhecida por Zinha, decidiu transformar a própria casa numa pensão. Apesar das dificuldades de financiamento, de mão de obra e de competências na gestão digital, o empreendimento é um exemplo de resistência, impulsionado pela determinação da proprietária que decidiu não desistir, apesar dos desafios.

Foi no coração da Calheta, que Maria Gonçalves, reformada da Câmara Municipal após 30 anos de serviço, decidiu apostar num empreendimento no setor hoteleiro. O plano inicial era abrir um restaurante ou churrascaria, mas acabou por dar vida à Pensão Gonçalves, inaugurada em março de 2024.

A ideia surgiu de uma conversa informal com um amigo, à porta do seu restaurante, o Pagode. “Construí a minha casa, mas ela estava grande demais para mim e para o meu marido. Os nossos filhos saíram todos de Calheta. Eu queria fazer uma churrascaria na parte de cima da casa, mas o meu amigo me alertou que Calheta precisava de quartos para alugar”, conta.

Um início desafiante

Maria Gonçalves aceitou a sugestão e começou uma jornada marcada por dificuldades e persistência. “Corri atrás de financiamento em bancos e outras entidades e não estava a conseguir. Mas nunca desisti”, recorda. Entretanto, com o apoio de amigos e conhecidos, foi conseguindo driblar as dificuldades até conseguir o crédito.

Neste percurso, contou com o determinante apoio de uma senhora na cidade da Praia que a pôs em contacto com um arquiteto. “Ele ajudou-me a transformar a casa e a fazer as adaptações necessárias”, descreve. Ainda assim, a obra foi



feita aos poucos. A falta de trabalhadores, incluindo canalizadores e electricistas, a meio do processo quase fizeram o projeto parar. A empreendedora recorda que, nos momentos mais difíceis, dizia a si mesma: “já comecei, tomei o dinheiro para o financiamento do projeto, agora tenho que pagar. Já caí no mar, tenho que nadar”. E assim foi avançando, sempre com muita persistência, até à inauguração do empreendimento há cerca de um ano e meio.

Desafios atuais e perspetivas

Hoje, a pensão tem dez quartos, mas enfrenta novos desafios, sobretudo no que se refere aos recursos humanos, o que faz com que a pensão funcione de porta fechada e com apenas uma funcionária para a limpeza do espaço. Além disso, a falta

de pessoal qualificado para apoiar na gestão, em particular a nível digital, tem condicionado o desenvolvimento do negócio. “Não sei mexer no Booking, nem responder aos formulários. Os contactos com os clientes são feitos por telefone ou através de alguém que já ficou hospedado aqui. Mas se um turista passar e ver a porta fechada, vai-se embora”, lamenta.

Com poucos clientes internacionais, a pensão depende sobretudo de visitantes nacionais, passando meses com os quartos praticamente vazios. Apesar disso, Maria Gonçalves diz que tem notado uma melhoria na procura e não perde o ânimo. “Quem está no negócio tem que ter paciência e coragem”, aconselha.

Uma empreendedora nata

O percurso de Maria Gonçalves no comércio come-

çou ainda na adolescência, quando vendia pães, queques e donetes com a mãe, primeiro em Santiago, depois no porto da Calheta. Em 1986, começou a trabalhar na Câmara Municipal, mas não abandonou o espírito empreendedor. “Em 1996, abri uma pequena taberna em casa. Depois, transformou-se em quiosque e, em 2013, decidi abrir o restaurante Pagode, onde servimos lanches, almoços e jantares”, recorda.

Enquanto a pensão tenta firmar-se, é o restaurante Pagode, que sustenta as despesas. Lá, Maria Gonçalves trabalha atualmente sozinha, devido à falta de mão de obra, servindo pratos rápidos, como frango, costeleta e atum.

Hoje, sonha em conectar o restaurante e a pensão, criando experiências para os visitantes, como fins de semana com churrasco e to-

catinas. Além disso, gostaria de contratar jovens formados e dinâmicos para apoiar na preparação de pacotes turísticos e assim angariar clientes para os dois empreendimentos. “Tudo isso ainda está nos meus planos. O que falta é ter pessoas para implementá-los”, ressalta.

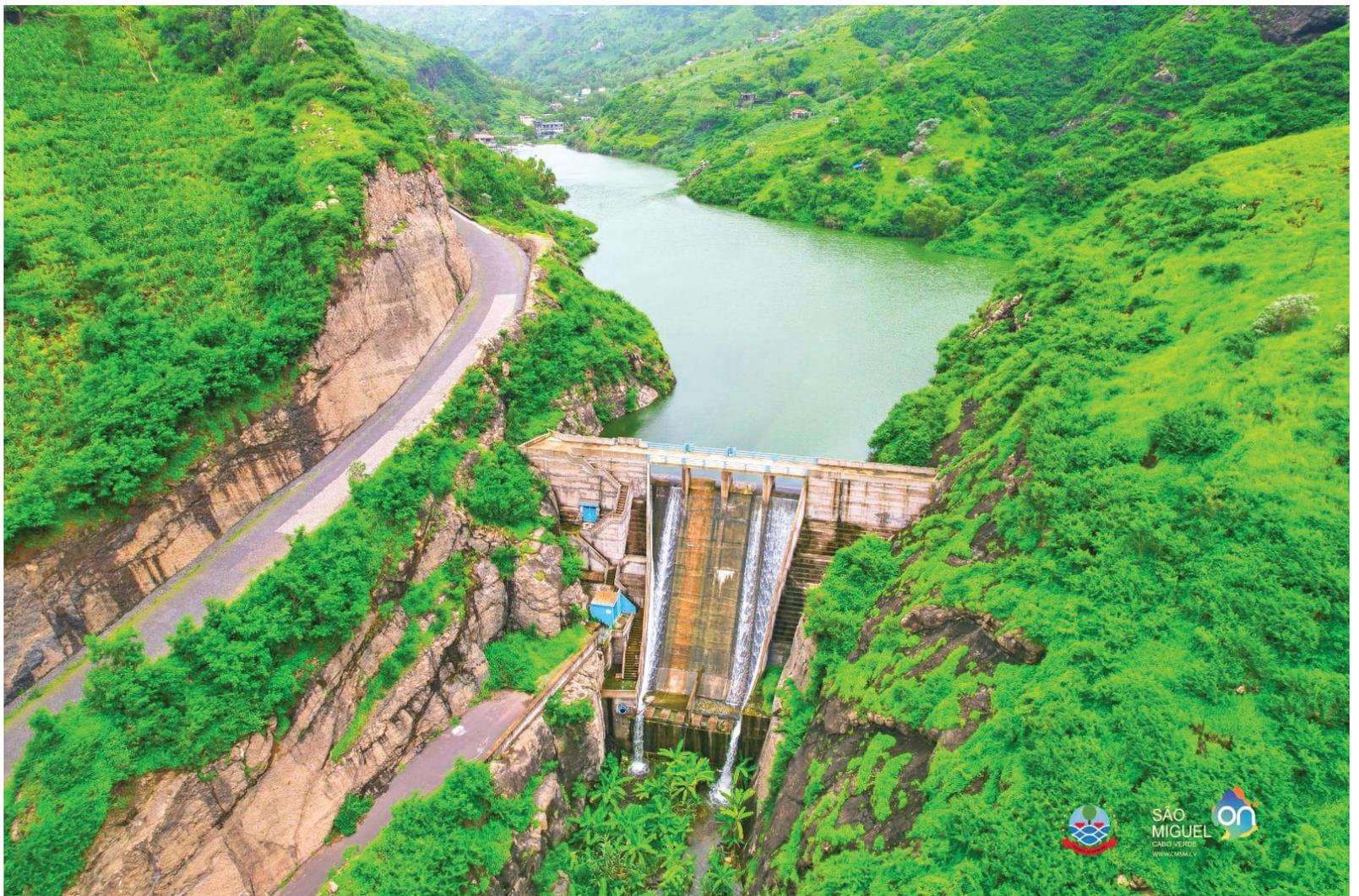
Apesar dos desafios, vê o futuro com esperança e realismo. “Os jovens vão começar a regressar ao concelho e as coisas vão melhorar. Mas apostar num negócio é para quem gosta, porque tem altos e baixos”, refere, adiantando que também adquiriu um táxi. Pela sua experiência, Maria Gonçalves considera que empreender exige mais do que capital: é preciso fé, resiliência e pensamento positivo. “Se hoje não der, amanhã dá. Eu nunca vou para trás. O negócio é assim. Quem o fizer por amor, tem toda a coragem do mundo”, assegura.



O impacto das barragens em São Miguel

Texto: Ilda Fortes

O concelho de São Miguel conta com duas barragens: uma em Flamengos e outra na Ribeira de Principal. Essas infraestruturas trouxeram uma nova dinâmica à região, com impacto no setor agrícola e no turismo rural.



A construção das barragens na ilha de Santiago representou um grande impulso para o desenvolvimento nalgumas localidades. O armazenamento de água, por um lado, permite que os agricultores enfrentem menos dificuldades na mobilização de água para as suas culturas, sobretudo em períodos de seca. Para além disso, o panorama criado pelo grande volume de água acumulado atrai visitantes, contribuindo assim para dinamizar o turismo ru-

ral e para estimular a criação de outras atividades geradoras de rendimento na região.

Um renovar da esperança para a agricultura

No setor agrícola, o impacto das barragens no concelho de São Miguel é inegável, tendo-se verificado um renovar da esperança e motivação para a agricultura na região. Quando as barragens ficam cheias, fortificam as nascentes e podem abastecer o setor agrícola entre um a três anos.

Assim, elas contribuíram para a mobilização de mais água para rega, permitindo assim que as parcelas agrícolas sejam irrigadas com maior regularidade durante os meses em que não chove. Essa água é utilizada através da rega livre ou com recurso ao sistema gota-a-gota, cada vez mais praticado no concelho. São cultivados sobretudo cana para a produção de grogue, hortaliças, frutas, entre outros.

Por outro lado, as barragens têm o potencial de aumentar o perímetro de cul-

tivo e, conseqüentemente, a produção e o lucro das famílias que vivem da agricultura. Neste âmbito, as potencialidades passam também pela transformação dos produtos agrícolas e pecuários, como licores, geleias, compotas, entre outros.

O potencial do turismo e outras atividades

No que se refere ao turismo, a paisagem criada pelas barragens tem atraído visitantes ao concelho, com o

objetivo de apreciar o panorama, mas também de desfrutar das cachoeiras.

Neste sentido, tem-se apostado na criação de trilhos ou circuitos pedonais para promover o turismo rural na região.

Para além disso, as barragens também fizeram com que negócios existentes antes da sua criação, como bares, restaurantes, alojamentos e transporte, ganhassem uma nova dinâmica, devido ao aumento de visitantes ao local.

PUBLICIDADE

APP
ÁGUAS DE PONTA PRETA



@AguasPontaPreta
aguaspontapreta.cv

APP

ÁGUAS DE PONTA PRETA

25 **anos**
2000-2025

garantia de
serviços básicos!
água
saneamento
energia



Da Calheta ao N'gulilansa: os múltiplos rostos de São Miguel

Texto: José Mário Correia

O concelho de São Miguel, na ilha de Santiago, guarda em si uma identidade rica e multifacetada: do topónimo que nasce da geografia e da devoção religiosa, à imponência do Monte N'gulilansa, símbolo natural e turístico; da resistência cultural dos Rabelados que hoje conciliam fé e saber académico, às duas igrejas que, em uníssono, reforçam a presença espiritual do padroeiro São Miguel. É nesta confluência de história, natureza, fé e tradição que se desenha a singularidade micaelense.

Um nome entre a geografia, a fé e a história

Muito se tem especulado sobre a origem do nome deste concelho – Calheta de São Miguel. A hipótese de maior plausibilidade aponta para uma confluência de fatores geográficos e religiosos, com a história a desempenhar também o seu papel. Calheta é, inequivocamente, um topónimo português que pode significar enseada ou baía, correspondendo, aliás, à sua própria configuração geográfica. Reza a tradição que esta baía natural sempre se destacou como refúgio, servindo de ponto de pesca e de ancoragem para embarcações de pequeno porte. História semelhante à de tantas localidades costeiras em Portugal e no vasto espaço atlântico, que receberam igualmente o nome de “Calheta”, sempre que os navegadores portugueses encontravam essas pequenas reentrâncias litorais.

O termo “Calheta” aplica-se, pois, à Calheta de São Miguel, justamente porque esta antiga vila – hoje elevada a cidade – se desenvolveu não apenas junto ao litoral, mas em torno da sua pequena e abrigada baía. Já a referência a São Miguel Arcanjo, de caráter religioso, acrescenta outro simbolismo ao topónimo. Figura central na tradição católica, conhecido por enfrentar e vencer o mal, São Miguel integra o imaginário devocional das gentes locais como o padroeiro dos soldados e guardiões.

N'gulilansa, a maravilha natural escondida

Algures neste concelho ergue-se uma curiosa formação rochosa que, a quem a contempla, sugere a silhueta de um animal. Trata-se do Monte N'gulilansa – também escrito Monte N'guli Lança – no qual os micaelenses reconhecem um símbolo identitário local. Não por acaso, N'gulilansa é considerado uma das “sete maravilhas naturais” da ilha de Santiago.

Não surpreende, por isso, que os agentes turísticos mais atentos o tenham rapidamente integrado nos roteiros da região, promovendo-o como ponto de visita obrigatória. Contudo, devido à ausência de infraestruturas adequadas – miradouros, placas interpretativas ou sinaliza-

ção apropriada – são ainda poucos os trilheiros, montanhistas e excursionistas que se aventuram a escalá-lo ou a percorrer uma rota formal na sua direção. Assim, o mistério que envolve o cume permanece, em grande parte, intocado.

Rabelados: entre a tradição e a escola da vida

São hoje muitos os filhos dos outrora rebeldes — agora cada vez mais raros — que, de há alguns anos a esta parte, decidiram romper com a tradição secular dos seus antepassados, aqueles que “faziam da vida a sua escola”, para, eles próprios, “fazerem da escola a sua vida”.

Frequentam o ensino tradicional, desde o básico até ao secundário, e, em alguns casos, chegam à universidade. Aqui estudam línguas, que lhes permitem comunicar com o mundo exte-

rior: Sociologia, que lhes dá compreensão da realidade que os rodeia; Geografia e Ciências, que lhes abrem as portas do cosmos. E, imagine-se, disciplinas de racionalidade maior, como a Matemática, que lhes ensina a fazer cálculos e a estruturar o pensamento. A fé, no entanto, continua a ser um pilar fundamental, transmitida de geração em geração. Mas agora conjuga-se com o domínio das quatro operações e dos fundamentos da ciência, que lhes oferecem acesso a uma dimensão mais ampla: a da verdade universal.

Quando interrogados sobre esta mudança de paradigma, respondem com simplicidade que o mundo mudou e, por isso, é preciso estar preparado para compreendê-lo melhor. Só assim será possível enfrentá-lo, mesmo permanecen-

do em Espinho Branco, a histórica comunidade de Rabelados.

Dois Igrejas, mesmo santo padroeiro

De uma coisa os fiéis do concelho de São Miguel não se podem queixar: da falta de igrejas. Têm duas. A primeira, a Igreja Matriz da Ribeira de São Miguel, foi a pioneira na construção e acolhe anualmente, a 8 de maio, a grande celebração local. A segunda, a Igreja Matriz da Calheta, é palco da festa litúrgica realizada a 29 de setembro.

A curiosidade reside no facto de, em ambos os templos, erguer-se bem no alto a imponente imagem de São Miguel Arcanjo, num claro reforço da presença espiritual do padroeiro — seja na Calheta, seja na Ribeira.



Manguinho: onde a natureza e a tradição se encontram



Nha Mita Pereira

Texto: Ilda Fortes

Josefa Mendes Pereira, mais conhecida como Nha Mita Pereira, nasceu em 1926 na localidade de Espinho Branco, concelho de São Miguel. Foi uma conhecida batucadeira e compositora de finanson, considerada um dos três grandes nomes do género, juntamente com Denti d'Oru e Nha Nácia Gomi.

Trabalhou na agricultura e nas obras públicas, na construção de estradas, e como cozinheira numa escola. No entanto, desde a infância começou a compor temas de finanson e a ser convidada para cantar em festas de casamento.

Em 1999, lançou o álbum Pachenchá – Agu na labada, kobi ta seca,

produzido pelo músico Tunis de Lalá, residente na Holanda. Em 2001, o antropólogo francês Jean-Yves Loude fez algumas recolhas na ilha de Santiago e editou em França um álbum intitulado Nha Mita Pereira – Batuque et Finaçon.

Apesar de ser considerada um dos grandes nomes do finason, não teve a mesma projeção do que outras cantadeiras suas contemporâneas.

Nha Mita faleceu em 2001, em São Miguel. No Paços do Concelho, foi instalado um busto em sua homenagem.

Fonte e foto: caboverdeeamusica.online



Nhu Puxin

Baptista Velhinho Rodrigues, conhecido por Nhu Puxin ou Nastaci Lopi, não nasceu no município de São Miguel, mas é considerado uma figura incontornável do panorama cultural do concelho.

Nasceu em 1942, tendo vivido entre Santa Cruz, Calheta e a cidade da Praia. Era um exímio contador de histórias e anedotas, sendo reconhecido como um dos maiores humoristas de Cabo Verde.

Além disso, deu um enorme contributo para a cultura cabo-verdiana, também como músico e ator de teatro. Foi vocalista da banda Sodad, em 1969, e apresentador de vários programas radiofónicos e televisivos, com destaque para o programa

Na Kamar di Sol. Também é apontado como o primeiro homem a falar crioulo na rádio e na televisão.

Viveu durante parte da sua vida no concelho de São Miguel, onde liderou diversos projetos na área da cultura. O humorista faleceu em 2024, aos 82 anos, nos Estados Unidos da América, vítima de doença.

Em reconhecimento pelo seu percurso a nível cultural, o município de São Miguel atribuiu o seu nome à Casa das Artes. Além disso, foi criado um festival de comédia, com o objetivo de homenagear e perpetuar o legado deixado pelo humorista.

Fonte e foto: Inforpress

EDITORIAL

Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana - e os municípios, em particular - tem reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arreados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidária que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal A Nação lança hoje a nona edição do caderno **Município em Destaque**, dedicado a **São Miguel**. Anteriormente, já lançamos os cadernos do Paul, da Brava, da Boa Vista, de Santa Cruz, Tarrafal de São Nicolau, Mosteiros, Porto Novo e Maio.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspectiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

Município em Destaque é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão arantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

Município em Destaque, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comuns e dos protagonistas que fazem a história das comunidades, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!


DESPORTO & JUVENTUDE

Desporto como trampolim para o futuro

Texto: Paulo Galvão
Estagiário

O concelho de São Miguel tem demonstrado um forte compromisso com o desenvolvimento desportivo, através de investimentos em infraestruturas e da promoção de diversas modalidades, com destaque para o futebol, atletismo, basquetebol, entre outros. As iniciativas locais, aliadas à participação em eventos regionais, têm impulsionado a prática de atividades desportivas e a descoberta de talentos, fazendo com que os jovens vejam no desporto uma alternativa para o futuro.

O panorama desportivo no concelho tem registado uma grande dinâmica, impulsionada, sobretudo, pela autarquia local. A Câmara Municipal tem apostado na requalificação dos campos e organiza, regularmente, torneios para celebrar datas importantes, como o aniversário do município. Verifica-se, igualmente uma aposta em iniciativas comunitárias, com apoio logístico, financeiro, material e de transporte a clubes, escolas e associações desportivas que visam assegurar a sustentabilidade das suas atividades. De referir, ainda, o apoio de emigrantes, que têm contribuído para manter viva a chama do desporto local.

Futebol em destaque

O futebol continua a ser o grande motor do desporto no concelho, dinamizado pelo potencial dos jovens. A modalidade tem revelado alguns talentos, como é o caso do futebolista José Tavares, de 22 anos. Depois de ter iniciado a carreira num clube local, hoje joga no Santa Clara, em Portugal.

O principal clube de futebol do município é a AJAC Calheta (Associação Juvenil Amigos de Calheta), que joga no campeonato regional de Santiago Norte. Afiliado ao Ajax de Amsterdão, é um dos clubes mais antigos da região.

Estádio Municipal de



Crianças e jovens do concelho têm uma paixão pelo futebol.

Veneza

O Estádio Municipal de Veneza, também conhecido como Estádio da Calheta, é o mais utilizado para eventos desportivos, como torneios de futebol. É a casa de vários clubes locais que competem na Zona Norte da Liga Insular de Santiago, como o AJAC, o Desportivo da Calheta e o Flor Jovem. Os jogos atraem centenas

de adeptos.

A infraestrutura tem capacidade para cerca de 1200 pessoas e também já chegou a ser palco de festivais. Além do Estádio da Calheta, existem outros campos de futebol e polidesportivos no município, como o Polidesportivo António Mascarenhas e um campo de futsal.

Outras modalidades

Para além do futebol, no município são praticadas outras modalidades, como o futsal e o basquetebol, que gozam de alguma popularidade a nível local. Essas modalidades têm sido impulsionadas por associações juvenis e projetos sociais, como é o exemplo do projeto Street Basket.

Além disso, o atletismo tem sido apontado como um setor com potenciali-

dades no concelho. Neste sentido, o município tem acolhido eventos relacionados com a modalidade, promovidos por grupos e entidades locais. Além disso, vários atletas do município já alcançaram títulos em competições nacionais, como é o caso de Eveline Sanches, velocista campeã nacional de 100 metros. A atleta também conta com participações em competições desportivas regionais e internacionais, incluindo em campeonatos do mundo.

As caminhadas, enquanto prática desportiva, também têm ganhado adeptos, sobretudo no que se refere aos trilhos entre a Serra Malagueta e a Ribeira do Principal.

A nível geral, o desporto em São Miguel tem-se destacado como um meio de afirmação pessoal e coletivo, um trampolim para o futuro e um instrumento de desenvolvimento social.



Estádio Municipal de Veneza



Torneio intermunicipal

Tradição e cultura para celebrar o município

Texto: Adelise Furtado
Estagiária

O Município de São Miguel assinalou, a 29 de setembro, o 28.º aniversário, com uma programação cultural diversificada, que valoriza as tradições locais, promove a identidade micaelense e reforça o compromisso com o desenvolvimento cultural e comunitário. Entre os dias 26 e 28 de setembro, a autarquia preparou um conjunto de eventos que uniram música, cultura popular e valorização das atividades agropecuárias, mobilizando toda a comunidade.

Oferta cultural

O ponto de partida das festividades foi a Noite de Mornas, realizada no dia 26 de setembro, no centro histórico e cultural do porto da Calheta. O evento reuniu artistas locais e convidados especiais, proporcionando ao público uma viagem pelas sonoridades tradicionais cabo-verdianas.

Nos dias 27 e 28 de setembro, a Praia de Veneza foi palco do Festival de Batuque e Funaná, dois géneros musicais profundamente enraizados na cultura popular cabo-verdiana. O evento contou com a participação de vários grupos e artistas, incluindo as emblemáticas batucadeiras de São Miguel e de outros municípios vizinhos.

Integrada na programação do aniversário, decorreu também a Feira Agropecuária, entre os dias 26 e 28 de setembro, no Largo do Mercado Municipal de Achada Portinho. A feira proporcionou um espaço de exposição e comercialização de produtos agrícolas, pecuárias e hortícolas, incentivando a valorização da produção local e a troca de experiências entre produtores, comerciantes e consumidores.

Gastronomia micaelense

A cachupa é o prato tradicional do litoral da Calheta. Mas os peixes e mariscos frescos enriquecem a gastronomia local, dando origem a uma cozinha simples, autên-



Noite de Mornas

tica, que traduz a essência e o modo de vida das comunidades de São Miguel.

Centro Histórico e Cultural do Porto da Calheta

O Porto da Calheta foi, em tempos, um importante centro administrativo e comercial do concelho de São Miguel. Com a transferência das principais atividades para outras zonas, o local foi abandonado e entrou em decadência.

Em 2018, foi totalmente reabilitado, transformado em centro histórico e cultural. Hoje, está classificado pelo Plano Diretor Municipal como património histórico construído, destacando-se pela sua identidade marcante e beleza arquitetónica.

Casa das Artes: um espaço de criação e valorização cultural

Situada em Achada Portinho, junto à Biblioteca Municipal e ao Espaço Jovem, a Casa das Artes é um espaço de criatividade, criado pela autarquia micaelense para promover a cultura cabo-verdiana e valorizar os produtos “Made in São Miguel”. Inaugurada em 2018, acolhe jovens, crianças e adultos, oferecendo oportunidades de expressão artística e formação cultural, além de apoiar os artesãos locais na produção e exposição das suas obras.

No local, é possível encontrar panos de terra, bijuterias, quadros, cestaria, chapéus, bolsas, carteiras e cintos, peças que refletem o talento e a identidade de São Miguel. O espaço tornou-se num símbolo de valorização cultural e económica, promovendo o orgulho nas raízes micaelenses e a sustentabilidade através da arte.

Natureza e património ao serviço do desenvolvimento local

Comunidade dos Rabelados

Os Rabelados são um grupo social singular de São Miguel, conhecido pela defesa firme da sua identidade cultural e espiritual, que remonta aos anos 40, marcada por conflitos com a igreja e o Estado. Para preservar os seus princípios, instalaram-se em zonas montanhosas e isoladas, vivendo de forma simples,

em casas de ramo de coco e bambu, valorizando a espiritualidade acima dos bens materiais. Hoje, encontram-se mais abertos ao contacto com visitantes e participam em projetos de artesanato, como pintura e olaria, que ajudam a divulgar o seu modo de vida único. No concelho, destacam-se comunidades em Espinho Branco, Bacio, Monte Santo e Palha Carga, sendo Espinho Branco a mais representativa.

Mangue das 7 Ribeiras

Localizada a sul de Achada do Monte, a praia de Mangue das 7 Ribeiras é classificada como monumento natural, destacando-se pelo seu valor paisagístico, geológico e histórico.

Antigo porto abastecedor da zona norte de São Miguel, foi durante décadas um importante ponto de comércio e refúgio para embarcações. Hoje, com as suas águas límpidas, falésias e rochedos de formas curiosas, constitui um tesouro natural e um espaço de memória e contemplação do concelho.



Mangue das 7 Ribeiras


HISTÓRIA EM DESTAQUE

Entre a tradição rural e os desafios do desenvolvimento

Texto: Ilda Fortes

Criado oficialmente em 1996, o município de São Miguel, na ilha de Santiago, tem-se afirmado como um espaço de resistência cultural e de construção de novas dinâmicas económicas e sociais. Apesar de limitações e desafios estruturais, o concelho tem registado avanços em várias áreas, procurando consolidar o desenvolvimento e valorizar as suas raízes.

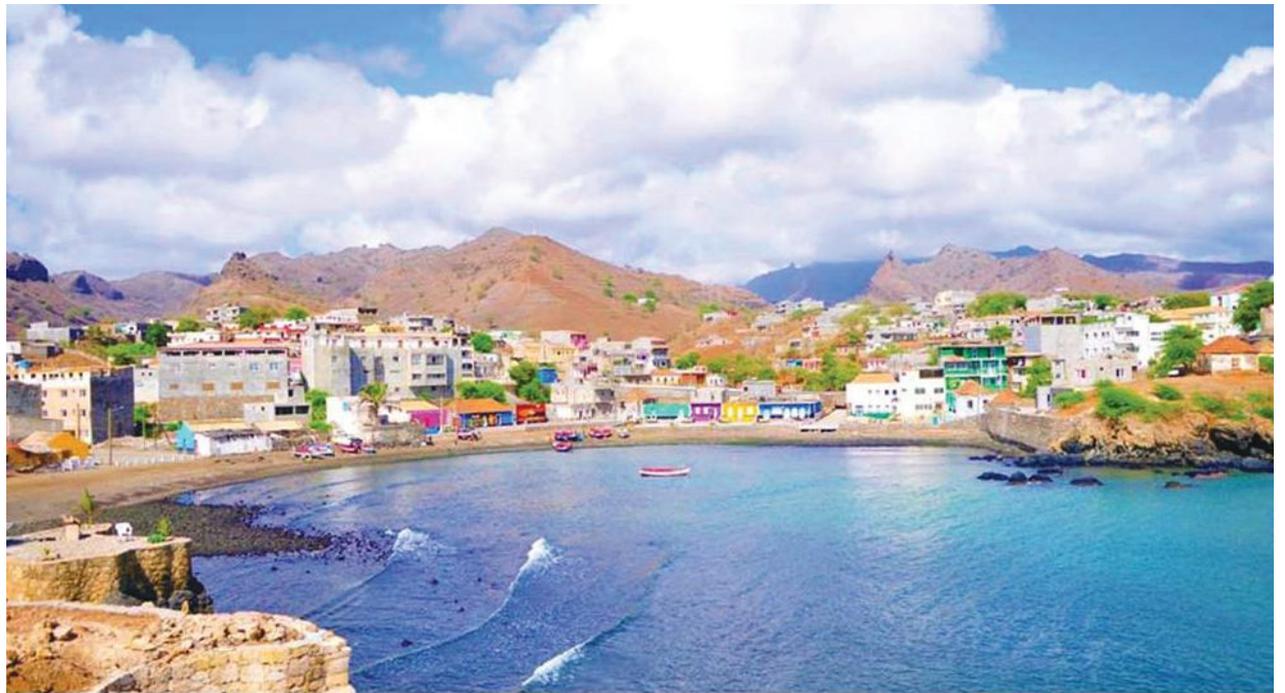
Situado na costa nordeste da ilha de Santiago, o município de São Miguel tem raízes históricas profundas. Inicialmente, a freguesia de São Miguel Arcanjo integrava o concelho de Santa Catarina. Em 1917, com a criação do município do Tarrafal, a freguesia foi incorporada nesse concelho.

A grande viragem administrativa aconteceu a 11 de Novembro de 1996, quando foi elevada à categoria de município, com sede em Calheta. Desde então, o município tem trilhado um caminho de desenvolvimento marcado por desafios típicos de municípios rurais.

Evolução demográfica e condições de vida

Em termos demográficos, os censos e inquéritos realizados nos últimos anos mostram que São Miguel não tem tido um grande crescimento populacional. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística em 2022, o concelho tinha 12996 habitantes, sendo 52,8% do sexo feminino e 47,2% do masculino. Essa população representa cerca de 4,7% da população da ilha de Santiago e cerca de 2,6% da população do país.

O peso do meio rural ainda é muito forte no município, sendo que a maioria da população, cerca de 73%, reside no meio rural. Apesar disso, tem-se verificado uma crescente migração interna para centros urbanos, sobretudo para Calheta, motivada pela busca por melhores oportunidades de emprego,



ensino ou serviços.

A nível geral, as condições de vida da população têm registado melhorias nos últimos anos, mas ainda se registam algumas lacunas. Cerca de 86,3 % dos 3568 agregados familiares têm acesso à eletricidade e 65,7 % dispõe de casa de banho própria. No entanto, apenas cerca de 53,1 % têm água canalizada da rede pública, sendo que os restantes utilizam outras formas de ter acesso à água, como fontes, poços, nascentes, entre outros. De referir, ainda, que apenas cerca de 39,7% dos agregados usam gás para cozinhar, enquanto 57,7 % usam lenha.

Desafios da modernização dos setores económicos

No plano económico, São Miguel continua a depender fortemente do sector primário, com destaque para a agri-

cultura, a pesca e a pecuária. Estas actividades, na maior parte das vezes de subsistência, enfrentam algumas dificuldades, sobretudo no que se refere à escassez de água, falta de escoamento e fraca mecanização.

Paralelamente, tem-se verificado um crescimento do comércio informal e de pequenos serviços e tem-se assistido a apostas no que se refere ao fomento do comércio, do turismo e do desenvolvimento das economias criativas.

Mobilidade, emprego e juventude

O município tem apostado na valorização das suas tradições, sem perder de vista as exigências de um mundo cada vez mais urbano e competitivo. Mas, apesar das melhorias, São Miguel ainda enfrenta desafios estrutu-

rais que afetam a dinâmica e limitam o seu pleno desenvolvimento.

Uma das limitações prende-se com a mobilidade interna no município, que dificulta o acesso a alguns serviços. Por outro lado, a fraca diversificação da economia e a dependência de actividades de baixo rendimento constituem alguns dos grandes desafios do concelho.

O actual contexto limita a criação de empregos sustentáveis, sobretudo para os jovens, o que se considera ser fundamental para combater a tendência de êxodo rural. Sendo a população maioritariamente jovem, tem-se assistido a uma tendência à migração dos jovens para a cidade da Praia ou para outros países em busca de melhores condições de vida. A modernização da agricultura e o fomento ao em-

preendedorismo jovem são apontados como caminhos para consolidar o progresso alcançado.

Um município em construção

Quase três décadas após a sua criação, São Miguel continua a afirmar-se como um município em transformação. Continua a construir a sua identidade enquanto concelho que valoriza a tradição rural, mas que aspira a um futuro com mais oportunidades, maior inclusão e uma maior sustentabilidade social e económica.

Com investimentos estratégicos, o município poderá transformar os desafios em oportunidades e consolidar o seu desenvolvimento, visando uma maior urbanização e melhoria dos serviços básicos, sem perder as suas raízes culturais e rurais.

O guardião de tradições e patrimónios

Texto: Ilda Fortes

Entre montanhas verdejantes, vales e colinas, e o azul do Atlântico, o município de São Miguel é um viveiro rico de patrimónios naturais, arquitetónicos e culturais. De comunidades que preservam modos de vida centenários às festas religiosas que mobilizam multidões, São Miguel afirma-se como um território onde o passado e o presente convivem em verdadeira harmonia.

O município é um repositório vivo de cultura, história e identidade, que guarda algumas das expressões culturais e riquezas paisagísticas mais autênticas do país. Entre os tesouros naturais do concelho, destaca-se o Parque Natural da Serra Malagueta, cuja biodiversidade é partilhada com os municípios vizinhos de Santa Catarina e do Tarrafal. Uma parte significativa do parque encontra-se em território micaelense. Ali, trilhos montanhosos levam a miradouros com vistas deslumbrantes e espécies endémicas desafiam o olhar curioso dos visitantes. O espaço tem sido cada vez mais procurado por nacionais e turistas.

Um outro destaque é a Ribeira Principal, com as suas margens férteis e vegetação densa. Esta ribeira não só sustenta a agricultura tradicional como também serve de cenário para manifestações culturais e religiosas. De referir ainda a Ribeira dos Flamengos, onde fica a capela de Nossa Senhora da Conceição.

Ao longo da costa do município, o oceano Atlântico desenha praias e baías de grande beleza, como a Praia de Calhetona, palco de festas populares e eventos culturais.

Em termos arquitetónicos, a Igreja Matriz de Calheta de São Miguel, inaugurada em 1965, é um dos principais símbolos religiosos do concelho. O concelho conta ainda com a Igreja Matriz de São Miguel, na localidade de Ribeira de São



Miguel. Além destas, encontram-se ainda espalhadas pelo concelho pequenas capelas, que mostram a importância que a religião assume a nível local.

Entre os patrimónios mais singulares de São Miguel está a comunidade dos Rabelados, formada na década de 1940. Durante muitos anos, a comunidade manteve-se quase isolada, preservando práticas religiosas e culturais únicas, vivendo em habitações simples e dedicando-se a atividades como a agricultura, a pintura e o artesanato. Hoje, a comunidade encontra-se mais aberta ao mundo e aos visitantes.

Festas e música

A Festa de São Miguel Arcanjo, celebrada a 29 de setembro, é a principal festividade religiosa do concelho, coincidindo com o Dia do Município. O evento reúne emigrantes, autoridades e população local

num grande encontro de fé, música e atividades diversas. A festa inclui missas, procissões, batucadas, atividades desportivas e culturais.

Outras celebrações religiosas, como a Festa de Nossa Senhora do Socorro, a 13 de agosto, em Calheta, também mobilizam multidões e são acompanhadas por festivais de música e gastronomia.

Entre os eventos culturais de maior destaque está o Festival Calheta, realizado na Praia de Calhetona. O evento promove, sobretudo, artistas locais e nacionais, como parte de uma estratégia que visa a dinamização turística e cultural do concelho.

Aliás, a música é um dos pilares da identidade micaelense. O batuque, o funaná e finason são ex-

pressões culturais profundamente enraizadas na vivência quotidiana das localidades rurais do concelho. Grupos de batucadeiras e tocadores de gaita e ferrinho mantêm viva uma herança que atravessa gerações.

Entre o passado e o futuro

Não obstante os desafios que o município enfrenta a nível da preservação dos patrimónios, este mantém-se firme na valorização do seu património. Tem-se verificado a realização de investimentos em planos de ordenamento e na promoção do turismo cultural, reconhecendo-se que o verdadeiro potencial do concelho está na sua autenticidade.

Neste sentido, São Miguel é cada vez mais reconhecido como um concelho que preserva uma memória preciosa do país, e onde cada pedra e festa contam uma parte da história da própria ilha de Santiago.



PUBLICIDADE



GARANTIA O SUCESSO ESCOLAR

O Seguro Escolar é um seguro que garante o reembolso das despesas médicas e a cobertura de danos causados a terceiros pelo aluno.

Juntos por uma educação segura.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

GARANTIA
ESCOLAR

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde - NIF: 200110322 - Capital Social: 400.000.000 CVE - www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



Classificados



ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO Concurso Público Nº 03_DGPOG-CHGOV/2025

1. Entidade Adjudicante

A **Chefia do Governo**, comunica os interessados que se encontra aberto, a partir da data de publicação do presente anúncio, o concurso público referência Nº03_DGPOG-CHGOV/2025.

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

A **Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG)**, sito na Avenida Cidade Lisboa, Várzea, Cidade da Praia, Código Postal nº304, contacto (238) 333-1319 - 2610379.

3. Objeto do Concurso

O presente procedimento tem por objeto aquisição e instalação de circuito fechado de televisão (CCTV) no Palácio do Governo.

4. Prazo de Execução do Contrato

O contrato inicia a sua vigência após a assinatura do contrato e mantém - se em vigor pelo período máximo de 60 dias.

5. Obtenção dos documentos

Os Documentos do presente procedimento estarão disponíveis na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública (PECP), através do site <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>, ou ainda podem ser solicitados através do email elisangela.vieira@palgov.gov.cv.

6. Requisitos de admissão:

Podem ser admitidos as empresas nacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código de Contratação Pública.

7. Visita técnica

Antes do término do prazo de pedido de esclarecimento, ou seja, até o dia 06 de outubro de 2025, decorrerá visitas técnicas de caráter obrigatório nos locais de instalação dos serviços. Os interessados devem enviar email via Plataforma Eletrónica da Contratação Pública ou através do email elisangela.vieira@palgov.gov.cv ou Licinio.fernandes@palgov.gov.cv solicitando visita.

8. Prazo e modo de apresentação de propostas

As propostas devem ser entregues em versão eletrónica, através da Plataforma Eletrónica da Contratação Pública, até às **23:59 horas, do dia 24 de outubro de 2025**.

9. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de **60 (sessenta)** dias contados da data limite para a sua entrega.

10. Critério de adjudicação

A avaliação é feita, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa.

11. Ato público de abertura de propostas

Procede-se em ato público, à das propostas recebidas na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública, pelas **10:00 horas do dia 27 de outubro de 2025**, na sala de reunião da DGPOG, no Palácio do Governo sito em Várzea, Cidade da Praia, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados.

12. Lei aplicável ao procedimento

Aplica-se o Código da Contratação Pública (CCP) Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA) Decreto-Lei nº 50/2015, de 23 de setembro.

Praia, 29 de outubro de 2025

11/2015, de
23 de setembro.
A Diretora Geral
/Drª Elisangela Vieira/



ANÚNCIO DE CONCURSO

No âmbito do Moonshot Facility, em colaboração com a equipa UNDP ITM Green Energy, o Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde informa que se encontra aberto o concurso para:

Fornecimento, instalação, comissionamento (incluindo todas as obras de infraestrutura necessárias) e prestação de serviços pós-venda de um sistema solar fotovoltaico para o parque de estacionamento do escritório das Nações Unidas em Cabo Verde - (Ref. UNDP-CPV-131, prazo: 17/10/2025).

O projeto prevê a instalação de um sistema fotovoltaico com uma potência de **40,92 kWp**, a integrar no sistema já existente de **32,5 kWp**.

Atividades e datas-chave:

- **Confirmação de participação na visita principal ao local e na conferência de concorrentes:**
Segunda-feira, 29 de setembro de 2025 (email: procurement.cv@cv.jo.un.org)
- **Visita principal ao local (obrigatória):**
Terça-feira, 30 de setembro de 2025, às 15h00 (hora local)
- **Conferência de concorrentes:**
Quinta-feira, 2 de outubro de 2025, às 11h00 (hora local)
- **Segunda visita opcional ao local:**
Quinta-feira, 9 de outubro de 2025, às 15h00 (hora local)
- **Data-limite para pedidos de esclarecimento:**
Quarta-feira, 14 de outubro de 2025

Os interessados deverão consultar o Request for Quotation (RFQ), incluindo os Termos de Referência, publicado no portal de concursos do PNUD (UNDP Procurement Notice):

https://procurement-notice.undp.org/view_negotiation.cfm?nego_id=38590

Nota: O concurso é gerido através do novo sistema eletrónico de concursos do PNUD, denominado Quantum. As empresas interessadas deverão submeter as suas propostas diretamente na plataforma, em conformidade com as orientações constantes no RFQ e seguindo as instruções detalhadas no guia do utilizador:

https://undp.service-now.com/kb_view.do?sysparm_article=KB0014104

O PNUD reserva-se o direito de anular o presente concurso caso as propostas apresentadas não cumpram os requisitos mínimos estipulados no caderno de encargos.

	EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A	ANÚNCIO DO CONCURSO
	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº 009/ASA/DFA/2025 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA CVOR/DME

1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, com sede no Edifício do Centro de Controlo Oceânico do Sal, sito no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Caixa Postal n.º 58, número de identificação fiscal 200166972, tel.: n.º +238 2419200, correio eletrónico: dfa.compras@asa.cv.

2. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

3. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO:

Direção Financeira e Administrativa – Departamento de Gestão de Aquisições, da ASA, S.A.

4. FINANCIAMENTO:

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste procedimento correrão por conta de recursos próprios, consignados no orçamento da ASA, S.A.

5. OBJECTO DO CONCURSO:

O presente concurso tem por objeto o *Fornecimento e Instalação de um Sistema CVOR/DME*, de acordo com as disposições constantes na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

6. LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Os bens objeto do presente procedimento devem ser entregues e instalados no local previsto no ponto 13 da Parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

O contrato tem a sua vigência até a data da Receção Provisória do Sistema CVOR/DME, consoante o prazo de execução do fornecimento e instalação apresentado na proposta vencedora, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da Receção Definitiva dos Sistemas.

8. OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO:

8.8 As peças do procedimento encontram-se disponíveis no Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>.

8.2 Para efeitos de consulta dos interessados, as peças do procedimento encontram-se patentes na Direção Financeira e Administrativa da ASA, na morada indicada no ponto 1, onde podem ser examinadas durante as horas de expediente, das 08H00 às 15H30.

9. PROPOSTA VARIANTES:

Não é admitida a sua apresentação.

10. REQUISITOS DE ADMISSÃO:

Podem ser admitidas todas as empresas nacionais e internacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

As propostas e todos os documentos que a acompanham devem ser submetidos de acordo com as normas estabelecidas no ponto 11 do Programa do Concurso.

12. IDIOMA DOS DOCUMENTOS:

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

13. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, até às **12H00 do dia 19 de novembro de 2025**.

14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS:

Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das suas propostas durante o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data-limite para a sua entrega. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requererem em contrário.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com a metodologia de avaliação constante do Anexo III ao Programa do Concurso:

16. DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Não.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

Os interessados poderão solicitar, por escrito através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>, ou pelo endereço eletrónico dfa.compras@asa.cv, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente procedimento, até às 16:00 horas do fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço de correio eletrónico indicados pelo interessado, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

18. ATO PÚBLICO:

O ato público de abertura das propostas realizar-se-á às **09H00 do dia 20 de novembro de 2025**, por **VIDEOCONFERÊNCIA**, através do Microsoft Teams, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

19. LEI APLICÁVEL AO PROCEDIMENTO:

- Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril – Código da Contratação Pública.

Ilha do Sal, 23 de setembro de 2025


 O Administrador Executivo
 - António Alcântara Leitão Brito -



ANÚNCIO DE CONCURSO

IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L., empresa sólida e de referência no mercado segurador nacional, pretende reforçar a sua equipa com a contratação de um (a) **Técnico (a) de Marketing**, para os escritórios da IMPAR na **Cidade da Praia**, em regime de **contrato de trabalho a termo certo**, para apoiar o desenvolvimento e implementação das estratégias de marketing da empresa.

1. Resumo das funções:

- Apoiar na definição e implementação da estratégia de marketing;
- Desenvolver e executar campanhas publicitárias e promocionais;
- Apoiar na organização de eventos corporativos;

2. Perfil desejado:

- Licenciatura ou mestrado em Marketing, Comunicação, Gestão, Publicidade ou áreas relacionadas;
- Possuir experiência de pelo menos 03 (três) anos na área pretendida ou relacionada;
- Conhecimento de marketing digital e criação de conteúdos para diferentes plataformas;
- Boa capacidade de comunicação verbal e escrita;
- Excelente capacidade de trabalho em equipa;
- Perfil dinâmico e proativo;
- Criatividade e inovação;
- Boa capacidade de gestão do tempo e trabalho sob pressão;
- Bom domínio da língua portuguesa e conhecimentos de inglês e francês.

3. Processo e critérios de seleção

- Triagem e análise curricular em conformidade com o perfil definido (30%);
- Teste psicométrico e ou de conhecimento (40%);
- Entrevista final (30%).

Nota: Todas as fases serão eliminatórias.

4. O que oferecemos:

- Integração numa empresa credível, de referência, experiente e reconhecida na sua área de intervenção;
- Benefícios compatíveis com as responsabilidades inerentes à função;

5. Documentos necessários:

- Carta de motivação;
- Certificado de habilitações literárias;
- Fotocópia do B.I ou CNI;
- Curriculum vitae detalhado e atualizado;
- Carta de recomendação (pelo menos uma).

6. Apresentação da candidatura:

Os interessados deverão enviar as suas candidaturas através do e-mail peessoal@impar.cv, com a descrição no assunto “**Concurso – Técnico (a) de Marketing**”, até o dia **16 de Outubro de 2025**.

7. Critérios de exclusão:

Serão excluídas, automaticamente, as candidaturas:

- Que tenham sido entregues depois do termo do prazo fixado;
- Que não apresentem todos os documentos exigidos;
- Que não preencham o perfil requerido.

8. Forma de comunicação

Todas as fases do processo serão comunicadas, atempadamente, aos candidatos selecionados para as fases seguintes, através do endereço de e-mail disponibilizado no processo de candidatura.

9. Outros

A IMPAR reserva o direito de não selecionar qualquer candidato (a) caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.

Os dados pessoais fornecidos no âmbito da candidatura serão tratados e armazenados de forma digital e em suporte físico, com a garantia de confidencialidade, destinando-se exclusivamente à execução das diligências necessárias ao eventual recrutamento e, nesse caso, à gestão de recursos humanos, no cumprimento de obrigações legais e contratuais.

Cidade da Praia, 25 de setembro de 2025.

Direção dos Recursos Humanos



ANÚNCIO DE CONCURSO

IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L., empresa sólida e de referência no mercado segurador nacional, pretende reforçar a sua equipa com a contratação de **02 (dois) Peritos em regime de prestação de serviços**, para apoiar na gestão de processos de sinistros nas ilhas do **Sal** e da **Boavista**.

1. Resumo das funções:

- Realização de peritagens de sinistros;
- Levantamento e avaliação de danos;
- Análise e emissão de pareceres técnicos;

2. Perfil desejado:

- Possuir pelo menos 12.º ano de escolaridade (preferência por formações específicas na área solicitada);
- Boa capacidade de comunicação, análise e de decisão;
- Espírito de equipa e capacidade de gerir conflitos;
- Capacidade de trabalhar sob pressão e de cumprimento de prazos;
- Bons conhecimentos técnicos de equipamentos eletrónicos/elétricos e máquinas industriais.

3. Requisitos exigidos:

- Carta de condução válida;
- Domínio do código de estrada de Cabo Verde;
- Conhecimento técnico da indústria automóvel;
- Disponibilidade imediata;
- Disponibilidade para deslocações;

4. Processo de Seleção

- Triagem curricular;
- Entrevista.

5. O que oferecemos:

- Integração numa empresa credível, de referência, experiente e reconhecida na sua área de intervenção;
- Benefícios compatíveis com as responsabilidades inerentes à função.

6. Documentos necessários:

- Curriculum Vitae atualizado;
- Certificado de habilitações literárias;
- Fotocópia do documento de identificação; e
- Outros documentos considerados relevantes.

7. Apresentação da candidatura:

Os interessados deverão enviar as suas candidaturas através do e-mail peessoal@impar.cv, com a descrição no assunto “**Concurso Peritos - Sal**” ou “**Concurso Peritos - Boavista**”; até o dia **13 de Outubro de 2025**.

8. Critérios de exclusão:

Serão excluídas, automaticamente, as candidaturas:

- Que tenham sido entregues depois do termo do prazo fixado;
- Que não apresentem todos os documentos exigidos;
- Que não preencham o perfil requerido.

9. Forma de comunicação

Todas as fases do processo serão comunicadas, atempadamente, aos candidatos selecionados para as fases seguintes, através do endereço de e-mail disponibilizado no processo de candidatura.

10. Outros

A IMPAR reserva o direito de não selecionar qualquer candidato (a) caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.

Informa-se, ainda, que os dados pessoais fornecidos no âmbito da candidatura serão tratados e armazenados, de forma digital e em suporte físico, com garantia de confidencialidade, destinando-se exclusivamente à execução das diligências necessárias ao eventual recrutamento e, nesse caso, à gestão de recursos humanos, no cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Cidade da Praia, 29 de setembro de 2025.

Direção dos Recursos Humanos



EDEC EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE DE CABO VERDE, S.A

Empresa de Distribuição de Electricidade de Cabo Verde
Sede: Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 - S. Vicente
Telefone +238. 230 30 30 email: info@edec.cv

**CONVOCATÓRIA
Assembleia-Geral Ordinária**

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa de Distribuição de Electricidade de Cabo Verde (EDEC), S.A, é convocada a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas para o dia **17 outubro de 2025 (sexta-feira), pelas 14h30**, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Alteração do Artigo 3º dos Estatutos, Objeto Social;
5. Eleição de Órgãos Sociais;
6. Diversos.

Cidade de Mindelo, 26 de setembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial: 84 - Capital Social: 11.364.000 ECV-



EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA

Sede Social: Avª Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 137-Mindelo
Telefone +238. 230 30 30 Fax +238. 232 44 46 email: electra@electra.cv;
web.: www.electra.cv - S.Vicente -CABO VERDE

**CONVOCATÓRIA
Assembleia-Geral Ordinária**

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 9.º dos Estatutos da Empresa de Electricidade e Água (ELECTRA), SA, é convocada a Assembleia-Geral Extraordinária de acionistas para o dia 17 outubro de 2025 (sexta-feira), pelas 09h00, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição de Órgãos Sociais;
2. Diversos.

Cidade de Mindelo, 26 de setembro de 2025

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso



EMPRESA DE PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE DE CABO VERDE, S.A

Sede: Av. Drº Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59-S. Vicente
Telefone +238. 230 30 30 email: info@epcc.cv

**CONVOCATÓRIA
Assembleia-Geral Ordinária**

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa de Produção de Electricidade de Cabo Verde (EPEC), S.A, é convocada a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas para o dia 17 outubro de 2025 (sexta-feira), pelas 09h30, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Alteração do Artigo 3º dos Estatutos, Objeto Social;
5. Eleição de Órgãos Sociais;
6. Diversos.

Cidade de Mindelo, 26 de setembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial: 85
Capital Social: 3.002.922.000 ECV- NIF: 298065991



Operador Nacional de Sistema Elétrico de Cabo Verde, S.A

Sede: Chã Areia - Praia CP. 209 - Praia
Telefone +238. 260 34 50 email: info@onsec.cv

**CONVOCATÓRIA
Assembleia-Geral Ordinária**

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa Operador Nacional de Sistema Elétrico de Cabo Verde (ONSEC), S.A, é convocada a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas para o dia 17 outubro de 2025 (sexta-feira), pelas 16h30, na sede da empresa, na Cidade da Praia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Alteração do Artigo 3º dos Estatutos, Objeto Social;
5. Eleição de Órgãos Sociais;
6. Diversos.

Cidade da Praia, 26 de setembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial: 86
Capital Social: 3.527.000 ECV - NIF: 298066491

Reg. sob o nº.420/25-26
Oficial: *Isaias Moreira*



PROCURADORIA DA REPÚBLICA
-DA-
COMARCA DA PRAIA

EDITAL

O Dr. Isaiás Varela Moreira, Procurador da República, colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Para os devidos efeitos, **faz saber que**, ao abrigo do disposto nos artigos 141º, nº1, e 142º, nº3, parte final, ambos do CPP, por este meio, **fica devidamente notificado o arguido Andy Samine Soares Gonçalves, mcp "Ligei/Samine"**, natural de Nossa Senhora da Graça - Praia, filho de Adilson de Jesus Torres Gonçalves e de Sandra Eurides Sanches Lopes, nascido a 08/08/2003, solteiro, condutor, com a última residência conhecida em São Pedro, (perto do Minimercado Lojinha), **do despacho da acusação, sob a forma Ordinária**, no dia 31 de julho de 2025, proferida nos Autos de Instrução nº 11403/2024, que o Ministério Público move contra si, cuja cópia se encontra depositada na Secretaria desta Procuradoria para levantamento a qualquer momento.

Fica ainda o arguido notificado para, querendo, no **prazo de oito**

dias, a contar da data da fixação desde Edital, depois de finda a dilação de **Quinze Dias**, relativamente aos factos da acusação, requerer a abertura da ACP, (Audiência Contraditória Preliminar), nos termos do artigo 324º, nos 1, al a), e 3 al. a), do Código de Processo Penal.

Para constar se passou o presente edital, em triplicado, sendo um afixado na porta do Tribunal Judicial desta Comarca, outro na porta da Câmara Municipal deste Concelho, o qual será ainda publicado nos jornais mais lidos da Praça.

Procuradoria da República da Comarca da Praia, aos 22 de setembro de 2025

O Procurador da República,
Isaias Moreira
A Oficial de Justiça,
Maria Gorete da Veiga



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO
- Anúncio -2ª Publicação -

Autos: Ação Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira nº 66/2025.

Requerente: José Domingos de Oliveira Borges.

Requerido(a): Julieta Martins dos Santos, maior de quarenta anos de idade solteira, filha de João Mendes dos Santos e de Francisca Martins de Oliveira residente em parte incerta de Luxemburgo.
000000

A Dr. Rosa Carlota Martins Branco Vicente, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicado, é citado o(a) requerido (a), para no prazo de **10 dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 dias**, contada da segunda e última publicação do anúncio, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divorcio Decretado pelo Tribunal Distrital de Luxemburgo**), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

diente.

Mais se notifica o(a) requerido(a) que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, e que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (30.000\$00), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos dezasseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco.



Reg. sob o nº.420/25-26
Oficial: *Isaias Moreira*



PROCURADORIA DA REPÚBLICA
-DA-
COMARCA DA PRAIA

EDITAL

O Dr. Isaiás Varela Moreira, Procurador da República, colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Para os devidos efeitos, **faz saber que**, ao abrigo do disposto nos artigos 141º, nº1, e 142º, nº3, parte final, ambos do CPP, por este meio, **fica devidamente notificado o arguido Mussa Baldé, mcp "Mussa"**, nascido a 23/05/1984, natural de Guiné-Bissau, filho de Djaié Baldé e de Eguê Embaló, solteiro, vendedor Ambulante, com a última residência conhecida em Várzea Companhia, **do despacho da acusação, sob a forma Ordinária**, proferido no dia 24 de janeiro de 2018, nos Autos de Instrução nº 1730/2017, que o Ministério Público nesta Comarca move contra si, cuja cópia se encontra depositada na Secretaria desta Procuradoria para levantamento a qualquer momento.

Fica ainda o arguido notificado para, querendo, no **prazo de oito dias**, a contar da data da fixação desde Edital, depois de finda a dilação de

quinze dias, relativamente aos factos da acusação, requerer a abertura da ACP (Audiência Contraditória Preliminar), nos termos do artigo 324º, nos 1, al a), e 3 al. a), do Código de Processo Penal.

Para constar se passou o presente edital, em triplicado, sendo um afixado na porta do Tribunal Judicial desta Comarca, outro na porta da Câmara Municipal deste Concelho, o qual será ainda publicado nos jornais mais lidos da Praça.

Procuradoria da República da Comarca da Praia, aos 24 de setembro de 2025

O Procurador da República,
Isaias Moreira
A Oficial de Justiça,
Maria Gorete da Veiga



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e quatro do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas dezassete a dezoito, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes: No dia quinze do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, em Roterdão, onde teve a sua última residência habitual em São Vicente, faleceu a referida **Ida Lima Cabral**, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e neerlandesa, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de divorciada.

A falecida fez testamento público, lavrado neste Cartório Notarial, no dia dezasseis do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, no respetivo livro número dois, folhas dezoito verso a dezanove verso, e sucederam-lhe, como herdeiros legitimários, os seus filhos,

a saber: **a) Porfíria Marcelina Cabral Rodrigues, acima devidamente identificada; b) Orlandina Lima Cabral Rodrigues**, casada com William Christian Rombly, sob o regime da separação de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente nos Países Baixos.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **"de cujus"**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1019962

Conta n.º 202514591

O Notário,

Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

Vicente,
Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP
*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333)
3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



REPÚBLICA DE CABO VERDE
 TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
 JUÍZO CÍVEL
 =ANÚNCIO JUDICIAL =
 REG. Nº49/JM/TJCSF/2024/25

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Ação Especial de Justificação Judicial, registados sob o nº 119/2023, movido pelo (a, s) autores, **Emanuel de Pina**, maior casado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente nos E.U.A, **Tânia Rosalina Pires Rosa**, maior, casado, representado (a, s) pelo mandatário judicial, Dr. Nilton Nunes, advogado, com escritório e residência em São Filipe, contra os RÉUS, **MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADOS INCERTOS, HERDEIROS DE JESUINO LOPES DE PINA**.

São citados os Réus – **INTERESSADOS INCERTOS**, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA E CINCO DIAS**, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA : "Prédio urbano, situado em Campanas de Baixo, concelho de São Lourenço, medindo 126.25m2 confrontando a Norte, Este e Oeste com Juizinho Lopes de Pina e Sul com Estrada Nacional, composto por cave com dois quarto e caixa escada; Rés do chão com um uma garagem, uma casa de banho, uma sala comum, uma cozinha, duas varandas, um pátio e caixa escada; 1º andar com uma sala, uma cozinha, três quartos, uma casa de banho e escada de acesso ao terraço."

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida ação, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuar-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 66º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

Para constar se passou o presente e mais três de igual teor que serão legalmente afixados. São Filipe, 24 de setembro de 2025.

Paulo Jorge Santos Aires
 Oficial Público
 Juiz de Direito
 Juiz Cível

S.Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia doze do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas setenta e três a setenta e quatro, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia trinta e um do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e três, no Hospital, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual em Ponta Verde, faleceu **ADÉLIA DE PINA LOPES**, que também usava **ADÉLIA DE PINA**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúva.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber, **1. Antónia Lopes**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América; **2. Manuel António Pina Lopes**, casado com Lúcia Borges Lopes, sob o regime da comunhão geral de bens, residente nos Estados Unidos da América; **3. Júlio de Pina Lopes**, casado com Maria Helena Mendes Lopes, sob o regime da comunhão de adquiridos, segundo declaram, residente nos Estados Unidos da América; **4. Marcelino de Pina Lopes**, solteiro, maior, residente em Achada São Filipe, ilha de Santiago; **5. Maria da Graça Lopes da Silveira**, casada com Hernani António Inácio da Silveira, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América, e **6. Izabel Lopes de Pina Andrade**, casada com João da Luz Vieira de Andrade, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Forno, ilha do Fogo, todos naturais da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Adélia de Pina Lopes**, que também usava **Adélia de Pina**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos doze de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:..... 1.200\$00

Processo n.º 1012331

Conta sob o n.º 202529062

O Notário
 Manuel António Pina Rodrigues Rosa

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda publicação**, que no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 66º do livro de notas número E/82, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Ida Lopes da Silva tavares e Esmeralda Cristo Lopes da Silva Gonçalves**; Que, no dia quatro de setembro de dois mil e dezasseis, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual nesta cidade do Mindelo, faleceu, sem testamento ou escritura de doação por morte, **IDA LOPES DA SILVA TAVARES**, de noventa e oito anos, que foi natural da freguesia de Santra Isabel, concelho e ilha de Boa Vista, no estado de viúva. - Que a falecida não deixou herdeiros legitimários, e lhe sucedera como única herdeira, a sua sobrinha, **Maria De Fátima Lopes Da Silva Gonçalves Figueiredo Silva**, acima identificada, esta filha da sua irmã germana, pós-falecida Esmeralda Cristo Lopes Silva Gongalves; - Que entretanto, no dia nove de julho de dois mil e vinte e dois, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. onde teve a

sua última residência habitual nesta cidade do Mindelo, faleceu, **ESMERALDA CRISTO LOPES SILVA GONÇALVES**, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha de Boa Vista, no estado de viúva. - Que a falecida não deixou testamento ou escritura de doação por morte, e sucedera como única herdeira a sua filha Maria De Fátima Lopes Da Silva Gonçalves Figueiredo Silva, já acima identificado. -Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. -Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 22 de setembro de 2025.

Conta: 202563944 Processo- 1017641

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo200\$00

Total1 .200\$00. Imporla o presente em mil e duzentos escudos

O Notário
 José Manuel Santos Fernandes

1º Cartório Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezassete de Setembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 43 F e 44 F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS, por** óbito de **Juvenal Sanches Semedo**, falecido em Ribeira da Prata, no dia vinte e seis de Julho de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Alice Dias Tavares Fernandes**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Ribeira da Prata, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **José António Fernandes Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Celina Tavares Semedo**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Natalino Borges Varela Sanches**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Celestino Tavares Sanches**, solteiro, maior, natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Maria Hironcina Dias Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Juvêncio Dias Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Jair Tavares Sanches**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata, **Eugénio Sanches Tavares**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Amílcar Tavares Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata e **Edna Suzete Sanches Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Ribeira da Prata.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezanove dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º REG: 1015095/2025.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24 / VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia dezoito do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas cinquenta e cinco a cinquenta e seis verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual, **MANUEL LEDO NUNES DE PINA**, contribuinte fiscal número um, um, seis, três, sete, zero, um, três, zero, casado com Adelina José Marcelino, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, onde reside em Mãe Joana, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio urbano de rés-do-chão com varanda, fonte de água, sala de estar, cozinha, caixa escada, garagem, saguão, dois quartos, casa de banho e suite com casa de banho privada, e primeiro andar com caixa escada, sala de estar, duas varandas, cozinha, três quartos, casa de banho, suite com casa de banho privada, caixa escada e terraço, construído no terreno com área de **cento e oitenta e nove vírgula vinte e dois metros quadrados**, situado em Mãe Joana, ilha do Fogo, confrontando do Norte com terreno mesmo dono, do Sul com via pública, do Este com Alexandre José Nunes, e do Oeste com via pública, com valor matricial de três milhões de escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número **1091/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi construído de raiz pelo justificante, com recursos próprios, no sítio aonde existia um pardieiro que lhe foi doado verbalmente em mil, novecentos e setenta e cinco por sua avó Francisca Nunes. Que, esta por sua vez, havia adquirido o terreno aonde foi edificado o prédio acima identificado por herança da mãe Defina Nunes. Que, entretanto, a natureza meramente verbalmente *da* dita doação, impossibilita-o de fazer a primeira inscrição no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, após a doação, o justificante entrou na posse do mesmo, iniciando imediatamente a construção do prédio urbano acima identificado, posse essa que dura há cerca de cinquenta anos, e sempre exercida pelo justificante sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, *de* forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezoito de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....200\$00

Selo do acto.....1.000\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1016149

Conta sob o n.º **202505105**

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 10 50/VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos de **Primeira publicação**, que no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 6º do livro de notas número A/83, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Jorge Segredo Pinto** falecido no dia onze de outubro de dois mil e vinte e dois, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, de sessenta e três anos, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, com última residência habitual em Cruz João Évora, São Vicente, no estado de casado com Maria Filomena da Luz Pinto, no regime de comunhão de adquiridos.- Que, o falecido não deixou testamento ou escritura de doação por morte, e sucederam-lhe como herdeiros legitimários, os seus filhos: a) Júlia Alcídia Monteiro Segredo, solteira, maior, residente em Ribeira do Julião - São Vicente; b) - Fredson Jorge Monteiro Pinto, solteiro, maior residente na ilha do Sal; c) - Kátia Maria Lima da Luz Pinto, casada com Sandro Jorge Lima da Luz Pinto, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente na ilha de fogo; estes naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão: d) - Vanda Maria Baptista Pinto Évora, á data do óbito solteira, maior, atualmente casada com Elias dos Santos Évora, no regime

de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, residente na cidade do Porto Novo, -Os interessados, querendo, podem proceder á impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 30 de setembro de 2025.

Conta: 202567370

Processo-1023132

Art.20.4.2.....100\$00

Selo.....200\$00

Total.....1200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.1º Cartório

O Notário

/José Manuel Santos Fernandes/

Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do nº3 do artigo 100.º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **93**, a folhas **17 a 18 vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notaria**, em que **Domingas Lopes Gonçalves Soares**, viúva, contribuinte fiscal número 191414999, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, residente em Portugal, é dona e legítima possuidora em exclusão de outrem, do **prédio urbano**, primeiro andar, construído de pedras e blocos, coberto de betão armado, sendo rés-do-chão e primeiro andar composto por uma sala comum, três quartos de dormir, uma cozinha, duas casas de banho, corredor, hal, caixa escada e varanda, medindo **169.33m2 (centos e sessenta e nove virgula trinta e três metros quadrados)**, situado em Chá de santos – freguesia e concelho de Santa Catarina – ilha de Santiago, confrontando do Norte com Lote nº C, Sul coim lote nº E, Este com Via Pública e Oeste com Ribeira, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **41943/0**, com o valor matricial de **três milhões, seiscentos e vinte e oito mil e oitocentos escudos**, omissos nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia.

Que o referido prédio lhe veio a posse por doação feita no ano de mil novecentos e noventa e nove pela senhora **Maria da Luz Mendes Ferreira**, irmã da justificante, já falecida, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respectivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de mil novecentos e noventa e nove, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respectivos encargos, pelo que adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas, se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recursos hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000\$00
Imp. de Selo do acto....200\$00
Total:.....1.200\$00 (mil e duzentos escudos)
Conta n.º 1003273

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezoito do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas quatro verso à cinco verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia trinta do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, num domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência em Mindelo, faleceu **Violante Maria Silva Ferreira**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Gertrudes Silva Ferreira**, pré-falecida sem descendentes; **b) Maria Rosa Silva Ferreira**, solteira, maior, residente na cidade da Praia; **c) Maria Hotelma Silva Ferreira**, divorciada, residente em Mindelo; **d) Zelia Taurina Silva Ferreira**, divorciada, residente em Portugal; **e) Ana Sofia Silva Ferreira**, divorciada, residente em França; **f) João Manuel Silva Ferreira**, casado com Maria de Fátima Delgado Dias Ferreira, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Porto Novo; **g) Nidia Bebiãna Silva Ferreira**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América; **h) Verónica Violante Silva Ferreira**, solteira, maior, residente em Portugal; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; **i) Eduiza Violante Silva Ferreira Ramos**, casada com Pedro Jesus Ramos, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho e ilha do Sal, residente em Mindelo.

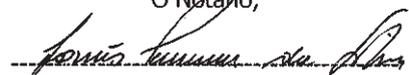
Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “de cujus”.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º. 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1016664
Conta n.º 202514469

O Notário,


/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9ª, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia onze de Setembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 37F, 38F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **António Sanches Gonçalves**, falecido no dia sete de Fevereiro de dois mil e vinte e três, em Chão Bom, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Umbelina Gomes Silva**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Firmina Gomes Rodrigues**, no estado de falecida, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, **Domingas Gomes Rodrigues**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **João dos Reis**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente França, **Antonina Landim Gonçalves**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Pedro Amante de Ramiro Furtado**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Domingos Landim Gonçalves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom, **Arlindo Lopes Frederico Gonçalves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **João Mário Lopes Frederico Gonçalves**, divorciado, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França, **Gustavo Lopes Frederico**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em São Domingos.

No dia **cinco** de **Setembro** de **dois mil e oito**, em Ribeira da Prata, faleceu a Senhora **Umbelina Gomes Silva**, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Firmina Gomes Rodrigues**, no esta do de falecida e era solteira, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, **Domingas Gomes Rodrigues**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **João dos Reis**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

No dia **vinte e um** de **Setembro** de **dois mil e vinte e três**, em Portugal, faleceu a Senhora **Firmina Gomes Rodrigues**, no estado de solteira, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com ultima residência em Ribeira da Prata, sem testamento e disposição de ultima vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros sem ascendente e nem descendente os seus irmãos, acima identificados:

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1011280/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia vinte do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas trinta e oito verso a quarenta, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e nove do mês de Setembro do ano mil, novecentos e noventa e cinco, em Luzia Nunes, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **MARIA DE BARROS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de solteira.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber, **i. Alice de Barros**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América; e **ii. Manuel de Barros**, à data do óbito, casado com Maria Isabel Barros Barbosa, sob o regime da comunhão de adquiridos, já falecido e abaixo melhor identificado.

Que, entretanto, no dia onze do mês de Março do ano dois mil e quinze, em Luzia Nunes, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **MANUEL DE BARROS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado com Maria Isabel Barros Barbosa, sob o regime da comunhão de adquiridos.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber, **1. Lanissa Isabel de Barros Barbosa**, residente em Luzia Nunes; **2. Raul Jorge Barros Barbosa**, residente em Luzia Nunes; **3. Eliandro João Barbosa Barros**, residente em Luzia Nunes; **4. Ludiana Isabel Barbosa Barros**, residente em Portugal; **5. Fátima Suzete Barbosa Barros**, residente em Portugal; e **6. Eliana Patrícia Barbosa Barros**, residente em Luzia Nunes, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Maria de Barros e Manuel de Barros**

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte de Agosto de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 997351

Conta sob o n.º 202526131

O Notário,
/ Manuel António Pina Rodrigues Rosa /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.Cartorio Fogo@gov.cv



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)
PARA REABILITAÇÃO E ASFALTAGEM DA ESTRADA NACIONAL**

PATIM - COVA FIGUEIRA, ILHA DO FOGO

ANÚNCIO DE CONCURSO N.º C- FG-04/2025

Solicitação de Manifestação de Interesse

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-FG-04/2025** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para a Reabilitação e Asfaltagem da Estrada Nacional Patim-Cova Figueira, Ilha do Fogo**, financiado pelo Governo de Cabo Verde.
2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.
3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **01 de Outubro de 2025** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.
4. Os Candidatos podem a partir do dia **01 de outubro e até ao dia 06 de outubro de 2025** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **09 de outubro de 2025**.
5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde **até às 10 horas do dia 13 de outubro de 2025**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).
6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **13 de outubro de 2025 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.
7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Prédio Ordem dos Engenheiros
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv ; pedro.t.silva@mioth.gov.cv;
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv;
manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv
Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



**República de Cabo Verde
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES**

Praia – Cabo Verde C.P. 290
Tel.: +238.2624323 - Fax: +238.2624325

ANÚNCIO

Assunto: **CONCURSO N.º 01 / CNE/ 2025**

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) torna público que se encontra aberto o Concurso **para a Elaboração da Nova Identidade Visual da Instituição**, com o objetivo de selecionar uma proposta criativa e inovadora que reflita os valores de imparcialidade, transparência e cidadania.

1. **Quem pode participar:** Designers individuais, agências ou empresas, nacionais e internacionais, das áreas de design, comunicação, marketing e publicidade.

2. **Entrega de propostas:** Até às 16h00 do dia 31 de outubro de 2025, na sede da CNE – Prainha, Cidade da Praia, ou através do e-mail rececionista.cne@cne.cv, com o assunto: “Candidatura – Concurso N.º 01/CNE/2025”, acompanhado do nome e contactos do concorrente.

3. **Documentos a entregar:**

- Proposta de logótipo em formato digital (AI, PNG, JPEG) e cópia impressa;
- Versões colorida, monocromática e adaptada a fundos diversos;
- Memória descritiva (paleta de cores, tipografia, conceito);
- Elementos gráficos complementares.

4. **Prazos principais:**

- Submissão das propostas: até 31 de outubro de 2025;
- Anúncio do vencedor: 01 de dezembro de 2025.

5. **Publicitação do concurso:**

O presente concurso será divulgado através dos canais oficiais da CNE, nomeadamente:

- Website institucional: www.cne.cv;
- Página oficial da CNE nas redes sociais (Facebook, Instagram);
- Publicação em jornais de circulação nacional;
- Afixação na sede da CNE, na Cidade da Praia.

6. **Compensação financeira:**

A proposta vencedora receberá uma compensação financeira no valor de 150.000\$00 (cento e cinquenta mil escudos cabo-verdianos).

As propostas serão avaliadas por um júri composto pelo Plenário da CNE e por especialistas em design e comunicação.

Nota: A participação implica a aceitação integral dos Termos de Referência (TDR), disponíveis no site www.cne.cv e na sede da CNE.

Cidade da Praia, 01 de outubro de 2025

A presidente da CNE

Maria do Rosário L. Pereira Gonçalves



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 63 a 64 verso, outorgada no dia 28-08-2025, na qual **Maria de Fátima Monteiro Martins**, viúva, natural da Freguesia de São João Batista do Concelho da Brava, residente nos Estados Unidos da América e de passagem por esta Ilha de Santo Antão; **Dulcília do Adro Monteiro Tavares Martins**, divorciada, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande e **Claudemir José Monteiro Tavares Martins**, casado, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande, residentes nos Estados Unidos da América, alegam com exclusão de outrem, que são donos e legítimos possuidores dos seguintes prédios: **1.º** - Prédio urbano construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de telha, com um quarto de dormir, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala de jantar, situado em Penta do Sol, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Livramento sob o n.º 851/0, medindo 54.8 (cinquenta e quatro virgula oito metros quadrados) confrontado do Norte com Arminda Barros; Sul com Beco; Este com Simplício Martins e do Oeste com Rua, com valor matricial de 800.000\$00 (oitocentos mil escudos). **2.º** - Prédio urbano construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado com três quartos de dormir, uma casa de banho, uma cozinha, uma sala comum, uma garagem e um quintal, situado em Ponta do Sol, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, sob o n.º 852/0, medindo 341 m2, (trezentos e quarenta e um metros quadrados) confrontando do Norte, Sul, Este com Rua, e Oeste com Arminda Barros, Francisco Ferreira e Simplício Martins, com o valor matricial de 2.200.000\$00 (dois milhões e duzentos mil escudos), omissos no Registo Predial. Que os referidos prédios, lhes vieram à posse por sucessão hereditária de **Simplício Carlos Martins**, conforme certidão de escritura de habilitação de herdeiros datada de 21-03-2001, lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 12 de folhas 36 verso á 37 verso e nesse caso fizeram a inscrição na matriz camarária em seu nome próprio, mas que não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para efeito de primeira inscrição no registo predial, uma vez que exercem uma posse em seus nomes próprios, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados tem um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Conservatoria dos Registo e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 30-09- 2025.



Conta nº 1012738/2025

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia dois do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e cinco, de folhas sessenta verso a sessenta e um, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte e quatro do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro, na Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa, onde teve a sua última residência habitual em Praceta da Árvore, nº3, 6º M, Reboleira, Freguesia de Águas Livres, Concelho de Amadora, faleceu a referida **MARIA AUGUSTA ANDRADE NASCIMENTO LIMA**, natural que foi da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha da Boa Vista, no estado de casada com **ERINEU MARCOS LIMA**, sob o regime da comunhão geral de bens.

A falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Elcio Marcos Nascimento Lima**, à data do óbito solteiro, sendo atualmente casado com Neliza Alves de Pina, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em Santiago; e **b) Ivan Alex Nascimento Lima**, solteiro, maior, residente em Boa Vista; ambos naturais da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha da Boa Vista.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “**de cujus**”.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos um de outubro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.o. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:..... ..1.200\$00

Processo n.º 1024458

Conta n.º 202514729

O Notário,

Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 87 a 87 verso, outorgada no dia 16-09-2025, no qual **Pedro Apolónia Delgado**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Portugal, alega com exclusão de outrem, que é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano de 2.º andar, construído de pedra, argamassa, blocos de cimento, coberto de betão armado, sendo no rés do chão com um espaço aberto e um WC, no 1º andar com um quarto de dormir, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala de visita e n.º 2.º andar com um quarto de dormir, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala de visita, medindo 50.53 m2 (cinquenta virgula cinquenta e três metros quadrados) situado na Rua Silo Francisco - Cidade de Ribeira Grande, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 255/0, confrontando do Norte com Martinho António dos Santos; Sul com Beco; Este com Rua e do Oeste com Adrião Francisco Gama Rodrigues, com o valor matricial de 3.100.000\$00 (três milhões e cem mil escudos) omissos no Registo Predial. Alega que o referido prédio urbano veio-lhe a posse por compra ao Senhor António Santos e, nesse caso fez de imediato a inscrição na matriz camarária em seu nome próprio, mas não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial,

vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para efeito de primeira inscrição no registo predial, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados tem um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 30-09-2025.

Conta nº 1021468/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezoito do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas três à quatro, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte e oito do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, em Zaanstad – Países Baixos, onde teve a sua última residência habitual em Zaandam – Países Baixos, faleceu **João José Rocha**, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e neerlandesa, natural que foi da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Francisca da Rocha Oliveira, sob o regime da comunhão de adquiridos.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Ronald Oliveira Rocha**, casado com Stacey Oliveira Rocha Visser, sob o regime da comunhão de adquiridos; **b) Leslie Ana Oliveira Rocha**; **c) Orlando Oliveira Rocha**; estes solteiros, maiores; todos naturais dos Países Baixos, onde residem.

Entretanto, no dia trinta do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, em Zaanstad – Países Baixos, onde teve a sua última residência habitual em Zaandam – Países Baixos, faleceu **Francisca da Rocha Oliveira**, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e neerlandesa, natural que foi da freguesia de Santo Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: todos acima identificados das alíneas **a) a c)**. Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos “**de cujus**”.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos onze de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1019077
Conta n.º 202514556

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia dezanove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e seis, de folhas oito verso a nove verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia nove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e um, em Nápoles - Itália, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **André da Cruz Costa**, com dupla nacionalidade, cabo-verdiana e italiana, natural que foi da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Rosa Francisca Rodrigues Costa, sob o regime da comunhão de adquiridos.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Jailson Costa**, casado com Roberta Russolillo, sob o regime da comunhão

de adquiridos, natural da Itália, onde reside; **b) Romina Gomes Costa**, solteira, maior, residente em Ribeirinha; **c) Eduíno Alvarez da Cruz**, casado com Anísia Delgado da Luz Alvarez, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em França; **d) Rodnina Delgado Costa**, solteira, maior, residente em Porto Novo - Santo Antão; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido “**de cujus**”.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1017908
Conta n.º 202514512

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Praia
Notária: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 19.09.2025, a folhas 82 e 83 do livro de notas para escrituras diversas número 359 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de Eduardo Joaquim Fontes**, nos termos seguintes:

1. Que no dia **catorze de outubro de dois mil e vinte**, em Wareham, Massachusetts, Estados Unidos da América, faleceu **Eduardo Joaquim Fontes**, aos oitenta e sete anos de idade, no estado civil de casado com Joan Roderick Fontes, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina do Fogo, filho de Joaquim Vieira Fontes e Matilde Monteiro Fontes, que teve a sua última residência habitual em Massachusetts, Estados Unidos da América.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como único herdeiro, o seu filho, **Benjamin Aguiar Fontes**, casado, natural e residente nos Estados Unidos da América.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefira ao mesmo herdeiro ou com ele possa concorrer à sucessão do falecido.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 19 de setembro de 2025.

A Notária,

/Joselene Safira do Souto Andrade Gomes/

CONTA: 1019661/2025
Art. 20º 4.2..... 1.000\$00
Selo do Acto..... 200\$00
Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF-353331112

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n. 50- 1ª Série, que no dia dezassete do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas oitenta verso a oitenta e um, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia catorze do mês de Maio do ano dois mil e onze, em Brockton, Plymouth, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **DOMINGOS GARCIA DE PINA**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, ilha do Fogo, no estado de casado com Natália Alves Ribeiro de Pina, sob o regime da comunhão de adquiridos.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos,

a saber, **1. Elton Domingos Gomes de Pina; 2. Eliza Maria Gomes de Pina; 3. Elizeu António Gomes de Pina; 4. Nice Sibel Andrade de Pina; 5. Nilton Domingos Andrade de Pina; e 6. Patrícia Cristina Andrade de Pina**, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residentes nos Estados Unidos da América.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Domingos Garcia de Pina**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe aos dezassete de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00
Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1015463

Conta sob o n.º 202530312

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/
Notário

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
3º JUÍZO CÍVEL

Campus de Justiça - Palmarejo - Praia
CP. nº 99- Tel.: 3336418-3336434 e Fax: 2613880
terceirocivil@gmail.com

ANÚNCIO N.º 25/2025

O Dr. Raimundo Martins Tavares, Juiz de Direito, colocado no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.

Faz saber que é **citado** a ré **MJR INVESTIMENTOS S.A.**, com última sede conhecida em Tira Chapéu, ao lado da Cimpor, para no **prazo de 20 (vinte) dias**, que se contarão depois de finda a dilação de **35 (trinta e cinco) dias**, contados da 2.ª xos autos **Processo Comum Ordinário n.º 16/2025**, que o autor **Shaanxi Construction Engineering Group Corporation Limited** move neste juízo contra o mesmo, sob pena de se considerar confessados os factos articulados pelo autor.

O pedido do autor consiste em requerer que seja reconhecida o direito de preferência sobre 5.872,10 m2 dos 10.365 m2 do prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o n.º 26356/0 e descrito na Conservatória dos registos predial, comercial e automóvel da Praia sob o n.º 18.220, seja cancelada todos e quaisquer registos efetuados em consequência de compra e venda dos 5.872,10 m2, bem como condenar o réu no pagamento de juros e procuradorias legais, como melhor consta do dupli-

cado da petição inicial que se encontra na secretaria deste juízo à vossa disposição para levantamento.

Faz ainda saber à ré que é obrigatória a constituição de advogado nesta ação e que, caso contestar, deverá, no prazo de **05 (cinco dias)**, efetuar o preparo inicial, sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de Justiça, igual ao dobro da sua importância e que a falta de pagamento desta implica a instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária, diretamente no juízo, ou no prazo máximo de dois dias junto da Ordem de Advogados de Cabo Verde, onde deverá apresentar logo elementos comprovativos da insuficiência económica.

O duplicado da petição inicial encontra-se na secretaria do juízo à disposição da ré para quando quiser, fazer o seu levantamento.

Para constar se lavrou este anúncio que será entregue ao mandatário do autor para efeito de 1.ª e 2ª publicação.

Secretaria do 3.º Juízo Cível, 02 de Outubro de 2025.
Juiz de Direito, Raimundo Martins Tavares / A Adjuncte de Escrivão, Rosário Fortunado /

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia **25.09.2025**, de folhas **45 & 46**, do livro de notas para Escrituras Diversas número 28, do Cartório Notarial de São Domingos, a meu cargo, foi exarada uma escritura de Habilitação de herdeiro por óbito de **Gabriel Maria Marques Varela**, nos termos seguintes.

1. Que, no dia doze de agosto do ano de dois mil e quinze, no Hospital Agostinho Neto, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu **Gabriel Maria Marques Varela**, de cinquenta e dois anos de idade, no estado civil de **casado** com **Filomena Andrade Sanches da Costa** no regime da comunhão de adquiridos, natural que foi da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, filho de José Lopes Varela e Tomásia Carvalho Marques e com a última residência habitual em **São Domingos**.

2. Que desconhecem se o falecido deixou testamento ou fez qualquer outra disposição de última vontade e que deixou como herdeiros, os filhos **Walter Gabriel Tavares Marques, Joceline Filomena da Costa Marques e Giovana Filomena da Costa Marques** solteiros, maiores, naturais da

Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, ambos residentes em Figueira Branca, São Domingos e Cidadela - Praia.

Que não há outras pessoas que segundo a lei preferiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Domingos, aos 30-09-2025.

A Notária,
Cláudia Celeste Vaz Pereira

CONTA: 1023467/2025
Art. 20.4.2..... 1000\$00
Selo do Acto..... 200\$00
Total1.200\$00.

Importa o presente em mil e duzentos escudos.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Domingos, Telefone-Fax-2681563-CP-88-A, Várzea da Igreja São

Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO**“INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL ARISTIDES PEREIRA (BCV)”
ILHA DA BOAVISTA**

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto - Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado **“INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL ARISTIDES PEREIRA (BCV)” do proponente CABO VERDE AIRPORTS (CVA)** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 18 de setembro a 17 de outubro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente - Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contacto eletrónico: rosiana.semado@maa.gov.cv conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 19 de setembro de 2025.

A Diretora Nacional do Ambiente
Ethel Ezequiel Rodrigues /

Chã d'Areia- Praia - Cabo Verde | CP. 115+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
| www.governo.cv governodecaboverde CaboVerde Gov



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º45/2014, de 20 de agosto, B.O.n.º 50 – 1ª Série, que foi outorgada no dia 04-09-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas nº 82, de folhas 75 a 75 verso , a escritura de Habilitação de Herdeiros , na qual foi declarado que:

Primeira Habilitação: Que, no dia vinte e oito do mês de junho do ano de dois mil e catorze, faleceu numa casa na localidade de Pinhão, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, **Antão da Graça Bahia**, casado em primeiras núpcias com Militina Teodora Duarte, filho de António da Graça Bahia e de Maria Francisca Ramos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, com última residência na localidade de Pinhão – Ribeira Grande, tendo deixado como único herdeiro legitimário os seus filhos: **António dos Santos Duarte Baía**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Manuela Francisca Coutinho, residente em Pinhão; **Idalina Duarte Baía Piedade**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com João Bento Gomes Piedade, residente em Pinhão; Maria de Jesus Baía, solteira, maior, residente na ilha do Sal; **Maria Militina Duarte Baía**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com João Nascimento Duarte, residente em Pinhão; **Leandro da Graça Baía**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria Antónia Andrade de Pina Barbosa, residente em Pinhão; **Maria Ramos Duarte Baía Delgado**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com António Santos Delgado, residente em Pinhão e João Baptista Duarte Fonseca, solteiro, maior, residente em Portugal. Todos naturais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande.

Segunda Habilitação: Que no dia seis do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, faleceu no hospital João Morais, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, **Militina Teodora Duarte**, que era viúva, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, com última residência em Pinhão - Ribeira Grande, tendo deixado como herdeiro os filhos acima indicados.

Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros, os acima mencionados.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei possam lhes preferir á herança dos falecidos.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86.º. –A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo impugnar a referida escritura de habitação de herdeiros.

Está Conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 30-09-2025.

Reg. sob o nº 1012706/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone



CAMARA MUNICIPAL DA PRAIA

Serviço Público de Abastecimento do Município da Praia
-SEPAMP-

NOTIFICAÇÃO DE ABANDONO DE EMPREGO

Exmo. Senhor.

CARLOS ALBERTO CABRAL PIRES

Praia, 01 de outubro de 2025

Assunto: **ABANDONO DE EMPREGO**

Tendo o Senhor CARLOS ALBERTO CABRAL PIRES, deixado de comparecer ao trabalho por mais de dez (10) dias consecutivos sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente notifica-los, nos termos do disposto no artigo 244º do Código Laboral Cabo-verdiano, que lhes fica consignado o prazo de 3 dias, a contar da publicação desta missiva, para que justifique, devidamente no mesmo prazo, o motivo que a impediu de comparecer e bem como a impossibilidade de contactar com a entidade empregadora. Caso contrário, consideramos a vossa atitude como ato de renúncia do contrato, ficando V. Ex. desvinculada por abandono de emprego, na forma do dispositivo citado no Código Laboral Cabo-verdiano.



C. P.
Teles. 2 61 50 31
SEPAMP98@hotmail.com
Av. Cidade de Lisboa - Praia República de Cabo Verde



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação**, que no dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 76º do livro de notas número E/82, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Alberto Catarina Lopes**, falecido no dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, de cinquenta e nove anos, natural que foi da referida freguesia, concelho e ilha, com última residência em Salamansa São Vicente, no estado solteiro, e sem ter deixado herdeiros legitimários, testamento ou escritura de doação por morte. Que, lhe sucedeu como únicos herdeiros: - seus irmãos germanos: - a) – Gregório Catarina Lopes; e b) – Bento Catarina Lopes, estes solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, com residência habitual em Salamansa: - seus irmãos consanguíneos: c) Manuel Pedro Lopes; - d) Baldina Lopes, estes sol-

teiros, maiores, e – c) Tereza Lopes, viúva: todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, com residência habitual em Salamansa; Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo DL nº 9/2010, de 29 de março. Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 23 de setembro de 2025.

Conta: 202564682 - Processo - 1018637

Artº.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total..... 1.200\$00. Importa em mil e duzentos escudos



1º Cartório Notarial de São Vicente, voip - 3104 - , Alto São Nicolau Lic. José Manuel Santos Fernandes

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m². Uso habitação Misto.



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Covão Lourenço

VISTO
Vereador pelo setor
Urbanismo e obra

CONFIRMADO
Presidente da Câmara



□ - Área de Oportunidade - 406,10 m²

G.TÉCNICO		OBS :	
C.M.S.DOMINGOS			
URB.	PROP: Rui António Luís Lopes Umbelino	Z	Q
DESIGN.	USO: Habitação Mista	HM	07
ESC: 1/1000	Área Total: 406.10m ²	L	
DATA: 07/03/2013		10	
		AFORÇAMENTO DOAÇÃO Compra Ocupação Temporária	
		Nº de pisos : Cave. R/c +1(dois)	

Contacto: (+238) 999 52 69

**TABELA DE PREÇOS*****Classificados**

- Anúncios com logós a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO****QUINTA - 02 de Outubro**

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 03 de Outubro

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SÁBADO - 04 de Outubro

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

DOMINGO - 05 de Outubro

FARMÁCIA 2000
Achadina Baixo - T: 261 56 55

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

SEGUNDA - 06 de Outubro

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

TERÇA - 07 de Outubro

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

QUARTA - 08 de Outubro

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17